

Ilzo Rafael Fonseca

**RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E EDUCAÇÃO:
UMA ANÁLISE DA OBRA DE MAURÍCIO TRAGTENBERG**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sergio Tumolo

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fonseca, Ilzo Rafael
Relações sociais de produção e educação : uma
análise da obra de Maurício Tragtenberg / Ilzo
Rafael Fonseca ; orientador, Paulo Sergio Tumolo,
2018.
204 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Relações sociais de produção. 3.
Burocracia. 4. Autogestão. 5. Maurício Tragtenberg.
I. Tumolo, Paulo Sergio. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE
DA OBRA DE MAURÍCIO TRAGTENBERG”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 10/08/2018

Dr Paulo Sérgio Tumolo (EED/CED/UFSC – Orientador)

Dr Fernando Ponte de Sousa (SCP/CFH/UFSC – Examinador)

Dr Iraldo Alberto Alves Matias (IFSC/SC – Examinador)

Dr Ricardo Scopel Velho (IFC/SC – Suplente)

ILZO RAFAEL FONSECA
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/AGOSTO/2018

Profa. Maria Hermínia Laffin
Vice-Coordenadora do PPGE/CED/UFSC
Portaria nº 1935

*A todos que se esforçam para
analisar a realidade e revolucioná-la.*

AGRADECIMENTOS

Por mais que esse trabalho de pós-graduação tenha exigido longos períodos de isolamento entre as pesquisas, as leituras e a escrita e, ao final, só constar o meu nome como autor, este trabalho e o resultado que aqui se chegou seria impossível sem uma série de pessoas. Embora essa pesquisa tenha sido produzida e redigida nesses dois anos de mestrado, ela envolve o acúmulo de conhecimentos e experiências de grande parte da minha vida. Não só da minha, mas de todos que se debruçaram sobre o tema e produziram referências a respeito dos assuntos aqui tratados. E, de certa forma, muitas das pessoas com quem convivi em vários momentos da vida, provavelmente, tenham deixado um pouco de suas marcas nas sínteses que desenvolvi.

No entanto, nesses dois anos de mestrado, em que estudei e desenvolvi a pesquisa, devo agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e aos colegas das turmas de mestrado e doutorado com quem cursei algumas disciplinas, onde debatemos questões teóricas, históricas e trocamos experiências.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Tumolo, que sempre esteve presente quando precisei discutir minha pesquisa. Agradeço por nessa convivência ter compartilhado as suas experiências e permitido com que eu pudesse aprofundar meus conhecimentos, minha formação como pesquisador e melhorado minha apropriação de métodos de investigação e análise. Pela sua rigorosidade com o conhecimento, que me permitiu ir além do que eu estava conseguindo ir sozinho, mas também pela humildade em reconhecer os nossos limites históricos. Além das questões da própria pós-graduação, no período do mestrado acontecem coisas extra-acadêmicas que abalam um tanto o nosso emocional e nos tomam um tempo até resolvê-las, nesse momento precisei da ajuda das pessoas mais próximas e agradeço ao Paulo pela sua compreensão, seus conselhos e seu apoio.

Agradeço aos professores Fernando Ponte e Iraldo Matias que compuseram a banca examinadora da qualificação de minha dissertação, que prontamente aceitaram o meu convite, que realizaram análises críticas e grandes contribuições a minha pesquisa, bem como aceitaram participar da banca examinadora da defesa da dissertação e mantiveram a criticidade de suas análises para que eu possa continuar indo além do ponto de chegada deste trabalho. Agradeço ao professor Ricardo Velho, que mesmo sendo suplente da banca de defesa, participou e contribuiu com as discussões sobre o texto final da dissertação e com futuras pesquisas.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho: Pensamento Político-Social Heterodoxo – GEPENSAH, onde, mesmo antes de entrar no mestrado, pude conhecer de forma mais ampla e estudar alguns autores desse campo, no qual o Tragtenberg também se insere e ajuda a definir.

Agradeço aos amigos Ana Paula, André, Dalton, Joana, Juliane, Luciana, Marília, Matheus, Paulo e Ricardo com quem convivi intensamente no Grupo de Estudos e Pesquisas em Capital, Trabalho e Educação – GECATE no período do mestrado e que em diversas oportunidades pudemos debater os fundamentos de nossos trabalhos e a produção textual de cada um. Agradeço pelo apoio nesse processo, nos altos e baixos, nas dificuldades acadêmicas e pessoais. Além disso, tenho muito a agradecer pelos momentos de lazer que passamos juntos e que foram indispensáveis para manter a saúde mental e os laços humanos.

Agradeço aos meus familiares, principalmente a meus pais, Josiani e Ilzo, e a meu irmão Leonardo, pelo suporte, apoio, amor e carinho ao longo da vida e nos momentos em que eu mais precisei.

Agradeço à Viviane pelo companheirismo nas diversas questões de nossas vidas, por ter me ajudado a manter o meu emocional saudável nesses dois anos do mestrado, por acompanhar meus altos e baixos e estar ao meu lado, pelas conversações sobre educação, pedagogia, política, método, entre tantas e, sobretudo, pelo apoio, carinho e amor nessa convivência.

Essas pessoas acompanharam mais de perto a produção deste trabalho e contribuíram de acordo com as suas possibilidades, por isso, os meus mais sinceros agradecimentos.

*É indiscutível que a liberdade e a crítica
são condições do trabalho científico;
é impossível fazer a ciência sem crítica.
(Maurício Tragtenberg, 1981)*

*Ciência implica o exercício da crítica,
e esta é inseparável na existência da liberdade.
(Maurício Tragtenberg, 1981)*

*Onde não há crítica, não há ciência.
(Maurício Tragtenberg, 1996)*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os elementos basilares das relações sociais de produção e da educação na obra de Maurício Tragtenberg e como se dá o controle da vida social no modo de produção capitalista a partir de fundamentos da crítica da economia política de Marx. O estudo realizado parte da proposta de uma “monografia de base” e aprofunda em alguns elementos analíticos. A pesquisa é teórica e bibliográfica e seu objeto de estudo são as obras publicadas por Maurício Tragtenberg, focando numa análise e sistematização de acordo com o tema e o objetivo proposto. Nesse sentido, desenvolvem-se e apresentam-se sistematicamente os elementos basilares da análise da sociedade realizada por Maurício Tragtenberg, destacando os temas das relações sociais de produção e da educação e seus desdobramentos nas análises de propriedade e controle dos meios de produção, divisão do trabalho, burocracia, “capitalismo de Estado”, “autogestão”, “pedagogia burocrática”, “autogestão pedagógica”, etc. Para Tragtenberg, a análise da educação não pode estar descolada da análise da sociedade e da realidade em que está inserida, por isso, destaca-se neste trabalho a categoria das relações sociais de produção para analisar a sociedade e a educação. Tragtenberg também utiliza essa categoria e se referencia em Marx quando a cita. Desta forma, pesquisou-se na crítica da economia política de Marx algumas das principais categorias que fundamentam as relações sociais de produção capitalistas, para investigar como ocorre o controle do trabalho e da vida social. Ao final do desenvolvimento do estudo conclui-se que a relação social de produção capitalista tem o controle sobre o trabalho e sobre a vida em sociedade. Tragtenberg apresenta elementos de que também tem fortes noções a respeito desse entendimento, no entanto, realiza uma análise baseada numa analogia weberiana de que nas mais diversas organizações burocráticas e nos diversos modos de produção os trabalhadores estão separados da propriedade e do controle dos meios de produção, suprimindo diferenças específicas que obscurecem a relação em que o capital emprega a força de trabalho e a força de trabalho valoriza o capital. No entanto, a ênfase da crítica que Tragtenberg concentra nas características da burocracia como poder, controle, dominação, alienação, organização, hierarquia, verticalismo, autoritarismo, divisão entre trabalho intelectual e manual, parece reforçar seus argumentos para justificar a sua proposta estratégica de autogestão.

Palavras-chave: Relações sociais de produção. Educação. Burocracia. Autogestão. Maurício Tragtenberg.

ABSTRACT

This work aims to analyze the basic elements of the social relations of production and education in Maurício Tragtenberg's writings and how the control of social life in the capitalist production mode is based on Marx's critique of political economy. The study carried out stems from the proposal for a "basic monograph" and delves into some analytical elements. The research is theoretical and bibliographical, its object of study are the writings published by Maurício Tragtenberg, focused on an analysis and systematization according to the theme and the proposed objective. In this direction, the basic elements of the analysis of society carried out by Maurício Tragtenberg are developed and presented, emphasizing the themes of social relations of production and education and their unfolding in the analysis of ownership and control of the means of production, bureaucracy, "State capitalism", "self-management", "bureaucratic pedagogy", "pedagogical self-management", etc. For Tragtenberg, the analysis of education cannot be detached from the analysis of society and the reality in which it is inserted, so, it is highlighted in this work the category of social relations of production in order to analyze society and education. Tragtenberg also uses this category and refers to Marx when he quotes it. In this way, some of the main categories that underlie the capitalist social relations of production were investigated in the critique of Marx's political economy in order to investigate how control of work and social life occurs. At the end of this study development, it is concluded that the social relation of capitalist production has control over work and life in society. Tragtenberg presents elements of which he also has strong notions about this understanding, however, he performs an analysis based on a Weberian analogy that in the most diverse bureaucratic organizations and in the different modes of production, workers are separated from the ownership and control of the means of production, suppressing specific differences which obscure the relationship in which capital employs the labor force and the labor force places values on capital. However, Tragtenberg's emphasis of his critics concentrate on the bureaucracy characteristics such as power, control, domination, alienation, organization, hierarchy, verticalism, authoritarianism, the division between intellectual and manual work, and seems to reinforce his arguments to justify his strategic proposal of self-management.

Keywords: Social relations of production. Education. Bureaucracy. Self management. Maurício Tragtenberg.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Livros de Maurício Tragtenberg.....	22
Quadro 2: Total de trabalhos selecionados da produção acadêmica sobre a educação na obra de Maurício Tragtenberg, por autor, título, tipo de trabalho e data, período de 2001 a 2016.....	24
Quadro 3: Diferentes designações para o caráter de dominação da burocracia segundo alguns autores citados em <i>Burocracia e Ideologia</i> por Tragtenberg.....	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	ELEMENTOS BASILARES DA OBRA DE MAURÍCIO TRAGTENBERG REFERENTES ÀS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E À EDUCAÇÃO	29
2.1	INTRODUÇÃO.....	29
2.2	O EMBASAMENTO DE TRAGTENBERG SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO	32
2.3	PROPRIEDADE E CONTROLE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO.....	39
2.4	DIVISÃO DO TRABALHO	46
2.5	BUROCRACIA.....	49
2.6	CAPITALISMO DE ESTADO	58
2.7	AUTOGESTÃO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO... 63	
2.7.1	Conselhos	70
2.7.2	Cooperativas.....	73
2.7.3	Transformação das relações sociais de produção	76
2.7.4	Colapso das novas relações sociais de produção.....	79
2.8	A CRÍTICA DE TRAGTENBERG À EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS.....	84
2.8.1	A educação na sociedade e a pedagogia burocrática	85
2.8.2	Autogestão pedagógica.....	96
2.8.3	Consciência social	101
3	O CONTROLE DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS SOBRE A VIDA SOCIAL.....	105
3.1	A MERCADORIA E SEU CARÁTER FETICHISTA	105
3.2	PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	113
3.3	A DUPLA NATUREZA DO RESULTADO DO TRABALHO OBTIDO AO MESMO TEMPO.....	120
3.4	MAIS VALIA RELATIVA.....	123
3.5	DIVISÃO DO TRABALHO	131

3.6	SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO E DA VIDA SOCIAL AO CAPITAL.....	135
4	ALGUNS APONTAMENTOS ANALÍTICOS SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS E A EDUCAÇÃO NA OBRA DE MAURÍCIO TRAGTENBERG	143
4.1	A ANALOGIA WEBERIANA ENTRE A ÁREA DE ENSINO/PESQUISA E AS EMPRESAS CAPITALISTAS.....	145
4.2	CONTROLE DO CAPITAL SOBRE A VIDA SOCIAL.....	156
4.3	TRAGTENBERG E A AUTOGESTÃO	161
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS.....	175
	APÊNDICE A – UM BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A EDUCAÇÃO EM MAURÍCIO TRAGTENBERG	185

1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa se origina a partir da obra de Maurício Tragtenberg, de sua análise da sociedade e de questões relacionadas ao trabalho e à educação.

Maurício Tragtenberg (1929-1998) nasceu no interior do Rio Grande do Sul, onde hoje é o município Getúlio Vargas. Neto de imigrantes judeus de origem russa que vieram ao Brasil no projeto de colonização do Rio Grande do Sul financiado pela Companhia Judaica de Colonização para escapar dos *pogroms*¹, que perseguiram em especial as comunidades judaicas da região na época. Após a morte de seu pai, sua família foi para Porto Alegre por razões econômicas e necessidades de equipamentos coletivos de saúde, escola, etc., onde cursou o grupo escolar, porém não foi além da terceira série do primário da época. Em busca de maiores oportunidades de emprego, sua família se mudou para São Paulo, onde Tragtenberg teve contato e participou de vários grupos políticos comunistas e socialistas. Gostava de estudar na Biblioteca Mário de Andrade, onde podia ler uma vasta obra e debater com uma série de intelectuais que a frequentavam. Aos domingos costumava ir à casa da família Abramo². Participou de Centros de Cultura anarquistas. Tinha cursado apenas até o terceiro ano da educação básica, mas por uma lei da época conseguiu o direito de fazer o vestibular para a universidade após defender uma monografia para uma banca da Universidade de São Paulo. Foi aprovado no vestibular para Ciências Sociais, mas um ano depois fez o vestibular novamente e foi aprovado para o curso de História, no qual se graduou, anos mais tarde se doutoraria em Ciências Políticas (TRAGTENBERG, 1999; 2016; SILVA, 2004; MENEGHETTI, 2009; GONÇALVES DA SILVA, 2016)³. Por essa trajetória ficou conhecido nos meios acadêmicos como um autodidata. Para Meneghetti (2009, p. 40):

¹ O *pogrom* foi um movimento popular violento organizado contra algumas comunidades, em especial as judaicas (DLPO, 2017).

² “Esta família teve influência em sua formação, já que as pessoas eram cultas e eruditas, possuindo a capacidade de repassar muita informação” (VIANA, 2008, p. 65). Segundo Tragtenberg ([1990] 2003, p. 6) “não posso deixar de incluir nas minhas universidades a família Abramo”.

³ Vários autores fazem capítulos ou trechos de textos resgatando aspectos da vida de Tragtenberg para relacionar com sua obra, para maiores detalhes ver Silva (2004), Meneghetti (2009), Gonçalves da Silva (2016), Shimamoto (2016). Existe uma série de depoimentos sobre sua vida e obra publicados em livros e revistas, os mais conhecidos estão em Accioly e Silva e Marrach (2001)

Sua pouca experiência como aluno já nos anos iniciais no sistema tradicional de ensino provavelmente influenciaram na compreensão de que nem sempre o ensino tradicional é a única forma de educação. Cria-se, desde cedo, a noção que a educação acontece de diversas formas e por vias nem sempre institucionais ou organizadas. Assim, desde cedo à experiência com a educação ocorre de forma não convencional e nem por vias da estrutura burocrática escolar tradicional.

Tragtenberg, principalmente em vida, influenciou muito alguns campos do conhecimento, sobretudo, nas ciências humanas, sociais e políticas, na administração e na educação. Sua obra continua viva nessas áreas com diversas produções acadêmicas que se fundamentam em suas ideias. Existem muitas publicações sobre Tragtenberg e seu pensamento, a maior parte no campo das ciências humanas e da administração conforme se observou na pesquisa inicial para o balanço da produção acadêmica. No campo da educação, embora em menor número, encontraram-se várias publicações sobre o tema⁴. Foram realizados seminários e publicações de livros em homenagem a Maurício Tragtenberg com depoimentos de pessoas que conviveram com ele ou que são estudiosos de sua obra, por exemplo, a jornada *Maurício Tragtenberg: uma vida para as Ciências Humanas* (em 1999 e livro publicado em 2001) e o evento artístico-acadêmico *Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento* (em 2008 e livro publicado em 2011).

Dentre os principais resultados da pesquisa que se realizou sobre a produção acadêmica a respeito da educação na obra de Maurício Tragtenberg (que consta no Apêndice A) pode-se destacar que nesse campo os autores não aprofundaram na exposição da categoria das relações sociais de produção. Essa categoria parece fundamental, pois seria a análise mais profunda que sua crítica alcançou no que diz respeito à sociedade capitalista e às formas de tentar superá-la. Essa categoria tem relação com a sua crítica à educação e suas propostas nesse campo, pois Tragtenberg não busca compreender a educação como um fim nela mesma. Seus textos sobre a educação estão ligados a

e Valverde (2011). Também há o livro *Memórias de um autodidata no Brasil* (1999) publicado a partir de uma entrevista de Tragtenberg realizada em 1983.

⁴ Os procedimentos de pesquisa de materiais, base de dados e textos selecionados serão indicados ainda nessa introdução.

sua análise da sociedade e a educação não pode ser tratada isoladamente, ela está interligada às relações de produção na sociedade, à divisão do trabalho, às formas de propriedade e controle dos meios de produção, à relação capital e trabalho, etc.

Pelas leituras realizadas sobre a produção acadêmica a respeito da obra de Tragtenberg, para além dos autores selecionados nesse balanço, percebeu-se que muito foi escrito sobre sua vida e obra e sobre suas contribuições nas análises da burocracia, da administração e da educação. A maior parte desses estudos foi realizada em teses de doutorado e/ou por professores de universidades públicas. Porém, parece que se pode problematizar algumas questões fundamentais sobre a análise da sociedade e da educação na obra de Maurício Tragtenberg dentro do tempo viável de um mestrado e, deste modo, apresentar uma pequena contribuição para debate no campo científico. Os conteúdos e questões que serão apresentados nas seções deste trabalho, pelo que se pesquisou, parecem não terem sido explorados pela produção acadêmica acerca da educação em Tragtenberg.

Na pesquisa identificou-se que não há uma produção acadêmica que se dedique a aprofundar o tema das relações sociais de produção e a educação em sua obra, bem como que Tragtenberg se referencia em Marx para tratar das relações sociais de produção e de outros temas relacionados à análise da sociedade, por exemplo, a lei do valor e a exploração do trabalho, dentre outros. A investigação propiciará uma análise do tema de forma diferenciada do que tem sido produzido academicamente sobre o assunto. Essa proporcionará um aprofundamento no debate e na análise da realidade e poderá servir como ponto de partida para novos estudos.

Como hipóteses a serem investigadas e demonstradas, têm-se, primeiro que, a relação social de produção capitalista controla toda a vida social, o que inclui a educação. A segunda hipótese é que Tragtenberg chegou a apontar essa questão se baseando nas leituras de Marx, porém sua ênfase no tema da burocracia como organização, poder, controle e dominação obscurece a subsunção real da vida social à relação social de produção do capital.

A partir dessas hipóteses definiu-se como objetivo geral: *Analisar os elementos basilares das relações sociais de produção e da educação na obra de Maurício Tragtenberg e como se dá o controle da vida social no modo de produção capitalista a partir de fundamentos da crítica da economia política de Marx*. E, como objetivos específicos: a) Realizar uma sistematização da análise de Tragtenberg sobre o tema; b) Analisar as relações sociais de produção capitalistas e sua relação com o

controle da vida social fundamentado na análise marxiana; c) Efetuar apontamentos analíticos sobre as relações sociais determinantes do controle da vida social na obra de Tragtenberg e na sociedade.

O método de pesquisa iniciou pela realização do levantamento de obras sobre o tema e procedeu da seguinte maneira:

Levantamento das obras de Maurício Tragtenberg: a editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP publicou a coleção Maurício Tragtenberg que reuniu em 10 livros quase todos os seus escritos. Essa coleção apresenta todas as obras publicadas de Maurício Tragtenberg, ficando de fora apenas alguns manuscritos com trechos ilegíveis nos originais recebidos pelos responsáveis da coleção publicada pela editora.

Porém, originalmente, os livros do autor foram publicados da seguinte maneira:

Quadro 1: Livros de Maurício Tragtenberg.

<p>Livros</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planificação: Desafio do século XX, de 1967 - Burocracia e ideologia, de 1974 - Administração, poder e ideologia, de 1980 - Sobre educação, política e sindicalismo, 1982 (coletânea) - Reflexões sobre o Socialismo, de 1986 - A Revolução Russa, de 1988
<p>Entrevista publicada em forma de livro</p> <ul style="list-style-type: none"> - Memórias de um autodidata no Brasil, 1999
<p>Coletâneas de artigos, resenhas, palestras, entrevistas, etc. publicadas em forma de livro</p> <ul style="list-style-type: none"> - A falência da política, 2009 - Autonomia operária, 2011 - Teoria e ação libertárias, 2011 - Educação e burocracia, 2012

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa.

Tragtenberg também publicou uma série de livros com textos de outros autores, muitos deles nem existiam em português, os quais traduziu-os e elaborou coletâneas disponibilizando textos inéditos ao público brasileiro, sempre realizando uma apresentação, introdução, prefácio a essas obras por ele publicadas, bem como também prefaciou, resenhou, elaborou artigos de jornais divulgando e/ou criticando livros

de outros autores. Quase todos esses se encontram na Coleção Maurício Tragtenberg nas coletâneas indicadas no quadro anterior.

Também se realizou um balanço da produção acadêmica. Efetuou-se a busca de teses, dissertações e artigos sobre Maurício Tragtenberg e sua obra nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, *Scientific Electronic Library Online* – SciELO e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Esse levantamento realizado em maio de 2017 deixou o período em aberto, porém, os trabalhos sobre o tema encontrados abarcam o período de 2001 a 2016.

No Banco de Teses e Dissertações da CAPES foi realizada a busca com o descritor: “*Maurício Tragtenberg*” e apareceram 40 resultados. Em nova busca cruzando os descritores “*Maurício Tragtenberg*” e *Educação* foram encontrados 21 resultados. Destes, além dos trabalhos sobre Tragtenberg, vários em que ele foi orientador ou banca. Ao ler o título dos trabalhos e resumos selecionaram-se quatro teses e uma dissertação que se referiam a sua obra. A tese de Doris Accioly e Silva, de 2005, não foi encontrada em versão digital, apenas a impressa localizada na Biblioteca da UNESP de Araraquara. Porém, para fins de balanço, fora substituída por um artigo da própria autora que busca sintetizar a tese.

No Banco de Teses e Dissertações do IBICT realizou-se a busca com o descritor “*Maurício Tragtenberg*” e apareceram 29 resultados. Ao ler o título dos trabalhos apenas dois se referiam ao estudo da sua obra. Esses constavam no banco de teses e dissertações da CAPES, por isso resolveu-se descartar a base de dados do IBICT.

Na base de dados do SciELO foi realizada a pesquisa de artigos com o descritor *Tragtenberg* em todos os índices e apareceram 25 resultados. Destes, cinco são artigos de sua autoria, dois são artigos de seu filho sobre outros temas e os 18 restantes são artigos, resenhas e outros documentos sobre ou baseados em Maurício Tragtenberg, dos quais foram selecionados quatro a partir da leitura do título, palavras-chave e resumo, mas ao ler os textos completos foram utilizados apenas dois deles, que se referiam mais diretamente à questão da educação na obra de Tragtenberg.

Realizou-se a busca no portal de periódicos da CAPES com o descritor “*Maurício Tragtenberg*” e foram encontrados 71 resultados. Cruzaram-se os descritores “*Maurício Tragtenberg*” e *Educação* e encontraram-se 20 resultados. Destes, foi aproveitado mais um artigo que não tinha sido encontrado na busca no SciELO.

Na busca no Grupo de Trabalho em Trabalho e Educação da ANPEd não se encontrou nenhum resultado de artigos que contenham a palavra *Tragtenberg* em seu título.

Foram acrescentados sete artigos que compõem capítulos de livros publicados em homenagem a Tragtenberg, um do livro *Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas* (2001) e seis do livro *Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento* (2011). Todos os trabalhos utilizados estão no Quadro 2.

Quadro 2: Total de trabalhos selecionados da produção acadêmica sobre a educação na obra de Maurício Tragtenberg, por autor, título, tipo de trabalho e data, período de 2001 a 2016.

Autor	Título	Tipo de Trabalho	Data
Gandini, Raquel P. Chainho	Universidade e burocracia: alguns dos conceitos de Maurício Tragtenberg	Artigo	2001
Paes de Paula, Ana Paula	Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje	Artigo	2001
Silva, Antonio Ozai da	Maurício Tragtenberg e a Pedagogia Libertária	Tese	2004
Meneghetti, Francis Kanashiro	Trabalho e Educação em Maurício Tragtenberg	Tese	2009
Accioly e Silva, Doris	Polifonia e unidade na obra-trajeto de Maurício Tragtenberg	Artigo	2011
Dos Santos, Ediógenes Aragão	Maurício Tragtenberg, professor	Artigo	2011
Faria, José Henrique de	Burocracia, poder e ideologia: a antevisão da empresa contemporânea em Tragtenberg	Artigo	2011
Faria, José Henrique de; e Meneghetti, Francis Kanashiro	Burocracia como organização, poder e controle	Artigo	2011
Paes de Paula, Ana Paula	A magia de Maurício Tragtenberg	Artigo	2011

Ribeiro Silva, Lenildes	A presença de Francisco Ferrer nas publicações de Maurício Tragtenberg pela Revista Educação e Sociedade (1978 – 2008)	Artigo	2011
Silva, Antonio Ozai da	A obra de Maurício Tragtenberg – in memoriam	Artigo	2011
Vieira, Evaldo	Maurício Tragtenberg: assim vale a pena	Artigo	2011
Gonçalves da Silva, Custodio	A Concepção de Educação em Maurício Tragtenberg	Dissertação	2016
Shimamoto, Simone Vieira de Melo	A concepção de trabalho escolar a partir de Maurício Tragtenberg: fios e tramas de debate na (des)politização dos sujeitos sociais	Tese	2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da CAPES, SciELO e referências, 2017.

A produção acadêmica sobre Maurício Tragtenberg ocorre no período posterior a sua morte em 1998, sendo os trabalhos encontrados no período de 2001 a 2016, a maior concentração no ano de 2011 se deve a utilização de seis artigos de um livro em homenagem a Maurício Tragtenberg publicado neste ano. Dos trabalhos selecionados, os autores são todos de instituições públicas. A distribuição desses autores por região do país se concentra na região sudeste (nove trabalhos, sendo sete do estado de São Paulo e dois de Minas Gerais), de autores da região sul selecionou-se quatro trabalhos (todos do estado do Paraná) e um trabalho da região centro-oeste, do estado de Goiás.

Um dos limites de todo balanço é que ele não é exaustivo, não consegue encontrar tudo o que foi produzido sobre o tema, ele se restringe a produções acadêmicas encontradas em algumas das principais bases de dados sobre o tema. Essas bases de dados também têm critérios para a publicação dos textos, publicando apenas as revistas com melhores avaliações institucionais. Então o balanço é das principais referências, das mais conhecidas, não esgota o assunto, mas aponta tendências. O balanço da produção acadêmica dessa pesquisa encontra-se no Apêndice A deste trabalho.

Como exercício de método, no que se refere à análise especificamente das relações sociais de produção capitalistas, o esforço será no sentido de partir da realidade concreta aparente e por meio de

métodos científicos de abstração buscar realizar análises e sínteses que nos permitam identificar na realidade concreta não somente seus elementos aparentes e empíricos, mas também sua lógica de funcionamento. Essa lógica costuma não estar posta na aparência, no entanto, por meio de métodos científicos é possível se alcançar uma rica totalidade de determinações e relações que permitem se aproximar de maneira mais profunda da realidade concreta, isto é, procura-se atingir o “concreto pensado”.

O conhecimento teórico visa à reprodução abstrata do movimento concreto da realidade. O processo de abstração não abrange todas as particularidades do processo real, pois nenhuma teoria é capaz de reproduzir idealmente todas as inúmeras variáveis e articulações do processo real. Os elementos da realidade se manifestam de diferentes formas, pois estão sempre em processo e são dinamizados por suas contradições. Porém, via abstração se pode ir além da aparência do fenômeno em estudo e realizar um movimento de aproximação em direção a essência do mesmo, pois “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 2008, p. 1080).

As relações que se estabelecem entre as categorias estudadas têm por objetivo reproduzir abstratamente as relações do processo real. O processo real existe independente de nossa vontade e/ou do que se pensa sobre ele. Tem-se a realidade como ponto de partida para a produção do conhecimento teórico. A partir da realidade se verificam mediações e se realiza uma síntese com a finalidade de que se ultrapasse a aparência qualificando o objeto estudado por meio da produção teórica. Esse processo de abstração, análise, síntese, teorização, produção de conhecimento, é o resultado na forma de pensamento de um processo existente da realidade. Esse resultado é o ponto de partida para a socialização dos conhecimentos e para a produção ou refutação de outros conhecimentos.

Toda pesquisa parte de um conhecimento acumulado. Todo conhecimento é um método de sucessivas aproximações, em que o ponto de partida é um ponto de chegada anterior e o novo ponto de chegada permitirá novos pontos de partida, uma vez que a realidade está em certa medida em constante transformação e que suas fontes de informação são inesgotáveis. Nesse sentido, as categorias não devem ser fixas, mas dinâmicas, de acordo com o movimento do real.

Outra questão que caracteriza esse estudo se baseia em que na década de 1990, Saviani (1991; 2002) propôs a concepção de mestrado e de dissertação centrada na ideia de uma “monografia de base” em que há

um trabalho preliminar que organiza informações sínteses capazes de servirem de base para futuros trabalhos que aprofundem sobre o tema explorado. Em grande parte do texto está presente essa ideia, sobretudo nas seções 2 e 3. Porém, se procurou ir um pouco além da concepção de “monografia de base” e buscou-se realizar alguns aprofundamentos analíticos, principalmente, na seção 4.

Cabe acrescentar também, que nesse estudo, nas partes onde são esboçados alguns pontos críticos, em medida nenhuma se pretende desqualificar ou retirar os méritos de Tragtenberg em sua vida e obra. Pelo contrário, exatamente por se reconhecer a sua importância que se procura partir do patamar de conhecimento sistematizado por ele, com o objetivo de se realizar um esforço investigativo analítico de elementos da realidade.

Neste estudo introdutório, acredita-se que a melhor homenagem que se pode fazer a Tragtenberg é a realização de uma pesquisa séria e rigorosa, sem tratar de modo sagrado nenhum autor, sem dogmatismos e sem sacrificar o intelecto, que possa servir como ponto de partida para outras pesquisas de análise da realidade que sirvam como informação que auxilie na luta do proletariado.

A forma de exposição encontrada para apresentar essa pesquisa de maneira mais didática foi a de estruturá-la nas seguintes seções: 1) essa seção introdutória apresentando o tema, a problematização, os objetivos, a justificativa, os procedimentos de pesquisa e a estrutura do trabalho; 2) uma seção sistematizando os elementos basilares das relações sociais de produção e da educação na obra de Maurício Tragtenberg, objeto desse estudo, suas críticas à sociedade e à educação, assim como suas propostas de superação; 3) uma seção para analisar as relações sociais de produção capitalistas e a sua relação com o controle da vida social a partir das análises marxianas, as quais Tragtenberg se referencia para o estudo do tema e que também fundamenta as análises dessa dissertação; 4) uma seção dedicada à realização de alguns apontamentos analíticos sobre os temas estudados na obra de Tragtenberg, relacionando os elementos centrais do objeto de estudo com alguns fundamentos analíticos da crítica da economia política marxiana referentes às relações sociais de produção capitalistas e ao controle da vida social; e, por fim, 5) as considerações finais deste trabalho, com uma síntese das principais conclusões obtidas ao final da pesquisa, bem como de suas limitações.

2 ELEMENTOS BASILARES DA OBRA DE MAURÍCIO TRAGTENBERG REFERENTES ÀS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E À EDUCAÇÃO

Esta seção tem a intenção de apresentar de maneira sistematizada a posição de Tragtenberg sobre determinados temas e principalmente demonstrar os elementos basilares de seu pensamento e obra em sua análise da sociedade. Na seção 4 será retomada a análise de alguns temas para reflexão e continuação dos estudos.

As citações de Tragtenberg se referem a como ele analisou e entendeu os diversos autores que estudou. Não foi possível no período do mestrado confrontar a maioria das citações diretas e indiretas de Tragtenberg ao pensamento e obra de outros autores, mas, em alguns aspectos, se tem a impressão de que Tragtenberg realiza uma interpretação bastante própria de diversos autores. Na seção 4 há uma análise confrontando um pouco com o pensamento e obra de Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920). No entanto, a obra de Tragtenberg é muito rica em assuntos e referências a outros autores, portanto, pode ser objeto de novas investigações por diversos pesquisadores.

2.1 INTRODUÇÃO

Para se analisar a crítica de Tragtenberg à educação é preciso apreender sua crítica às relações sociais de produção, isto é, às relações em que as pessoas produzem e reproduzem suas condições de vida em sociedade num determinado período histórico. Segundo Tragtenberg ([1982b] 2004, p. 55), “o funcionamento do aparelho escolar e o lugar da escola primária⁵ no interior do aparelho escolar são definidos na sua função de reprodução⁶ das relações sociais de produção”.

⁵ Não só a escola primária da época em que Tragtenberg escreveu (que foi alterada por diversas leis, sobretudo a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, onde o 1º Grau foi substituído pelo “ensino fundamental”), mas ao longo de sua obra se pode estender essas considerações a todo o processo de escolarização até a universidade.

⁶ Para Tragtenberg ([1980c] 2012, p. 107) a escola “não é só reprodução”, possui contradições em que analisa em diferentes aspectos e vislumbra alternativas ao sistema escolar conforme se menciona no item sobre a educação nesta seção e no balanço da produção acadêmica presente no apêndice A.

Na obra de Maurício Tragtenberg podem-se notar aspectos de sua análise da sociedade que influenciam nas questões de educação, por exemplo, ao tratar das relações sociais de produção baseado em Marx e da burocracia referenciado em Weber. Essas categorias, em muitos momentos, são relacionadas com a propriedade e o controle dos meios de produção em sua obra. Tragtenberg entende Weber como crítico da burocracia e essa como uma forma de dominação. Analisa, assim como Weber, os processos de burocratização em diversas instituições e organizações, tais como Estado, empresas, partidos, sindicatos, escolas, etc.

Para Tragtenberg a burocracia é uma das principais formas de dominação nas instituições de trabalho e educação na análise das relações sociais de seu tempo, que, embora mudanças de formas, seu conteúdo principal parece persistir em grande medida até hoje. Todavia, é necessário entender melhor qual o sentido dessa burocracia e dessa dominação, tanto na sua obra quanto nas relações sociais de produção capitalista. Isso se pretende fazer ao longo de toda essa pesquisa. Conforme Tragtenberg ([1979b] 2004, p. 209), a natureza da burocracia é a seguinte:

Sob o capitalismo ocidental, a burocracia é, ao mesmo tempo, o corpo que “organiza” a produção nas empresas privadas e semipúblicas e representa o poder executivo no funcionamento das grandes unidades administrativas, constituindo parte integrante do Estado. No modo capitalista de produção, ela administra uma coletividade. Para servir ao capital, recebe dele um conjunto de imunidades e privilégios (mordomias) e pulveriza a responsabilidade. Ela é independente e soberana perante a coletividade e possui relativa autonomia em relação à classe dominante, ocupando o espaço que antes pertencia à antiga classe capitalista. A burocracia na sociedade capitalista procura legitimar-se em nome dos interesses nacionais; nas sociedades pós-capitalistas, isso é feito em nome dos interesses do proletariado.

Resumidamente, sem entrar em detalhes das características da burocracia, pode-se afirmar que para Tragtenberg ([1974] 1985, p. 183) “a burocracia não se esgota enquanto fenômeno meramente técnico; é acima de tudo um fenômeno de dominação”.

A ação racional tendente a fins realiza-se na dominação burocrático-legal, para Weber. A pretendida autonomia da técnica-racionalidade formal não representa nada mais do que a autonomia da organização social e da produção em relação aos agentes da produção (capitalistas ou trabalhadores) em função da sua submissão ao capital. Nesse contexto, a maior eficiência, racionalidade, tecnologia possível e progresso, encobrem a produção e a reprodução da mais-valia que, por sua vez, aparecem opacamente como lucro. A organização de produção e a utilização dos meios técnicos decorrentes são inseparáveis num sistema de dominação. Daí, a organização ser a *burocracia* e esta a *organização* por excelência (TRAGTENBERG, [1974] 1985, p. 182-183).

Tragtenberg, em sua obra, põe grande ênfase na burocracia como forma de dominação, mesmo ela estando no modo de produção capitalista subordinada, integrada e reproduzida em função do capital. Para Marx e muitos autores marxistas a forma de dominação capitalista é baseada no próprio capital, na sua forma de exploração de valor e nas relações sociais de produção. Parece que Tragtenberg reconhece essa questão do capital, por isso buscou-se uma citação que sugere colocar a organização burocrática em função de sua submissão ao capital, porém é o único parágrafo que trata explicitamente desse assunto em seu livro mais conhecido, *Burocracia e Ideologia* ([1974] 1985), sua tese de doutorado. No entanto, a ênfase na burocracia que existe em sua obra tem como um dos motivos, não só criticar as relações capitalistas, mas também criticar os processos que estavam se desenvolvendo, sobretudo, na União Soviética. Os processos ocorridos na União Soviética dividiram muito as correntes políticas e teóricas. Para Tragtenberg ali estava ocorrendo um processo de desenvolvimento de “capitalismo de Estado” e de sua análise da situação defenderá alternativas de autogestão para a superação das relações de dominação do capital e da burocracia sobre a classe trabalhadora⁷.

⁷ Os temas relacionados ao “capitalismo de Estado”, “autogestão” e “burocracia” serão desenvolvidos em itens específicos ao longo dessa seção.

A partir de agora, nesta seção, os itens e subitens serão separados por temas. No entanto, essa separação tem uma finalidade de exposição didática, uma vez que a maior parte dos temas estão interligados e na sistematização de um se percebe a inter-relação com outros.

2.2 O EMBASAMENTO DE TRAGTENBERG SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

No decorrer da pesquisa podem-se destacar trechos de três textos de Tragtenberg que discutem explicitamente a categoria das relações sociais de produção em sua análise da sociedade. O primeiro texto é o artigo *A escola como organização complexa* de seu livro *Sobre educação, política e sindicalismo* de 1982. O segundo é o artigo intitulado *Administração, poder e ideologia*⁸ publicado pela primeira vez em 1979 no livro *Iniciação teórica e prática às ciências da educação*, organizado por Antônio Muniz Rezende. E o terceiro trecho está no livro *A Revolução Russa* de 1988. Em outros textos a categoria aparece sem muitos detalhes, porém é utilizada para analisar determinadas conjunturas e/ou para se pensar as transformações das relações sociais de produção. Nesse primeiro momento, se pretende sistematizar os aspectos teóricos dessa categoria para Tragtenberg.

No primeiro artigo, Tragtenberg destaca um item chamado “A escola como centro da reprodução das relações de produção”. Nesse momento, importa destacar alguns elementos de seu entendimento sobre as relações sociais de produção. Isso ganha destaque, uma vez que para Tragtenberg ([1982b] 2004, p. 55), “o funcionamento do conjunto do aparelho escolar” é definido “na sua função de reprodução das relações sociais de produção”. E continua:

Para Marx, as relações sociais de produção são a combinação social das forças produtivas, a maneira pela qual os instrumentos de produção e o próprio trabalho produtivo se repartem socialmente entre os vários agentes da produção. O essencial é a relação de propriedade. Daí as relações sociais da produção capitalista se definirem pela *separação* entre trabalho produtivo e os meios de produção, exploração do trabalho

⁸ Não confundir com o livro de mesmo nome (TRAGTENBERG, [1980] 2005), que é bem mais conhecido.

pelo capital (TRAGTENBERG, [1982b] 2004, p. 55-56).

Em outro texto, alerta também “que as relações sociais de produção não se limitam à propriedade jurídica dos meios de produção” (TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 134). Esse alerta se dá em virtude de não se tratar de uma relação de propriedade exclusivamente jurídica, mas de uma relação econômica, onde o controle dos meios de produção importa mais do que a propriedade jurídica, que, por sua vez, serve para regularizar, reforçar e assegurar às formas de propriedade econômica.

No segundo artigo, Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 43) inicia escrevendo que “Administração é antes de mais nada o exercício do poder por intermédio de um quadro administrativo, que atua como elemento mediador entre os que detêm o poder de decisão e a sociedade civil, especialmente os não proprietários, a quem Weber chama ‘os dominados’”. Para ele, “o poder administrativo”, independente em qual esfera esteja, seja na pública ou na privada, tanto na formação econômica capitalista como nas pré-capitalistas, “tem como principal função a reprodução do conjunto das relações sociais determinadas pelo sistema econômico dominante” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 43). Nesse sentido, parece que para o autor, o modo de produção econômico é a base em que a humanidade contrai determinadas relações sociais e sob o qual se ergue um “poder administrativo” com a função de garantir a reprodução dessas relações. E, por consequência, para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 43-44) “a burocracia com seu quadro administrativo [...] procura sua autolegitimação, como necessidade ‘natural’ ao bom funcionamento das instituições”.

Tragtenberg afirma que Marx e Weber historicizaram o conceito de burocracia, desta maneira, “não se trata para eles de estudar a burocracia enquanto conceito fundado numa generalidade formal e abstrata, negadas as condições específicas de ordem socioeconômica, que lhe deram origem e asseguram a sua reprodução” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 44). Para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 44) “a burocracia se constitui numa estrutura que, sob modos de produção pré-capitalistas ou capitalistas, cumpre seu caráter de reprodução do valor, assegurando assim as condições de reprodução ampliada do capital”. Apesar dessa afirmação, o próprio Tragtenberg traz exemplos de sociedades pré-capitalistas em que não rege a lei do valor⁹ e de situações

⁹ No artigo *Violência e trabalho através da imprensa sindical* de 1979 e no livro *Administração, poder e ideologia* de 1980, Tragtenberg citando Marx escreve

em que dominação burocrática produz valor e de outras que não produz, conforme o caso polonês que será apresentado no item referente ao “capitalismo de Estado” desta seção. Mesmo que em sociedades pré-capitalistas possam ter existido relações de produção em que houvesse a compra da força de trabalho como mercadoria para utilizar o seu valor de uso com a finalidade de ampliar o capital, nos modos de produção pré-capitalistas essa não era a relação social predominante e/ou que regulava o sistema social. Somente no modo de produção capitalista essa relação social de produção passa a regular o sistema e a vida em sociedade.

Quando historiciza a burocracia, Tragtenberg ([1979a] 2012) assevera que uma primeira indicação para compreender as estruturas administrativas de maneira histórica é realizar uma “tipologia dos modos de produção” e, desta forma, entender o papel dessas estruturas na reprodução das relações de produção. Conforme Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 44-45):

De uma maneira ampla, as relações sociais de produção estão intimamente ligadas às forças produtivas. Essas relações sociais definem-se conforme o caráter dos meios de produção. Entre

que “o trabalho excedente é uma invenção do capital. Nas sociedades onde predomina o valor de uso e não o valor de troca o trabalho excedente é circunscrito” (TRAGTENBERG, [1979b] 2011b, p. 578; [1980] 2005, p. 163). No artigo Administração, poder e ideologia de 1979 escreve que “enquanto as forças produtivas, divisão do trabalho e produtores independentes, artesãos e camponeses, estão pouco desenvolvidos, o comércio, o dinheiro, o capital existem, como diz Marx, ‘nos poros da economia’. Essa economia está confinada à produção de valores de *uso*, isto é, produtos destinados ao consumo daqueles que se apropriam dos mesmos (produtores ou classes dominantes). Enquanto o sobretabalho conserva-se como sobretabalho agrícola, com sua forma natural – não é convertido em dinheiro –, o comércio, o mercado e o capital são pouco desenvolvidos, a grande massa de produtores não aparece no mercado, os camponeses consomem o que produzem, com a exceção do excedente econômico que se destina às classes dirigentes. Pela mesma razão, a grande massa da população é incapaz de adquirir os produtos do artesanato urbano, limitando a produção de luxo. Em todos os sistemas econômicos em que a divisão do trabalho é regulamentada por um poder central (as antigas comunidades urbanas primitivas, o Estado do modo de produção asiático, o escravista ou o senhor feudal), **os produtos não assumem a forma de mercadorias**” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 53, sem negrito no original).

esses meios de trabalho figuram a terra e as condições materiais de produção como obra humana, a tecnologia, elemento de ação do trabalho sobre a natureza, definindo o processo de produção da vida material e, conseqüentemente, as relações sociais e as categorias intelectuais derivadas conforme a organização dessas relações sociais.

Para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 45) as forças produtivas não se restringem à tecnologia, mas “significam ao mesmo tempo: condições materiais de produção, instrumentos de produção e formas de cooperação”.

Em seguida, Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 45) escreve: “o trabalho, o uso da força de trabalho, sua venda como mercadoria ao seu comprador, permite transformar os objetos em mercadorias que possuem valores de uso e, portanto, satisfazem qualquer necessidade”. Até aqui, parece que está frisando apenas o valor de uso das mercadorias. Após isso, diferencia o trabalho humano em relação aos animais “pela finalidade e por estar na mente do produtor antes de sua materialização como produto” e, além disso, continua sua citação indireta a Marx, afirmando que “o que distingue as épocas econômicas umas das outras não é o que se faz, mas como se faz e com que instrumento de trabalho se faz”.

No parágrafo seguinte, Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 45) afirma que “esse processo termina no produto, em que os meios de trabalho e o objeto são meios de produção e o trabalho é um trabalho produtivo”. Até o momento, parece que ele está se referindo a um trabalho produtivo de valores de uso que satisfaçam as necessidades humanas¹⁰, que é

¹⁰ Parece que para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 48) o valor de uso precisa ter uma forma corpórea, ser palpável, pois logo a frente escreve: “outra fração da sociedade destacou-se do trabalho diretamente produtivo para dedicar-se exclusivamente a trabalho não material, mas indispensável: todo tipo de serviços, transportes, comércio, administração, ensino, ciência e artes”. A suposição ocorre porque o autor está mencionando trabalhos concretos, porque, até o momento do texto, não tratou do trabalho abstrato, do valor, nem do valor de troca (nas págs. 54-55 e seguintes começa a mencionar o valor de troca e a lei do valor), assim como identificou os trabalhos citados como não materiais. Nesse caso opôs “material” a “imaterial”. Neste estudo, se entende que Marx costuma utilizar o termo “material” em outro contexto, para se opor a “ideal”, nesse caso, não faria sentido falar em “trabalho não material” ou “trabalho imaterial”, pois todo trabalho tem materialidade.

característica do trabalho humano à parte de qualquer estrutura social determinada. Até aqui, Tragtenberg não está se referindo especificamente ao trabalho produtivo de mais valia. Essas relações serão vistas nas próximas seções deste estudo. E continua: “a atividade humana, que se materializa no processo de trabalho, obedece a uma racionalidade, a fins e a meios, em que a cooperação entre os trabalhadores atua como força produtiva”. Um dos objetivos de Tragtenberg é demonstrar a cooperação entre os trabalhadores como força produtiva e que o tema da cooperação é importante para se compreender as estruturas administrativas, salientando a relevância do estudo sempre vinculado ao modo de produção e às “relações de propriedade (propriedade comum, relação entre senhorio e servo ou capital e assalariado)” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 46).

Tragtenberg prossegue o texto realizando uma breve análise dos modos de produção e da cooperação neles, aborda a passagem dos modos pré-capitalistas à sociedade capitalista, sempre buscando efetuar a relação com o poder do quadro administrativo para atingir os objetivos de seu texto. Aborda, além da cooperação, o desenvolvimento da manufatura e da grande indústria. Faz essa análise para chegar à análise da burocracia ao longo da história e mais especificamente no modo de produção capitalista. Tratando da burocracia no modo de produção asiático, especialmente na sociedade chinesa, alerta que “é claro que a burocracia dominante não vivia do exercício do ‘poder’ em si mesmo; sua dominação apoiava-se em sólidos fundamentos econômicos” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 50).

No caso do estudo da sociedade capitalista Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 62) refere-se à “burocracia como alavanca para a realização da lei do valor sob o capitalismo e, portanto, como uma categoria historicamente situada: a burocracia a serviço do modo de produção capitalista, por ele produzida, e, por sua vez, cumprindo a função de reproduzi-lo”. E complementa que “atrás das fulgurações burocráticas existe a reprodução das relações de produção, a realização da mais-valia que abrange a totalidade do social, seguidas pelo processo de burocratização” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 65).

Tragtenberg, após historicizar as relações sociais de produção se embasando em Marx e relacioná-la com a burocracia partindo das caracterizações realizadas por Weber, apresenta algumas considerações que parecem ter uma centralidade em sua teoria.

Marx apontara como uma das características básicas do modo de produção capitalista a

separação entre produtor e os meios de produção. Weber notara que essa separação opera amplamente: opera no laboratório, onde o cientista está separado dos meios de pesquisa, no Exército, onde o militar está separado dos meios de guerra, e na burocracia, onde o funcionário está separado dos meios administrativos (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 65).

Ao final do parágrafo, acrescenta uma nota de rodapé com uma citação direta do livro *Economia e sociedade* de Weber.

Na área de pesquisa e ensino científico, a burocracia nos ‘institutos’ permanentes das universidades (cujo primeiro exemplo importante foi o laboratório de Liebig, em Giessen) se dá em função das crescentes necessidades dos meios materiais de produção. Na medida em que estão concentrados nas mãos dos chefes oficialmente privilegiados produz-se uma separação entre o conjunto de pesquisadores e professores e ‘meios de produção’ análoga à que ocorre na empresa capitalista entre os trabalhadores e os meios de produção (WEBER 1944 apud TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 65).

Essa analogia entre a área de pesquisa e ensino científico e a empresa capitalista que Tragtenberg se apropria de Weber parece não ser assim tão simples. Do ponto de vista do processo de trabalho, na empiria, é possível constatar tal observação, porém, do ponto de vista do processo de produção capitalista parece haver diferenças não tão visíveis. Essa citação de Tragtenberg será analisada em maiores detalhes na seção 4 desse estudo.

Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 65-66) continua:

A essa separação liga-se a dominação de forma monocrática, obedecendo, na empresa, às ordens do patrão, no Exército, às ordens dos generais, no laboratório, às ordens do burocrata-mor, e na administração, às ordens do que detém os máximos poderes de mando. É a alienação como totalidade, e, que a universalidade é representada

pela heteronomia sofrida pelos agentes de produção.

A heteronomia, a monocracia, a separação de trabalho e meios de trabalho, a exploração intensiva da mão de obra de todos os níveis, com vista à reprodução ampliada do capital é que vinculam os processos do capitalismo aos processos da burocratização concomitante.

Na sequência de seu artigo abordará a separação entre dirigente e dirigidos e a função da ideologia dominante. Cabe destacar que dessa citação pode-se considerar que quem possui a propriedade e/ou o controle dos meios de produção manda e quem não possui obedece. No entanto, tratar disso isoladamente nas empresas, no exército, no laboratório, etc. parece acarretar em outros problemas. Essas analogias podem obscurecer a relação de capital e trabalho e transferir a universalidade para questões de heteronomia, hierarquia, etc. Embora Tragtenberg cite a relação capital e trabalho, muitas vezes, não aprofunda o assunto e sua ênfase recai sobre a verticalização hierárquica e a burocracia.

Nessa discussão das relações sociais de produção pode-se lembrar que Tragtenberg, ao criticar os ecologistas ideólogos do Clube de Roma, assegura que eles “calam-se a respeito das relações de produção existentes, da propriedade dos meios de produção e dos mecanismos dos processos decisórios na empresa e no Estado” (TRAGTENBERG, [1982] 2012, p. 279). Ou seja, ele busca ressaltar essas questões quando outros se calam.

Em seu livro sobre a Revolução Russa, no que tange às relações sociais de produção, Tragtenberg ([1988] 2007, p. 135) escreve que “as relações sociais a serem suprimidas não se restringem à propriedade privada dos meios de produção, como o fizeram os bolcheviques na Revolução Russa”. Pois segundo ele

É antiga a confusão existente entre relações sociais de produção e aquilo que é apenas expressão jurídica dessas relações, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. Isso leva a equívocos graves. Leva a achar que socialismo significaria apenas suprimir a propriedade privada dos meios de produção, através da tomada do poder político do Estado por

um partido; essa supressão da propriedade privada é que levaria à sociedade sem classes [...].

Essa concepção esquece que as relações sociais de produção não se limitam à propriedade jurídica dos meios de produção. Além da exploração possibilitada pela *propriedade privada ou estatal* dos meios de produção, essas relações compreendem também a *opressão*: o modo como a divisão do trabalho provoca a *concorrência* entre os trabalhadores, o modo de integrar os trabalhadores no processo de trabalho na empresa, o modo da *extorsão* do saber, do tempo livre e do poder de decisão do trabalhador (TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 134-135).

Como alternativa, Tragtenberg propõe princípios de autogestão conforme segue o raciocínio em sua obra no próximo trecho:

A revolução das relações sociais e das formas (instituições) correspondentes, e das relações de produção em que empregador é o proprietário individual ou o Estado, pressupõe uma revolução socialista que não é sinônimo de tomada do poder por um partido ou grupo em nome do proletariado, mas do proletariado dirigindo suas lutas (como todos os assalariados não-fabris), por meio da auto-organização e dos órgãos autônomos horizontais (comitês, comissões) que emergem do processo da *ação direta* de todos os assalariados (TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 135).

Nesses trechos da obra de Tragtenberg são percebidas várias categorias centrais em sua análise da sociedade, tais como: propriedade e controle dos meios de produção, divisão do trabalho, burocracia, autogestão, etc. que serão tratadas nos próximos itens dessa seção.

2.3 PROPRIEDADE E CONTROLE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

No artigo *Administração, poder e ideologia* de 1979 em que Tragtenberg está historicizando alguns aspectos dos modos de produção para caracterizar a burocracia em diferentes momentos e identificar o que há de comum, o tema da propriedade e controle dos meios de produção parece ser fundamental.

Partindo do modo de produção asiático, entende que “o Estado atua como supremo proprietário da terra; não há apropriação privada da mesma, o que não quer dizer que não haja exploração do trabalho” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 47). Pelo contrário, o autor afirma que no modo de produção asiático as relações de exploração do trabalho eram mais visíveis que no modo de produção capitalista, pois “uma burocracia que possuía o Estado como ‘propriedade privada’” se apropriava do sobretabalho alheio (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 47).

Outro momento do desenvolvimento histórico que destaca é a produção mercantil nas cidades medievais em que “a propriedade dos meios de produção e dos produtos funda-se no trabalho pessoal. A exploração do trabalho alheio era excepcional. A pequena produção mercantil é limitada pela dimensão e produz para um pequeno mercado” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 54). Para o autor, nesse momento, já aparece um dos traços específicos da “alienação capitalista”, que é a perda do controle pelos produtores de suas relações sociais, pois para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 54) “ninguém sabe a quantidade de produtos que enviará ao mercado, nem sabe se seu produto satisfará uma necessidade real, se é comerciável ou não. É a anarquia da produção social”. Conforme as palavras do autor ([1979a] 2012, p. 55) “a produção mercantil pressupunha que os produtores fossem proprietários de seus meios de produção. Seu desenvolvimento posterior leva a negar essa propriedade pessoal. É a lei do valor, força motriz da anarquia social da produção que transforma os homens em proletários”.

Nesse contexto, Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 54-55) escreve que “é o valor de troca que constitui o sinal da dependência universal das pequenas unidades dispersas e isoladas. É a *lei do valor* que determina como cada sociedade pode utilizar seu tempo disponível para produzir determinada espécie de mercadorias”. E que “essa transformação da produção mercantil em produção capitalista é feita à custa dos produtores; é independente da vontade humana, agindo pela lei do valor” ([1979a] 2012, p. 56).

Para Tragtenberg ([1979a] 2012), o modo de produção capitalista pressupõe a separação dos produtores dos meios de produção, a monopolização desses meios por um grupo restrito que personifica o capital e o desenvolvimento de uma classe cada vez mais numerosa em que a sua subsistência só pode ser adquirida por meio da venda da única mercadoria de que é proprietária, sua força de trabalho.

Em outro texto, de 1972, intitulado *A empresa no seu aspecto econômico, social e humano, no contexto de uma economia*

subdesenvolvida, Tragtenberg traz, dentre outros assuntos, a transformação da propriedade da empresa.

Para formar grandes empresas e conseguir o necessário capital destinado ao seu funcionamento, a riqueza individual tornou-se insuficiente. A propriedade individual da empresa em nossa época deu lugar à propriedade fundada na sociedade por ações.

De início, tal propriedade societária forma-se por associação de algumas pessoas. Logo se verifica que tal associação é insuficiente para levantar os recursos necessários, e milhares de ações são vendidas à coletividade. O caráter anônimo de tal operação torna tal empresa o símbolo do capitalismo moderno: a sociedade anônima (TRAGTENBERG, [1972] 2011a, p. 48).

Esse assunto é continuado e aprofundado por Tragtenberg em seu livro *Administração, poder e ideologia*, de 1980, em que discute o papel das grandes corporações no capitalismo e a separação entre a propriedade privada e o controle do processo de produção capitalista.

O problema maior é saber se na realidade a corporação funciona tendo em vista o interesse de seus acionistas. Concretamente, o que se observa é uma ampliação da área de poder do *manager* na área de distribuição dos lucros, apesar de esse poder ser delegado. Tal é a separação entre propriedade e controle que é bem possível que os controladores funcionem contrariamente aos interesses da propriedade. Verifica-se o fenômeno inusitado de a propriedade privada ser negada pela corporação: ela é autônoma; porém, no plano interno, o grupo controlador manda (TRAGTENBERG, [1980] 2005, p. 11).

As grandes corporações são sociedades por ações, onde os acionistas são fornecedores de dinheiro que se transforma em capital, ou seja, dinheiro que se converte em meios de produção e força de trabalho que são empregados no processo produtivo para produção e reprodução do capital. Esses acionistas recebem em troca os lucros ou prejuízos do processo produtivo. Os acionistas são os proprietários da empresa, mas

cedem o controle aos responsáveis pela direção da empresa. Para incentivar esses altos executivos e gestores a fazer com que a empresa produza lucros para distribuir aos acionistas, Adolf Berle (apud TRAGTENBERG, [1980] 2005), um dos grandes ideólogos da corporação, afirma que é necessário que a empresa produza um lucro maior conseguido sobre um retorno ao investidor. Embora esses mecanismos possam ser utilizados no pragmatismo empresarial, interessa destacar que, normalmente, esses altos executivos e gestores são acionistas da empresa e recebem outros rendimentos pelo trabalho de gestão da empresa.

A grande corporação aparece como o espaço onde os acionistas, gerentes e diretores estabelecem uma solução de compromisso que se dá no interior da corporação, onde gerentes e diretores também possuem ações. De um lado, nega-se o invólucro privado da propriedade; de outro, realiza-se a concentração, que redundando num pequeno número de acionistas apropriando-se dos lucros (TRAGTENBERG, [1980] 2005, p. 12).

E Tragtenberg ([1980] 2005, p. 12) prossegue com outra frase que parece importante, escreve que “como instrumento produtivo, a propriedade privada esfacela-se, na medida em que grupos detêm o poder. Contudo, a propriedade privada está presente nas ações [...]”. Parece que em seu texto a propriedade privada está relacionada mais diretamente com proprietários individuais. Mesmo quando considera que a propriedade privada está nas ações, aparenta que é cada acionista individual que detém a propriedade privada de suas ações. Porém, não se pode confundir propriedade privada com propriedade individual. A propriedade privada dos meios de produção, mesmo que coletiva, sempre priva uma parte da sociedade de usufruir de tais meios. Nesta dissertação, a propriedade privada dos meios de produção deve ser entendida no âmbito de toda a classe capitalista, mesmo que existam proprietários de meios de produção que não sejam capitalistas, que não contratam a força de trabalho com o objetivo de valorização do capital, todavia a relação social que regula o sistema social atualmente é a relação social capitalista. Isso, inclusive, reforça o combate aos ideólogos das grandes corporações, tão efetivado por Tragtenberg. Deste processo baseado nos *managers*, controladores, gestores, Tragtenberg ([1980] 2005, p. 10) assinala emergir “a independência do poder de

controle em relação à estrutura proprietária”. Essa independência parece ser relativa, uma vez que as formas proprietárias podem ser modificadas, porém o poder de controle desses *managers*, gestores, depende da existência da propriedade privada dos meios de produção por algum grupo ou classe social.

Além de tratar a propriedade e o controle dos meios de produção na sociedade capitalista, destaca-se na obra de Tragtenberg a análise desses elementos em sua análise da Revolução Russa e seus desdobramentos. Já na publicação de seu primeiro livro em 1967, destacava a necessidade de “diferenciarmos rigorosamente socialização dos meios de produção de sua estatização pura e simples” (TRAGTENBERG, [1967] 2010, p. 170). Para ele, houve um processo de estatização dos meios de produção na história da União Soviética e não de socialização. Após esse trecho, Tragtenberg fundamenta-se na seguinte citação de Engels, todavia, essa citação se refere ao Estado capitalista dos tempos de Engels.

Não se pense porém que as forças produtivas percam a sua função de capital ao se transformarem em sociedades anônimas ou em propriedade do Estado. No que se refere às primeiras não é preciso que se prove esta afirmativa. Por seu lado, o Estado moderno é uma organização em que a sociedade burguesa se associa para defender o regime capitalista de produção contra os ataques quer dos trabalhadores, quer dos capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. E quanto mais forças produtivas coloque sob sua tutela mais se transformará de capitalista coletivo ideal em capitalista coletivo real (ENGELS apud TRAGTENBERG, [1967] 2010, p. 170).

Em artigo de jornal publicado em 1981 sobre *A vitória de Mitterrand na França*, Tragtenberg ([1981b] 2009, p. 381) ressalta que “é necessário esclarecer que nem tudo que reluz é ouro, e estatizar indústrias, sob o Estado capitalista, mesmo com Mitterrand no topo, não significa socializar, significa transformar o Estado em capitalista coletivo real”. Isso porque, segundo o autor, a economia da França é estruturalmente capitalista, interligada com as outras economias

capitalistas europeias e que existe a apropriação capitalista do trabalho excedente, portanto, não rompendo estruturalmente com o sistema capitalista de produção.

Tragtenberg defendia a socialização dos meios de produção ao invés de sua estatização. Um exemplo está num dos textos escritos em 1980 sobre o Estado polonês onde escreve que “na Polônia há a propriedade estatal dos meios de produção e não a propriedade social. O operário que lá trabalha está privado de qualquer propriedade real, não influencia o Estado e não possui nenhum controle sobre o processo de trabalho e sobre o produto final” (TRAGTENBERG, [1980] 2009, p. 341). No entanto, para Tragtenberg a socialização dos meios de produção era necessária, porém insuficiente para criar o modo de produção socialista conforme expressa em sua *Introdução* ao livro *Marxismo heterodoxo*, organizado por ele próprio.

Através de Makhaïski, coloca a questão da socialização dos meios de produção ser condição necessária porém insuficiente para a implantação do socialismo, mantida a antiga divisão social do trabalho, fundada na separação e supremacia do trabalho intelectual sobre o manual, prevendo que, mantida a separação acima, haverá não uma ditadura do proletariado, mas uma ditadura de intelectuais-burocratas sobre o proletariado. O exemplo polonês está aí (TRAGTENBERG, [1981] 2011b, p. 213-214).

Utilizando o exemplo polonês no artigo *Polônia: crepúsculo da burocracia?* Expõe que

Segundo a doutrina oficial, o Estado polonês é socialista, tal afirmação funda-se na *identificação* entre propriedade *estatal* e propriedade *social* dos meios de produção. Isso revela uma visão meramente jurídica e formalista de propriedade. A noção de propriedade estatal pode mascarar conteúdos diferentes, é a forma *aparência* de uma *essência* que não é revelada. Assim, o setor estatal nas economias capitalistas *nada* tem em comum com a propriedade social. Isso porque o operário que lá trabalha está privado de qualquer propriedade real, não influencia o Estado e não possui nenhum controle sobre o processo de

trabalho (cadências, ritmos), nem sobre o produto final (TRAGTENBERG, [s.d.] 2011b, p. 441).

Nesse texto Tragtenberg ([s.d.] 2011b, p. 442) defende que “a propriedade estatal dos meios de produção é uma das formas de propriedade, pertence às camadas sociais às quais o Estado também pertence” e que “a burocracia que possui o Estado como propriedade privada e explora o excedente redistribuindo-o segundo seus interesses sem maior consideração pela coletividade trabalhadora” (TRAGTENBERG, [s.d.] 2011b, p. 431). Sua análise da situação da classe trabalhadora é tratada da seguinte maneira.

O operário é explorado em tal regime porque não tem a propriedade dos meios de produção, para viver vende sua força de trabalho e o produto resultante não é propriedade sua. Na Polônia ele vende sua força de trabalho à burocracia política central, por isso é ela a classe dominante. Ela tem poder total sobre os meios de produção, compra força de trabalho dos operários, empregando excedente a fins estranhos e hostis aos trabalhadores (manutenção da polícia, Exército, alta burocracia). O que caracteriza a propriedade burocrática é não ser individual, é propriedade comum de uma elite identificada ao Estado. Seu caráter de classe é definido pela sua relação com os meios de produção e com a classe operária. A burocracia com suas rendas cobre suas necessidades pessoais e destina fundos àqueles que defendem seu poder e vigiam o trabalho do operário: a casta policial-militar e aos tecnocratas a ela submissos (TRAGTENBERG, [s.d.] 2011b, p. 442).

Partindo dos elementos basilares da obra de Tragtenberg que está se traçando ao longo dessa seção, sistematizando por temas, já saltam à vista alguns fundamentos que servirão de base para a caracterização de outros assuntos tão presentes em sua obra, por exemplo, burocracia, capitalismo de Estado, trabalho intelectual e manual, dentre outros que serão tratados nos itens seguintes dessa seção.

2.4 DIVISÃO DO TRABALHO

No que diz respeito às relações de produção existente e a propriedade privada dos meios de produção, parece que Tragtenberg considera a divisão social do trabalho nesses termos conforme a citação a seguir:

O capitalismo pressupõe a separação entre capital e trabalho, a separação dos produtores e seus meios de trabalho, monopolização desses meios de produção por um grupo restrito de indivíduos personificando o capital, com a criação de uma classe cada vez maior que só pode subsistir vendendo sua mercadoria: sua força de trabalho (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 56).

Porém, na maior parte dos casos, parece interessar a Tragtenberg a divisão do trabalho em seus aspectos técnicos e metódicos. E, quando estuda a cooperação na manufatura, ressalta que ela “se funda numa divisão metódica do trabalho que reduz o produtor a um trabalhador parcelado, separando nitidamente as funções de direção das funções de execução, trabalho intelectual e trabalho material” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 57). Na maior parte da obra de Tragtenberg percebe-se essa ênfase na crítica à separação das funções de direção e de execução, na divisão entre aqueles que pensam, planejam, decidem e mandam e os que obedecem e fazem o trabalho manual. Após apresentar os elementos centrais da divisão do trabalho será demonstrado o entendimento de Tragtenberg sobre essa divisão entre os que planejam e os que executam.

Tragtenberg estuda a divisão do trabalho em Marx e escreve que:

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção num sistema capitalista. A divisão social do trabalho pressupõe a divisão dos vários meios de produção entre muitos produtos [produtores] independentes entre si. A lei do valor encarrega-se de determinar quanto a produção de um tipo de mercadoria pressupõe como parte do tempo global disponível, pois a divisão do trabalho na sociedade e seu equilíbrio são assegurados pelas leis férreas do

mercado (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 59).

Em Marx (2004, p. 410) essa citação aparece da seguinte forma: “A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista; a divisão social do trabalho, a dispersão dos meios de produção entre [capitalistas] produtores de mercadorias, independentes entre si”.

Pode-se perceber que, de um lado, há a propriedade dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, seja no nível da empresa ou no âmbito da sociedade, e que, além disso, são compradores da força de trabalho. Do outro lado, há diferentes forças de trabalho que não são proprietárias dos meios de produção e, por isso, precisam vender suas forças de trabalho aos capitalistas para que estes as empreguem como força de trabalho coletiva. Na esfera da sociedade os proprietários dos meios de produção competem entre si, na empresa capitalista os proprietários dos meios de produção necessitam aumentar produtividade e a taxa de exploração da força de trabalho para enfrentarem a concorrência reduzindo o valor das mercadorias.

Segundo Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 57) “a separação entre o operário e os meios de produção, a pressão para vender sua força de trabalho no mercado e a existência do capitalista como proprietário dos meios de produção fundam a relação autoritária entre capital e trabalho e a subordinação deste àquele”. Essa relação autoritária ainda tem por base a exploração da mais valia conforme o seguinte trecho.

A cooperação na manufatura implica a função de coordenação da mão de obra, daí emergir uma função dirigente imposta pelo processo coletivo de trabalho. Porém, da apropriação privada da mais-valia emerge uma função dirigente imposta pelo caráter antagonico do processo de produção capitalista. Direção pode significar cooperação derivada das condições de produção ou uma relação de dominação no interior de uma forma de cooperação, que sob a manufatura não suprime o antagonismo, coexistindo com o conflito (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 58).

Para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 57) “a coordenação capitalista está vinculada ao modo de produção capitalista tendo em vista a obtenção da mais-valia”. Porém, assinala duas formas de “direção”, uma

relacionada à “cooperação derivada das condições de produção” e outra referente à “dominação no interior de uma forma de cooperação” que emerge da “apropriação privada da mais-valia”. Sendo essa segunda forma de “direção” ressaltada na obra de Tragtenberg como um problema a ser superado, enquanto a primeira forma não se constitui em problema, e sim numa condição necessária do processo produtivo.

A máquina impõe como absolutamente necessário o caráter cooperativo do trabalho, a necessidade de uma regulação social. Porém, o uso capitalista das máquinas leva a uma direção autoritária, à regulamentação administrativa sobre o operário, tendo em vista a extorsão da mais-valia pelos membros do quadro administrativo, executivos, diretores, supervisores, capatazes. Os patrões conseguem fazer passar por simples regulamentação social o que na realidade é o seu código autoritário. Direção autoritária é o objetivo capitalista que, pela chamada “racionalização do trabalho” e controle do comportamento operário, define as garantias da cooperação. O processo é contraditório; enquanto na empresa moderna há divisões do trabalho regulamentadas rigorosamente, na sociedade global a única regra é a livre concorrência para distribuir o trabalho. Enquanto na sociedade a divisão do trabalho é exercida menos autoritariamente, no interior da empresa reina a maior divisão do trabalho sob o controle autocrático. Marx notava que o mesmo processo que promove a concentração dos instrumentos de produção promove a divisão do trabalho, especialmente no regime político, onde se dá a concentração de poderes públicos e a divisão de interesses privados (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 61-62).

Parece que desses fundamentos da divisão do trabalho Tragtenberg deriva sua concepção de divisão entre os que planejam e os que executam, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, concepções que são arcabouço teórico importante em sua obra.

Para Tragtenberg ([1971] 2012, p. 244) “o crescimento da dimensão da empresa vai separar as funções de direção das funções de execução”. À “maior subordinação do operário à autoridade despótica

no universo fabril” “equivale à maior concentração de decisões nas mãos da direção, ao maior divórcio entre o trabalho intelectual e o trabalho manual” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 60). A divisão entre trabalho intelectual e manual está ligada à cisão das funções de planejamento e execução, não quer dizer que quem executa o trabalho manual não utiliza o intelecto, que não pensa ou que não planeja sua tarefa. Tragtenberg ([1988] 2007, p. 135) critica a situação de “oposição entre trabalho intelectual e manual, com a supervalorização do primeiro, como se na execução e planejamento do segundo a inteligência inexistisse”.

Porém sua posição mais presente em relação à divisão entre trabalho intelectual e manual é sintetizada em entrevista realizada em 1979. Quando, ao se referir aos “movimentos sociais em que os partidos, em nome do povo, tomaram o poder”, Tragtenberg diz que acredita que a cisão fundamental que “é o grande problema que reproduz o capitalismo, [...] é a cisão entre trabalho intelectual e o trabalho manual. Quer dizer, a cisão entre quem planeja e quem executa. Esse é um grave problema” (TRAGTENBERG, [1979a] 2011a, p. 28). Por isso ele ter argumentado, como foi visto anteriormente no item das relações sociais de produção, que a socialização dos meios de produção é condição necessária, porém insuficiente para o socialismo. No entanto cabe perguntar: Se a socialização dos meios de produção acabar com a propriedade privada de qualquer grupo sobre os meios de produção isto não acabaria com a separação entre produtores e meios de produção? Não acabaria com a divisão social do trabalho entre capitalistas que competem entre si e entre capitalistas e trabalhadores? Talvez sim, mas parece que para Tragtenberg é imprescindível que, mesmo que a propriedade seja social, os trabalhadores não podem abrir mão do controle das decisões de produção social em nome de nenhum segmento específico da sociedade que se proponha a ter como função realizar esse controle em nome dos trabalhadores.

2.5 BUROCRACIA

Um dos grandes temas de estudo de Tragtenberg foi a burocracia, esse tema foi central em diversos de seus textos e permeou a análise de grande parte de sua obra. Esse é um dos motivos que fez com que Tragtenberg também ficasse conhecido com um dos maiores especialistas no tema no Brasil. Sua tese de doutorado deu origem ao seu livro mais conhecido, chamado *Burocracia e ideologia*. Neste item,

pretende-se sistematizar os principais elementos da categoria burocracia em sua obra, bem como as influências teóricas centrais.

As principais influências de Tragtenberg para analisar a sociedade com base na categoria da burocracia vêm de Hegel e de Weber. “Não é por acaso que os maiores estudiosos da burocracia no período da formação econômico-social capitalista são de origem alemã: Hegel e Weber. Eles generalizaram a experiência da burocracia prussiana à burocratização do mundo capitalista” (TRAGTENBERG, [1974] 2006, p. 113). Também inclui influências de Marx buscando enriquecer a categoria burocracia com outros aspectos.

Segundo Tragtenberg ([1971] 2012, p. 222), “Hegel é um dos primeiros estudiosos da burocracia, enquanto poder administrativo e político [...]”. E que “[...] foi Hegel que, no plano lógico, operacionalizou o conceito ‘burocracia’ em nível de Estado e da empresa” (TRAGTENBERG, [1971] 2012, p. 222). O autor afirma que Hegel procura sintetizar na burocracia privada e pública, nas empresas e no Estado, “as múltiplas determinações que levam à tensão entre o interesse particular e o universal do Estado; na existência da burocracia que pressupõe as corporações, ela, enquanto burocracia estatal, é o formalismo de um conteúdo situado fora dela: a corporação privada” (TRAGTENBERG, [1971] 2012, p. 223). Ou seja, na leitura de Hegel por Tragtenberg, nas sociedades onde a burocracia pressupõe a corporação, a burocracia estatal tem seu conteúdo fundamentado na corporação privada. Parece haver em Hegel uma identificação do conteúdo do Estado com o conteúdo das empresas privadas que influenciará as análises de Tragtenberg.

Outro aspecto da análise de Hegel que influenciará na obra de Tragtenberg é a caracterização da burocracia como uma classe social dominante.

Hegel define três classes: a classe universal dos funcionários do Estado, a classe substancial dos proprietários de terra e a classe industrial dos empresários. Só a primeira é verdadeiramente a classe dominante; ela se identifica com o Estado, permitindo o funcionamento das instituições.

Hegel desenvolve a teoria da burocracia enquanto classe dirigente. A teoria do Estado é a realização objetiva da Ideia Absoluta, constituindo a razão encarnada na história e nas instituições. É a *virtualidade universal dos interesses econômicos*; não é para Hegel a classe que possui o poder

econômico a que dirige. Isto é, a classe não domina enquanto possua tal poder econômico, mas enquanto ela reforça o símbolo supremo do poder do Estado. Para Hegel, é o Estado que legitima o capital e a renda territorial, o que explica que os funcionários constituam uma classe proeminente, além das flutuações históricas, que modificam as relações e a importância relativa das duas outras classes, frações da classe dominante (TRAGTENBERG, [1974] 2006, p. 234-235).

Porém, diferentemente de Hegel, para Tragtenberg ([1979a] 2012) a burocracia não vive do poder em si mesmo, mas sua dominação se apóia em concretos alicerces econômicos. Parece que os sólidos fundamentos econômicos que sustentam a burocracia são, sobretudo, o controle dos meios de produção e da exploração da força de trabalho como será sistematizado ao longo dessa seção.

A outra grande influência referente ao tema vem de Weber, pois para Tragtenberg o autor “pertence à linhagem de pensadores políticos que se preocuparam com a burocracia enquanto dominação” (TRAGTENBERG, [1978a] 2004, p. 72). “Weber acreditava que a burocracia poderia dominar ou regular o processo econômico como o fizera na Antiguidade egípcia e chinesa na forma do ‘modo de produção asiático’ [...]” (TRAGTENBERG, [1970] 2012, p. 314). Para Tragtenberg, Weber entendia a burocracia como uma forma de dominação que teria como tendência se expandir pela sociedade e prejudicar a humanidade, por isso, segundo Tragtenberg, Weber foi o maior crítico da burocracia. “O que é real é que Weber estudou a burocracia porque via na sua expansão no sistema social o *maior perigo ao homem*. Estudou-a para criar os mecanismos de defesa ante a burocracia” (TRAGTENBERG, [1974] 2006, p. 171).

[...] *A ênfase no estudo de Weber a respeito da burocracia deve ser dada não como o é por muitos autores, nas suas virtudes organizacionais, mas no oposto, como defender-se ante este avanço implacável da burocracia?* Esta é a preocupação central de Weber que não esquece de advertir que a burocracia é uma máquina de difícil destruição. No Mundo Antigo ela só caiu com o colapso da estrutura de poder, assim se deu na China, no Egito, no Baixo-Império Romano (TRAGTENBERG, [1974] 2006, p. 178).

No artigo *Max Weber e a Revolução Russa*, Tragtenberg ([1976] 2011b, p. 400) escreve:

Se Weber, em seus textos, concedeu importância excessiva à burocracia, é que a mesma constitui o problema central da política moderna [...]. O fenômeno da burocratização estende-se da fábrica ao Exército, ao laboratório científico, aos partidos políticos, ao ensino. Para Weber, o Estado é uma “empresa” (*Betrieb*) regida pelas leis inerentes a qualquer empresa. “O Estado moderno, do ponto de vista da ciência social, é uma ‘empresa’ como o é a fábrica; nisso é que reside sua especificidade histórica” (Weber, 1921, p. 482-3). A burocracia, enquanto administração, é incomparavelmente superior no que diz respeito à eficiência em relação a qualquer outra categoria de servidores de um poder público. A sociedade ocidental caminha para uma racionalização inevitável e uma burocratização inelutável.

No mesmo artigo, algumas páginas à frente, Tragtenberg ([1976] 2011b, p. 418) expõe limitações na identificação entre Estado e empresa realizada por Weber.

Logicamente, não cabe pronunciar-se a respeito da teoria do Estado moderno de Weber tendo como elementos seus textos sobre a Rússia. Mas é fora de dúvida que, no caso específico (o processo político russo), sua teoria não fora confirmada. Sua definição de Estado como “empresa”, funcionando na forma de uma usina, conduziu-o a sobre-estimar os aspectos técnicos do governo: aparelho burocrático, formação e experiências burocráticas e apoio financeiro. Ao mesmo tempo, subestimou ou abstraiu inteiramente os caracteres do Estado que não apresentavam nenhuma equivalência com a estrutura racional organizada: tradição, ideologia, opinião pública e psicologia das massas. Weber deixa-se fascinar pelos aspectos teóricos do governo a ponto de negar qualquer possibilidade de revolução no século XX, colocando em xeque a própria possibilidade de um sistema verdadeiramente democrático.

Mesmo assim, em outros textos, Tragtenberg assume a analogia weberiana identificando Estado e empresa em relação à separação dos trabalhadores dos meios de produção. Este assunto será visto na quarta seção desta dissertação.

Antes disso, cabe caracterizar melhor a burocracia. Para Weber, segundo Tragtenberg ([1974] 2006, p. 171), a burocracia “é um tipo de poder. Burocracia é igual à organização. É um sistema racional em que a divisão do trabalho se dá racionalmente com vista a fins. A ação racional burocrática é a *coerência* da relação entre meios e fins visados”.

Existem as características da burocracia enquanto processo meramente técnico, Tragtenberg trata desse aspecto, porém não é seu objetivo principal, apresenta os elementos técnicos da burocracia na medida em que pretende reforçar os aspectos de poder, controle e dominação dentre outros.

Pode-se destacar uma série de frases na obra de Tragtenberg que procuram definir o conceito de burocracia. Por exemplo, em entrevista concedida em 1979, sob o título *O paraíso da burocracia*, quando perguntado qual a natureza da burocracia? Responde o seguinte, conforme visto:

Sob o capitalismo ocidental, a burocracia é, ao mesmo tempo, o corpo que “organiza” a produção nas empresas privadas e semipúblicas e representa o poder executivo no funcionamento das grandes unidades administrativas, constituindo parte integrante do Estado. No modo capitalista de produção, ela administra uma coletividade. Para servir ao capital, recebe dele um conjunto de imunidades e privilégios (mordomias) e pulveriza a responsabilidade. Ela é independente e soberana perante a coletividade e possui relativa autonomia em relação à classe dominante, ocupando o espaço que antes pertencia à antiga classe capitalista. A burocracia na sociedade capitalista procura legitimar-se em nome dos interesses nacionais; nas sociedades pós-capitalistas, isso é feito em nome dos interesses do proletariado (TRAGTENBERG, [1979b] 2004, p. 209-210).

Em outra pergunta sobre a burocracia explica que

Um dos elementos em que a burocracia fundamenta sua legitimação consiste em se atribuir a tarefa de “organizar” tudo. Sob o nazismo, a palavra de ordem do regime era: organização. Existe aí uma confusão interessada. Qualquer grupo humano, tendo em vista as finalidades que persegue, organiza-se para tanto. Mas a burocracia é outra coisa: ela sai montada como estrutura de controle, dispondo de imunidades e privilégios. [...] a burocracia, “em nome da organização”, usa e abusa das imunidades e privilégios inerentes a ela enquanto poder acima dos organizados. [...] ela tem como religião o culto da hierarquia [...] (TRAGTENBERG, [1979b] 2004, p. 210).

Em outra entrevista, intitulada *A escola é elemento de domesticação e não de libertação*, diz que “burocracia quer dizer hierarquia e poder, é inerente a uma sociedade dividida em classes” (TRAGTENBERG, [1979a] 2004, p. 206). Em um item dessa seção será apresentado a análise de Tragtenberg sobre a burocracia na educação.

Em 1988, em entrevista, cujo título é *Quem pode controlar o Estado e a burocracia no Brasil*, a primeira questão realizada é a seguinte: “Segundo os conceitos clássicos de burocracia, como é que o Sr. classificaria a burocracia brasileira?” E a resposta:

Há duas burocracias. Em primeiro lugar, é a burocracia de Estado que acompanha a formação e o crescimento do Estado brasileiro desde sua origem até hoje. O Estado se vale dessa burocracia para realizar alguns fins. Em outros termos, a burocracia estatal é um meio para realizações de programas políticos que detém o poder do Estado. Essa é uma das funções centrais de uma burocracia de Estado em qualquer lugar do mundo. Outro aspecto da burocracia é a administração pública, o conjunto de cargos. Então se pode dizer, também, que em qualquer Estado, mesmo nos de partido único, a burocracia e os quadros da administração são preenchidos em função das necessidades do partido hegemônico. Toda a luta político-partidária, no fundo, é uma luta pelo direito de nomeação para os cargos públicos, independentemente da ideologia com

que apareçam. Outra burocracia foi gerada pela industrialização e pelo capitalismo, que desenvolveram nas empresas privadas formas complexas de controle do trabalho e da produção em seus vários níveis e momentos. Tudo isso leva as empresas privadas a níveis de burocratização tão ou maior que muitas empresas públicas. Isso se entendermos como nível de burocratização um quadro administrativo grande e uma tramitação muito complexa de papéis, da base ao topo da empresa, para a tomada de decisão (TRAGTENBERG, [1988] 2009, p. 391).

Nessa questão diferencia duas burocracias, uma no Estado e outra nas empresas privadas. O que elas têm em comum é um grande quadro administrativo e tramitações de procedimentos complexos de tomada de decisões e de controle. Porém, na resposta dada em 1979, não faz essa distinção entre duas burocracias, e afirma que a burocracia é um corpo de hierarquia e poder que controla a produção nas empresas privadas e integra o Estado, usufruindo e abusando de imunidades e privilégios para servir ao capital, tanto nas empresas privadas quanto no Estado. A seguir, demonstram-se outras características da burocracia pela análise de Tragtenberg.

No glossário do livro *Reflexões sobre o socialismo*, de 1986, escreve que:

Burocracia – Nesta obra, o termo significa a camada dominante que possui privilégios e imunidades acima do homem comum e exerce o poder econômico pelo controle dos meios de produção através do Estado (exemplos: URSS e países do Leste Europeu) e pelo controle político através do partido único (o PC). No sentido comum é entendido como uma hipertrofia de controle através de papéis que dificultam o processo de comunicação nas instituições (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 129).

Em sua obra, a designação de burocracia como uma classe social oscila, pois hora aparece como camada dominante, elite, estamento, casta, classe, dentre as principais denominações encontradas nos escritos de Tragtenberg. Em seu livro *Burocracia e Ideologia* apresenta que a

designação é polêmica, demonstrando a posição de outros autores que estudaram o tema. Por exemplo:

Quadro 3: Diferentes designações para o caráter de dominação da burocracia segundo alguns autores citados em *Burocracia e Ideologia* por Tragtenberg.

Autor	Designação
L. Trotsky	constitui a burocracia uma casta, uma camada social dominante e privilegiada, não uma classe. Segundo ele, ela não se apropria privadamente dos meios de produção e não pode perpetuar-se como classe; seu domínio é precário e frágil.
C. Bettelheim	aponta na URSS a dominação de uma burguesia; o Estado soviético aparece dominado por uma <i>burguesia de Estado</i> , representada pelo quadro administrativo, proprietários dos meios de produção. O partido é o instrumento de dominação. A <i>burguesia de Estado</i> estrutura-se numa <i>propriedade capitalista coletiva</i> , em que a abolição da propriedade individual, o planejamento estatal, <i>não</i> constituem condições suficiente para liquidação definitiva da burguesia como classe dominante.
M. Djilas e S. Stojanovic	aconteceu na URSS o surgimento de <i>uma nova classe</i> que detém a exploração do poder econômico e o monopólio do poder político. A propriedade dos meios de produção é entendida neste contexto como direito de <i>gerir</i> a propriedade do Estado e <i>usá-la como posse efetiva do instrumental econômico</i> .
F. Fejtő e M. Paillet	camada tecnocrática que ascendeu após 30 anos, de engenheiros, cientistas e economistas, especialmente a elite administrativa da empresa, que devido ao fracasso da planificação centralizada permitiu nova extensão dos mecanismos de mercado e de lucro. Esse grupo tecnocrático está mais inserido no processo econômico que a burocracia dominando a sociedade como <i>uma nova classe social, um novo tipo de burguesia em vias de formação</i> .

Fonte: Adaptado de Tragtenberg ([1974] 2006, p. 237-239).

Como ressaltado no quadro, o assunto é polêmico e de diversas interpretações. Ainda que existam oscilações na designação e caracterização da burocracia é importante destacar que para Tragtenberg a burocracia precisa ser analisada em seu caráter histórico em que se desenvolve. “A burocracia é acima de tudo uma categoria histórica, inserida num processo em que a história se constitui como a história dos

modos de produção” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 44). Porém, quando analisa a propriedade e o controle dos meios de produção e a exploração do trabalho, Tragtenberg em vários momentos denomina a burocracia como uma classe social dominante, sobretudo, quando trata da URSS e do modo de produção asiático¹¹. “[...] Nessas formações a burocracia detém o poder do Estado e constitui a própria classe dominante [...]” (TRAGTENBERG, [1971] 2012, p. 257).

A burocracia, enquanto classe dominante (detentora dos meios de produção), elemento de mediação com a sociedade global, exercendo o poder político, perfila-os ante a História como uma forma de dominação burocrático-patrimonial ou *modo de produção asiático*. No modo de produção asiático, o déspota oriental representa a confluência de um processo social, que se inicia com a burocracia, surgindo das necessidades técnicas (irrigação da terra arável), finalizando como *poder de exploração*, efetuando-se assim a

¹¹ “O modo de produção asiático é ao mesmo tempo um modelo histórico e um modelo sem história. É histórico, porque existiu no passado histórico das sociedades asiáticas; não tem história, porque é impossível precisar a época de seu início e desaparecimento e porque não se deu simultaneamente em todas as sociedades. É um modelo que revela os sistemas econômicos passados dessas sociedades” (TRAGTENBERG, [1974] 2006, p. 33). Nele se incluí também as sociedades Asteca e Inca nas regiões do México e Peru (TRAGTENBERG, [1974] 2006). “O *modo de produção asiático* surge na sociedade quando aparece o excedente econômico, que determina uma maior divisão de trabalho separando mais rigidamente agricultura e artesanato, que reforçam a economia consuntiva, à qual se sobrepõe o poder representado pelo chefe supremo ou uma assembleia de chefes de família. Dá-se a apropriação do excedente econômico por uma minoria de indivíduos com retribuição à sociedade. Daí a exploração assume a forma de *dominação*, não de um indivíduo sobre outro, mas de um indivíduo que personifica uma função sobre a comunidade. A necessidade de cooperação simples, em que a máquina tem papel secundário e a divisão de trabalho é incipiente para a realização de obras que sobrepõem as comunidades, vai requerer uma *direção centralizada* para coordenar os seus esforços. Na medida em que isso se dá, unido à eficiência do trabalho, é possível a transformação do sentido funcional da autoridade superior em instrumento de exploração das comunidades subordinadas, quando se dá a apropriação da terra pelo Estado, que mantém a propriedade comunal. O indivíduo continua na posse da terra como membro de sua comunidade particular (TRAGTENBERG, [1974] 2006, p. 31).

transitividade da burocracia cumprindo funções de *organização e supervisão* para o *monopólio do poder político* (TRAGTENBERG, [1974] 2006, p. 30).

No artigo *De Lênin ao Capitalismo de Estado – II* escreve que “a burocracia se transforma em uma classe, na medida em que, com extrema centralização do aparelho econômico nas mãos do Estado, passa a possuir todos os meios de produção. Esse processo se dá em benefício dessa nova camada social dominante” (TRAGTENBERG, [1977] 2009, p. 158). Aqui, vê-se na mesma citação o autor utilizar classe e camada social dominante. Em geral, as oscilações nos termos parecem ser utilizadas como sinônimos. Apesar dessas variações nos termos, as análises de Tragtenberg o conduzem para caracterizar a burocracia como uma classe social. A burocracia como detentora dos meios de produção e da exploração do trabalho também servirá de fundamento para a caracterização de “capitalismo de Estado” por Tragtenberg.

2.6 CAPITALISMO DE ESTADO

Tragtenberg, quando se refere ao “capitalismo de Estado”, incorpora o termo utilizado por Lenin em seu livro *O Capitalismo de Estado e o Imposto em Espécie*. Em seu primeiro livro, Tragtenberg ([1967] 2010, p. 112-113) assinala que “Lenin definia a economia pós-revolucionária nos seguintes termos: na Rússia, encontravam-se cinco formações econômicas simultâneas: 1) socialismo; 2) capitalismo de Estado; 3) capitalismo privado; 4) pequena produção mercantil e 5) economia camponesa natural”. Para Tragtenberg ([1967] 2010, p. 116) “com a implantação da NEP, voltaram-se as relações capitalistas no sentido do capitalismo de Estado. É na época do Primeiro Plano Quinquenal que o capitalismo de Estado toma sua confirmação última, com a vitória total da burocracia e a ditadura pessoal de Stalin”.

Há toda uma vasta bibliografia sobre o “capitalismo de Estado” e sua definição engloba uma série de fatores, nesse item será destacada a análise de Tragtenberg que fundamenta sua categorização de “capitalismo de Estado”, ressaltando os elementos principais estudados nessa dissertação que se baseiam na análise das relações sociais de produção e na crítica da economia política.

Para a análise do “capitalismo de Estado” na URSS, Tragtenberg investiga seus fundamentos em diversos aspectos, parte, por um lado, da história desde a Rússia imperial, onde já existia uma forte dominação do

Estado sobre a sociedade, assim como dos valores religiosos bizantinos, e de outro, pela análise das relações sociais de produção, de propriedade e controle dos meios de produção, de divisão social do trabalho, de exploração do trabalho, de dominação burocrática, dentre outros. Para Tragtenberg ([1967] 2010) o fato de não ter ocorrido a Revolução Alemã e a revolução nos países de capitalismo mais desenvolvido da época fez a Revolução Russa ficar confinada aos limites nacionais e seguir em direção do “capitalismo de Estado”.

Uma síntese interessante sobre o capitalismo de Estado pode ser encontrada no artigo *De Lênin ao Capitalismo de Estado – II*, publicado por Tragtenberg na Folha de São Paulo em 1977, onde escreve que

Por meio da centralização total, uma camada social se apoderou do Estado para usufruir da propriedade estatizada, responsabilizando-se pelo desenvolvimento das forças produtivas. O Estado vive na exploração de classe no campo e nas cidades, transformando-os em uma entidade autônoma como proprietário dos meios de produção. É a exploração social fundada na estatização dos meios de produção que definimos como capitalismo de Estado (TRAGTENBERG, [1977] 2009, p. 157).

Embora em vários outros textos encontram-se citações de Tragtenberg sobre a burocracia ter o Estado como propriedade privada e o controle dos meios de produção de propriedade estatal, ainda assim, nesse mesmo artigo ele defende que

Para a caracterização do Estado soviético, o fundamental não é a forma de propriedade em si – se é privada, individual, nacionalizada ou estatal –, mas, sim pela natureza antagônica expressa pela relação de dependência entre quem vende sua força de trabalho e quem a compra. A simples ausência de propriedade privada dos meios de produção não define a existência do socialismo. O próprio Marx, referindo-se ao despotismo na Índia, verificou que era baseado na ausência de propriedade privada dos meios de produção (TRAGTENBERG, [1977] 2009, p. 157).

E complementa da seguinte forma: “o capitalismo de Estado mantém as duas esferas antagônicas básicas: os portadores da força de trabalho e o Estado burocrático – que a explora obedecendo à lei do valor-trabalho e, portanto, a reprodução ampliada do capital como condição de reprodução do sistema” (TRAGTENBERG, [1977] 2009, p. 159). Analisando a economia soviética Tragtenberg cita que “não é o modo particular da estatização nem a criação de ‘condições técnicas’ que formam os elementos de solução do conflito entre o trabalho e o capital que pode assegurar a derrogação da lei do valor quando a Revolução da Rússia se isolou” (REYTAN apud TRAGTENBERG, [1967] 2010, p. 116). E que a lei do valor rege a economia russa por meio de suas relações de dependência de comércio com o mercado mundial. Conforme Tragtenberg ([1967] 2010, p. 117) “os preços e o stakhanovismo [adaptação do taylorismo à URSS] aumentam a grande exploração do trabalho, ao substituir o salário básico por salário por peças/tarefas”.

No entanto, no artigo *Polônia: crepúsculo da burocracia?* Tragtenberg assume uma posição diferente em relação à lei do valor nos países socialistas.

Diferentemente do capitalismo clássico, não necessita a burocracia realizar seu produto no mercado, isto é mostrado pelo caráter arbitrário dos preços no sistema de economia de Estado, elas são somente instrumentos de produtos, sua relação não responde a relações de valor, quase sempre. O objetivo de classe da burocracia não se dá em função do lucro e da acumulação, mas em função da produção pela produção. Isso possibilita manter altas taxas de acumulação e crescimento e baixas taxas e níveis de consumo. Daí a desproporção entre o crescimento do setor A (bens de produção) e do setor B (bens de consumo) ([s.d.] 2011b, p. 443).

Para Tragtenberg, no “capitalismo de Estado” existe a propriedade estatal dos meios de produção e a relação de compra e venda da força de trabalho entre o Estado e a classe trabalhadora. Nessa relação o Estado se apropria do excedente econômico e investe na reprodução do capital e no desenvolvimento de um segmento da sociedade que usufrui de privilégios na burocracia do partido e do Estado obtidos por meio da exploração do trabalho e apropriação da

mais valia. A “estrutura burocrático-estatal tem o caráter capitalista pela apropriação da mais-valia” (TRAGTENBERG, [1967] 2010, p. 136). Há também, segundo Preobrajenski (apud TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 127), duas formas da “acumulação socialista”: “pela redução do salário dos operários e funcionários do Estado ou à custa das rendas dos pequeno-burgueses e capitalistas. Pelo controle dos impostos, o setor socialista poderá apropriar-se da mais-valia do setor privado”.

No artigo *Os que constroem o país de Lênin*, Tragtenberg analisa resoluções dos congressos do PCURSS sobre as transformações nos sindicatos e sua integração na órbita do Estado para verificar aspectos das relações de trabalho no Estado russo, onde os sindicatos foram transformados em repartições públicas que legitimavam a “a exploração do trabalho assalariado por uma burocracia que detém a posse dos meios de produção. E, como dizia Hegel, possui ‘o Estado como propriedade privada’” ([1979b] 2011a, p. 271). E, acrescenta que,

Se as relações de trabalho são baseadas na compra e venda da força de trabalho – isso, ao que parece, sobrevive pelo menos durante as primeiras décadas da chamada “acumulação socialista” –, os sindicatos como organizadores da venda e compra da força do trabalho se mantêm na sociedade “socialista”. E isso é tanto mais necessário quanto mais a sociedade estiver fundada na propriedade estatal dos meios de produção, e o Estado, por sua vez, nas mãos de uma burocracia que o possui como “propriedade privada”. Em tal sociedade, os sindicatos têm importantes funções a cumprir como representantes da mão de obra (TRAGTENBERG, [1979b] 2011a, p. 273).

No artigo publicado na Folha de São Paulo em 1981, sob o título *Trabalhador não ganha “boas festas” nem “feliz ano novo”*, onde se refere ao Estado polonês, reforça a questão da propriedade e controle dos meios de produção e acrescenta as questões da hierarquia e verticalização.

Na realidade o que ocorre é que com o nome de economia socialista existe uma economia de Estado nas mãos de uma burocracia dominante que exerce o poder em nome do trabalhador. Que há um Estado vertical e um exército burocrático e

hierárquico, acima da população e dirigido contra ela nas épocas de crise.

Por isso, nenhuma ditadura é revolucionária, pois ela tende a ser exercida por um quadro burocrático e defender o *status quo*. A isso chamam “socialismo realmente existente” seus defensores profissionais. Na realidade, trata-se de um capitalismo de Estado monopolista, no qual a burocracia coletivamente detém nas mãos os meios de produção e o trabalhador permanece como escravo assalariado, domesticado por meio do partido e do Estado (TRAGTENBERG, [1981g] 2009, p. 336).

Em seu livro *Reflexões sobre o socialismo* escreve que “a manutenção do salariado conferem ao Estado russo o caráter de um capitalismo de Estado integral” ([1986] 2008, p. 61). No livro *A Revolução Russa* afirma que

Tanto na URSS como em outros países do Leste europeu que seguem o mesmo modelo, continuam a existir: a relação empregado-empregador, agora entre o Estado e *seus* assalariados, devido ao fato de a propriedade privada dos meios de produção ter passado ao Estado (e não aos trabalhadores autonomamente organizados); uma divisão do trabalho que conserva a hierarquia e as regras do sistema mercantil, favorecendo também a concorrência entre os trabalhadores através da “emulação”; a dominação da autoridade e do saber por uma burocracia, da qual uma tecnocracia é parte integrante; e também a oposição entre trabalho intelectual e manual, com a supervalorização do primeiro, como se na execução e planejamento do segundo a inteligência inexistisse (TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 135).

Embora não se pretenda esgotar o assunto, parece que esses sejam os fundamentos centrais da definição de “capitalismo de Estado” por Tragtenberg no que tange às relações sociais de produção na análise da economia política.

2.7 AUTOGESTÃO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Das análises das relações sociais de produção de seu período histórico Tragtenberg deriva propostas de superação dessas relações e de criação de novas relações sociais que superem o capital, a burocratização, a propriedade e o controle dos meios de produção, o autoritarismo e congêneres. Para Tragtenberg ([1974] 2006; [1978a] 2004), a mesma realidade que cria a burocracia como dominação cria a oposição a ela, produz o seu oposto. Em toda época de crise ressurgem práticas de auto-organização (TRAGTENBERG, [1985a] 2012).

Autogestão – É o controle direto dos meios de produção pelos produtores auto-organizados em comitês de fábrica, comitês interfábricas, federação ou confederação de comitês. Significa a integração do nível econômico com o político através do controle operário da produção e da democracia direta, substituindo, assim o tecnocrata administrador e o político profissional da democracia representativa (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 129).

Por meio da autogestão, segundo Tragtenberg, os trabalhadores assumem o controle dos meios de produção e tem o poder de tomar decisões diretamente. Além disso, para Tragtenberg ([1986] 2008) a autogestão significa a capacidade de o proletariado gerir suas lutas. “[...] para você autogerir alguma coisa, tem de começar autogerindo sua luta [...]” (TRAGTENBERG, [1996] 2012, p. 136). E conforme as lutas operárias se desenvolvem, criam-se “estruturas igualitárias de ação coletiva que entram em antagonismo direto com as relações sociais existentes na sociedade atual” (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 9). Na luta contra o modo de produção capitalista, a classe trabalhadora, eliminando a divisão entre os que decidem e os que executam, cria os embriões do socialismo. A união de decisão e execução pela classe trabalhadora é um dos principais elementos de autonomia nos processos de trabalho, educação e transformação da sociedade. Para Tragtenberg ([1992] 2011a; [1986] 2008), os trabalhadores podem dirigir/gerir sua produção e a partir da ação de auto-organização das lutas e da produção se conscientizam que podem criar novas formas de organização do trabalho em nível local e em toda a sociedade.

À medida que se desenvolve, a luta operária cria estruturas igualitárias de ação coletiva que entram em antagonismo direto com as relações sociais existentes na sociedade atual.

A classe trabalhadora cria os embriões do socialismo pela prática da ação direta contra o capitalismo, unificando decisão e planejamento e eliminando a divisão tradicional do trabalho entre os que pensam e os que fazem, entre os dirigentes e os dirigidos ([1986] 2008, p. 9).

Para fundamentar essa capacidade dos trabalhadores de gerirem suas lutas, a produção e a sociedade, Tragtenberg analisa as experiências históricas da classe trabalhadora nesse campo. Dessas experiências, Tragtenberg ([1986] 2008) destaca o predomínio da autogestão nos campos econômico, social e político na Comuna de Paris (1871), nos *soviets* da Revolução Russa (1917), na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), nos conselhos operários nas revoluções alemã e húngara (1918), no Movimento de Maio de 1968 na Europa, nas lutas dos trabalhadores na Polônia que criam como instrumento de luta um sindicato autônomo do Estado em 1978, o *Solidarnosc* (Solidariedade), dentre outras. E continua:

O sistema capitalista, ao mesmo tempo em que submete os trabalhadores a uma hierarquia, ao trabalho disciplinado e à divisão de tarefas, unifica-os no interior das unidades de produção, nas linhas de montagem, de onde emerge o “trabalhador coletivo”. Em períodos de mudança social, esse trabalhador se auto-organiza pelos critérios da “democracia direta”, na elegibilidade e revogabilidade de seus representantes, todo o poder concentrado na assembléia geral.

A “democracia direta” acaba por ser a matriz de novas relações sociais, pois elimina os intermediários, quer sejam administradores tecnocratas na esfera econômica, quer sejam políticos profissionais na esfera política. Criam-se, assim, condições de eliminação do Estado que, a pretexto de “defender” a sociedade, oprime-a cada vez mais.

A “democracia direta” rompe com o monopólio da informação, o sigilo deixa de ser a arma de poucos contra a maioria. A “libertação dos

trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores”, como definiam os fundadores da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), pois trabalhador não luta por delegação, luta por si próprio; caso contrário, há um arremedo de luta que, na realidade, é manipulação de minorias vanguardistas (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 10).

Para Tragtenberg, não são as reivindicações que definem o caráter revolucionário das lutas, mas a associação igualitária dos trabalhadores para as lutas. E, nesse contexto, afirma que “as novas relações sociais criadas são a matriz do processo revolucionário” (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 10). Em artigo publicado na Folha de São Paulo, onde apresenta o livro *O que é autonomia operária*, de Lúcia Bruno, se expressa da seguinte maneira.

Não são as reivindicações, sejam elas econômicas ou políticas, que definem o sentido de uma luta. Uma luta é revolucionária – do ponto de vista autonomista – quando cria relações sociais que permitem a união dos trabalhadores. Quando os trabalhadores criam organizações onde decidem em conjunto os rumos da luta, definem nova divisão de trabalho e formas comunitárias de existência, criam o terreno sobre o qual o socialismo pode se desenvolver (TRAGTENBERG, [1985a] 2012, p. 344).

E continua, “a questão não é a luta por objetivos imediatos (políticos), mas sim a possibilidade de transformar as relações sociais de luta (igualitárias) em novas relações sociais de produção. A luta operária constitui uma unidade entre o aspecto econômico e político” (TRAGTENBERG, [1985a] 2012, p. 344). Nesse sentido, escreve que:

A auto-organização operária é temida tanto pela repressão a serviço do *status quo*, como pela esquerda tradicional, sendo que ambas pretendem, por meio da burocratização e da manipulação da informação, manobrar as organizações operárias. Daí as relações socialistas serem fruto da auto-organização operária unida à consciência social que os trabalhadores tenham de sua prática.

Pretende-se mostrar que o socialismo está longe de ser o objetivo final da luta operária, mas que está vinculado a cada momento dessa luta, a cada período histórico determinado. E não se trata de valorizar as lutas políticas, desprivilegiando as lutas econômicas, mas sim mostrar que elas representam uma unidade no processo de luta dos trabalhadores. Nesse sentido, pode-se dizer que a vanguarda da classe é a própria classe (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 10-11).

Para Tragtenberg, socialismo implica autogestão. “[...] a autogestão, entendida por nós como sinônimo de socialismo e desalienação progressiva do homem. Isso se dá na medida em que ele dirige seus destinos” (TRAGTENBERG, [1983a] 2012, p. 337). “[...] para mim socialismo é isso, autogestão [...]. O socialismo implicaria uma mudança global nisso. Quer dizer, implicaria o seguinte: o centro das decisões partir da base para o topo [...]” (TRAGTENBERG, [1979a] 2011a, p. 29).

O problema do socialismo coloca-se ante a existência real da luta de classes entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos. Socialismo implica auto-organização, associação, autogestão operária.

A autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar novas formas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária” (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 13).

Reforçando as citações anteriores, principalmente, a que se refere aos embriões do socialismo, Tragtenberg ([1986] 2008, p. 14) escreve:

O caráter anticapitalista e socialista da luta operária não se mostra simplesmente nas reivindicações colocadas em pauta, mas também no fato de o proletariado, no processo de luta,

criar “organizações horizontais”, igualitárias – comitês de greve, comissões de fábrica, conselhos operários.

O que corrói o capitalismo é a criação dessas organizações, pois elas negam o verticalismo dos organismos existentes, seja o Estado, o partido ou o sindicato. Estes são despojados de sua finalidade de controle da mão-de-obra, através da ação direta dos trabalhadores.

E enfatiza seu entendimento de socialismo e autogestão:

Assim, o socialismo é entendido aqui como o regime em que a autogestão operária extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade, elimina o administrador dirigente da empresa em nome do capital e, ao mesmo tempo, elimina o intermediário político, isto é, o político “profissional”.

Por sua ação direta, os trabalhadores têm condição de desencadear um processo de greve, ocupar o local de trabalho e reorganizar o processo de produção, no mesmo nível das relações que estabelecem entre si no processo de luta.

É nesse sentido que unificam a luta econômica e a luta política, estruturando a produção e abolindo as hierarquias existentes na fábrica e a divisão tradicional do trabalho.

A articulação dessas formas de luta operária que unificam pensamento e ação representa a prática da proposta socialista. Pode-se dizer que a luta operária é revolucionária pelas formas de auto-organização que cria, igualitárias, coletivas, em que as relações de hierarquia verticais, a submissão ou a dependência estão excluídas.

Criando instituições autogeridas por meio de sua práxis, a classe operária abre espaços onde as novas formas econômicas podem se realizar. Nesse sentido é inegável a contribuição de Marx para uma maior conscientização da importância da auto-organização dos trabalhadores como meio e fim, visando um projeto socialista (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 14-15).

É muito forte em sua obra o combate às relações hierárquicas de poder, à separação entre os que pensam e os que executam, entre dirigentes e dirigidos. Ressalta-se isso mais uma vez na seguinte passagem:

O embrião de uma associação emerge do processo da luta de classes e, depois, dá lugar à constituição de uma associação operária de luta e existência comum, sem hierarquia e sem dirigentes e dirigidos. Terminada a luta, a associação tem continuidade, reunindo-se às outras associações existentes. Esse processo realiza uma socialização proletária do poder, da vida e do trabalho. Opõe-se à “socialização” capitalista, realizada a partir das cúpulas dirigentes, centralizadora, que aliena o trabalhador dos processos decisórios (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 16).

Segundo Tragtenberg ([s.d.1] 2009, p. 184), “[...] socialismo é uma realidade comunitária baseada na responsabilidade solidária, e isso implica a negação de todas as hierarquias, autoritarismo, centralizações... Tudo aquilo que tira o poder das bases”. Percebe-se que, quando o autor discute a autogestão em sentido mais geral, a ênfase fica em torno da eliminação da divisão existente entre os que decidem e os que executam, pressupondo que isso elimina a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho pelo capital. Em outro texto as palavras de Tragtenberg ([1987] 2009, p. 390) sobre o tema são as seguintes: “toda vez que um grupo de trabalhadores se une para reivindicar algo diretamente, sem intermediários, está realizando a autogestão de suas lutas; quando os trabalhadores procuram gerir seus locais de trabalho, realizam a autogestão social”. Em artigo afirma que autogestão social ou socialismo se constitui em “participação autêntica, onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (TRAGTENBERG, [1987] 2011b, p. 254). E, mais uma vez, em debate, relata:

[...] Quero de maneira simples reafirmar que, se um movimento social cria estruturas horizontais, ele está criando o embrião de um processo de socialização, e isso é o que há de revolucionário

nos processos sociais. No movimento operário, o trabalhador sempre tendeu a criar estruturas horizontais, seja na forma de comissão de fábrica, conselho de fábrica, soviete etc. Isto é o que garante igualdade real. Agora, quando as estruturas se verticalizam, se burocratizam e surge a divisão de quem planeja e de quem executa, quem gere e quem encaminha as tarefas, temos a reprodução de relações de desigualdade no plano social e político, mesmo que você não esteja no capitalismo privado. [...] O que existe de revolucionário no movimento social não é o tipo de reivindicação expressada, salário ou projeto político. O que existe de revolucionário é o fato do trabalhador criar estruturas horizontais, que elas se entranhem e tornem-se de caráter nacional. Isso para mim é a condição básica de garantia para que a igualdade seja real, dentro do respeito às diferenças. Porque respeito às diferenças não quer dizer separatismo [...] (TRAGTENBERG, [1988] 2011b, p. 520-521).

Tragtenberg escreveu muitos artigos em jornais e revistas sobre experiências de criação de estruturas horizontais pela classe trabalhadora. E, nesse sentido, importa destacar que

Porém, as práticas autogestionárias não podem confinar-se a uma empresa, a um ramo da indústria, porque a submissão ao mercado capitalista leva-a a tornar-se “competitiva” e “produtiva” nesse âmbito, obrigando a unidade fabril ou o ramo a assumir formas capitalistas de administração. Isso produz a apatia entre os trabalhadores e a burocratização das comissões de fábrica é inevitável (TRAGTENBERG, [1985a] 2012, p. 344).

Ao tratar de experiências de auto-organização no Brasil de comunidades de base, comissões de fábrica, sindicatos com lideranças autênticas, movimentos sociais auto-organizados e até de experiências de participação efetiva nas prefeituras de Lages (Santa Catarina) e de Boa Esperança (Espírito Santo) reconhece que “tais práticas não se constituem em alternativa global ao sistema, não realizam mudanças

estruturais, porém mostram a capacidade do povo em fazer e criar, dentro das condições mais adversas possíveis” (TRAGTENBERG, [1981f] 2009, p. 23-24). E continua: “sem dúvida, de nada adianta ter o poder em uma pequena comunidade, quatrocentos quilômetros longe dos centros urbanos, realizando práticas participativas, no sentido de uma ruptura estrutural com o sistema” (TRAGTENBERG, [1981f] 2009, p. 24).

“A autogestão de uma empresa é uma ilha, mas há experiências históricas [...]” (TRAGTENBERG, [1992] 2011a, p. 42). “[...] Essas práticas ‘participacionistas’ não excluem a necessidade de rupturas estruturais no sistema, porém mostram o que o povo pode fazer nas condições mais adversas possíveis [...]” (TRAGTENBERG, [1981c] 2009, p. 31).

2.7.1 Conselhos

A forma conselho, dependendo do momento histórico e social em que ocorre, pode assumir conteúdos diferentes. Tragtenberg ([1988] 2007, p. 110) cita os exemplos das “*idades comunais* da Idade Média, os cantões camponeses na Suíça, as primitivas estruturas municipais norte-americanas, a Comuna de Paris de 1871 e os soviets russos em 1905”. O autor também cita que experiências de comitês de fábrica também podem assumir a forma específica de conselhos. Quando trata do assunto, Tragtenberg ([1988] 2007) identifica que os teóricos mais importantes nesse tema são Anton Pannekoek e Max Adler.

Na Revolução Russa

Os soviets (conselhos) surgem como órgãos revolucionários que representam as classes proletárias urbanas e rurais e sua estrutura organizatória toma a direção de uma *democracia direta*, tendo em vista atingir seu objetivo: uma transformação estrutural da sociedade. A forma *conselho* historicamente aparece diferenciada: por *movimento de conselhos*, entende-se o fenômeno concreto político-social, podendo acompanhar-se sua origem, influência político-social e o processo histórico de sua atuação: por *filosofia dos conselhos*, entende-se seu ideário, as noções teóricas que se articulam com o movimento dos conselhos; por fim, pode aparecer um *sistema de conselhos*, na forma de soviets estatais, como

ocorreu na Revolução Russa (TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 109).

Para Tragtenberg ([1988] 2007, p. 111), há muitos anos “espontaneidade e organização são características das ações das massas populares” e que não faz sentido contrapor espontaneísmo a organização, a menos que se pretenda “*controlar, dirigir e domesticar*” os movimentos sociais.

A capacidade de auto-organização das massas operárias e camponesas russas com a criação dos soviets, instituição essa que surgira espontaneamente da massa como forma de organização, mostra que *espontaneidade* na origem dos movimentos e na criação de novas instituições não implica desorganização (TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 110-111).

Tragtenberg ([1988] 2007, p. 126) complementa sua posição ressaltando que “as revoluções que procuram mudar as relações de propriedade e não somente as pessoas que governam, instaurando *um novo modo de produção*, não são feitas por partidos, grupos ou quadros, mas resultam das contradições sociais que mobilizam amplos setores da população”. O autor sempre foi crítico a qualquer grupo que pretendesse controlar, manipular ou impor decisões ao movimento dos conselhos. Porém, quando o movimento era construído da base para o topo costumava apoiar iniciativas de construção de partidos e sindicatos pela classe trabalhadora. No entanto, em muitas vezes, alertava sobre possíveis desvios que a condição de representante nessas instituições poderia gerar, levando ao afastamento de um determinado grupo das condições de trabalhador.

O que observamos é que, no processo de suas lutas, o trabalhador cria instituições horizontais (grupo ou comissão de fábrica) e que as instituições existentes, como sindicatos e partidos, construídos verticalmente, pretendem “tutelar” ou “dirigir”. Uma comissão de fábrica pertence, antes de mais nada, aos trabalhadores que lá labutam, não pertence a partido político algum ou corrente sindical alguma. Pode a comissão de fábrica apoiar a sua luta do sindicato da categoria ou ter entre seus membros trabalhadores que pertençam

a partidos políticos, porém ela é autônoma em relação a tudo isso (TRAGTENBERG, [1982] 2011a, p. 297).

No artigo *Comissões de Fábrica e Sindicatos*, de 1983, ao tratar do exemplo da Comissão de Fábrica da Asama Indústria de Máquinas S/A em São Paulo, Tragtenberg ([1983] 2009, p. 46) sublinha que “colocamos as Comissões de Fábrica e Interfábricas como órgãos básicos e fundamentais do trabalhador, pois, por meio delas, ele controla e dirige sua própria luta”. E citando João Bernardo (1975, p. 75 apud TRAGTENBERG, [1983] 2009, p. 46) afirma que “nada impede que ocorra a fusão da luta entre várias empresas por meio da coordenação dos conselhos de fábrica por órgãos centrais constituídos por delegados eleitos e permanentemente revocáveis”.

Representam tais conselhos formas embrionárias de um novo modo de produção que não o dominante hoje. Embora lutem por reivindicações específicas, o mais importante não é sua vitória em curto prazo, mas sim que, por meio da luta, desenvolvam a associação, na forma de Comissão de Fábrica, que não só unifica a mão de obra, suprimindo a concorrência que o capital estabelece entre ela, como se constitui em uma organização horizontal, não hierárquica, na qual não há dirigentes e dirigidos. No caso em tela, ser líder é um resultado da participação na luta dos companheiros de trabalho, da ênfase na solidariedade oposta à competição; todos são iguais, ninguém é mais igual que outros (TRAGTENBERG, [1983] 2009, p. 46-47).

A prática de luta nas comissões de fábrica, conforme Tragtenberg, é o que fornece ao trabalhador elementos para que se posicione nos planos político, econômico e cultural. “Ele aprende na ‘escola de luta’”. Aprende a “lutar por salário (economia) enfrenta a hierarquia fabril (o poder), auto-organiza-se e desenvolve sua consciência político-social e cultural. São partes de um todo” (TRAGTENBERG, [1983] 2009, p. 48).

Citando o processo revolucionário na Hungria em 1956, Tragtenberg ([1986] 2008, p. 66) afirma que

[...] Foi realmente soviética, desde que entendida como o exercício do poder por mediação dos conselhos livremente eleitos pelos trabalhadores. Criou seus órgãos revolucionários estruturados horizontalmente (conselhos operários), comitês urbanos, conselhos de bairros e conselhos profissionais [...].

[...].

Os diferentes conselhos operários uniram-se em federações locais, departamentais e numa federação nacional, conforme os ramos industriais [...].

Esses são apenas alguns exemplos extraídos dos textos de Tragtenberg, nesses exemplos buscaram-se passagens de sua obra que expressassem os elementos centrais referentes ao tema, porém esses temas sistematizados se interligam e se complementam, fundamentando uma análise mais repleta de cada item, que, contudo, não dispensa novas análises nos textos originais do autor.

2.7.2 Cooperativas

Em artigo de 1981, na Folha de São Paulo, chamado *Costureiras mostram que cooperativismo pode ser possível*, Tragtenberg ([1981d] 2009, p. 32), lembrando os pioneiros de Rochdale de 1844 (que criaram os princípios do cooperativismo moderno), conta a história de que “vinte operárias desempregadas, esposas e viúvas de operários metalúrgicos de Monlevade¹², desenvolveram uma experiência em busca de uma ‘utopia concreta’”. A esta experiência da cooperativa de confecção de roupas Unilabor, fundada por essas vinte operárias, logo se somaram mais treze costureiras, que produziam, em 1978, cinquenta mil unidades de uniformes industriais, com média diária de quatrocentas peças. “Os produtos da Unilabor, por sua qualidade e preço, são altamente competitivos no mercado capitalista, e a cooperativa participa de concorrências abertas por grandes consórcios industriais [...]” (TRAGTENBERG, [1981d] 2009, p. 32).

Essa experiência começou em 1969 com a formação de um Clube de Mães filiado à Legião Brasileira de Assistência – LBA. “Após constatarem o caráter antieconômico da produção artesanal e venda caritativa nos moldes da LBA, as operárias resolveram se organizar para

¹² Cidade de João Monlevade, Minas Gerais.

produzir em conjunto” (TRAGTENBERG, [1981d] 2009, p. 33). Com uma sala e algumas máquinas cedidas começaram a produzir vestidos para crianças e panos de prato. Esse trabalho comunitário criou a possibilidade de produzir em escala maior e, então, passaram a confeccionar uniformes escolares. A LBA cedeu duas máquinas de costura industrial, que possibilitou a confecção dos primeiros uniformes industriais, onde cada peça podia ser confeccionada separadamente para depois ser montada. A ação de missionárias holandesas injetou ideias cooperativistas e a Associação de Monlevade de Serviços Sociais apoiou a cooperativa com capital de giro (TRAGTENBERG, [1981d] 2009).

A primeira dificuldade da cooperativa foi quando um tradicional fornecedor de uniformes de São Paulo para a empresa Belgo Mineira, para “quebrar” com a concorrência da cooperativa, passou a oferecer uniformes pela metade do preço de custo. No entanto, nessa primeira dificuldade, “a solidariedade dos operários da Belgo salvou a cooperativa. Eles se recusaram a usar os uniformes paulistas e o Sindicato Metalúrgico de Monlevade comprou a produção da cooperativa para oferecê-la aos trabalhadores da Belgo Mineira” (TRAGTENBERG, [1981d] 2009, p. 33).

Isso, entretanto, não evitou a segunda crise da cooperativa, pois não se tratava de lutar por um mercado, mas sim da existência de capital cooperado contando com o apoio “perigoso” dos trabalhadores. A saída foi mudar a forma de organização do trabalho: a livre produção domiciliar das cooperadas cedeu lugar a uma estrutura administrativa taylorista, à qual foi agregada a ideologia do solidarismo cristão no estilo da homônima Unilabor, uma fábrica de móveis que existia em São Paulo nos moldes cooperativistas, montada com auxílio de padres dominicanos.

O patrimônio foi reforçado com ajuda externa em máquinas e capital de giro, aumentando a influência das religiosas holandesas. Hoje [1981], restam somente seis das costureiras pioneiras (TRAGTENBERG, [1981d] 2009, p. 34).

A partir daí, a produtividade ocupou o lugar central e a solidariedade das mãos desempregadas foi substituída pela seletividade no recrutamento de jovens solteiras e com habilidades de costura. Há,

também, “o perigo de que a gerência técnica substituindo o patrão-empresário sufoque o cooperativismo” (TRAGTENBERG, [1981d] 2009, p. 35). No entanto, pelo relato, pode-se notar que o capital já sufocou a cooperativa desde o início, fazendo com que ela produzisse mercadorias segundo a lei do valor e da concorrência capitalista.

No livro *Reflexões sobre o socialismo* também há uma rápida passagem sobre o debate das cooperativas. Tragtenberg contextualiza a organização e luta dos trabalhadores na Primeira, Segunda e Terceira Internacional. Na Segunda Internacional havia uma questão na social-democracia que “ressaltava [...] a importância das cooperativas no projeto socialista”. Tragtenberg concorda com a crítica efetuada por Rosa Luxemburgo sobre os limites das sociedades cooperativas no modo capitalista de produção.

As cooperativas de produção têm duplo caráter sob o sistema capitalista: a par de uma produção socializada, acompanham uma troca capitalista. Como a troca domina a produção, a cooperativa para sobreviver, deve submeter-se às leis gerais do sistema capitalista. Na prática, isso significa aumento do ritmo de trabalho, aumento ou diminuição da jornada de trabalho conforme a conjuntura, contratar ou despedir a força de trabalho. Em suma, realizar todas as práticas capitalistas que uma empresa aplica para limitar a concorrência das outras empresas.

Nesse contexto, a cooperativa de produção padece de uma contradição básica: a necessidade de os operários se autodirigirem e desempenharem, em relação a si mesmos, o papel de empresários. Das duas uma: ou a cooperativa, para sobreviver, torna-se uma empresa capitalista; ou, se a pressão operária for maior, ela se dissolve.

É o que Beatrice Webb (teórica do movimento cooperativista) constatou nas cooperativas de produção inglesas, dissolvidas, em sua opinião, pela falta de disciplina. Cabe então a pergunta: não teriam se dissolvido devido à impossibilidade de o operário aplicar a si próprio o autoritarismo inerente à unidade de produção sob o sistema capitalista? (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 38).

No livro citado, a referência às cooperativas se encerra nesse ponto. Na seção 4 problematizam-se mais alguns pontos levantados nesse item. Por enquanto, esse item se restringe às posições e comentários de Tragtenberg sobre o tema.

2.7.3 Transformação das relações sociais de produção

Considerando tudo que foi sistematizado até o momento, sobretudo, no item referente à autogestão e seus subitens, acrescentam-se alguns trechos que expõem mais diretamente a posição de Tragtenberg sobre as possibilidades de transformação das relações sociais de produção. Em 1967, no seu primeiro livro escreve da seguinte maneira.

O desenvolvimento da concentração universal da economia, a expropriação do trabalho pelo capital (mais-valia) e depois, do capital por ele mesmo (trustes), a socialização do processo de produção que o capitalismo encerra em si, a existência de crises de superprodução como rebelião das forças produtivas contra as estreitas relações de propriedade em que se encontram, a criação do elemento subjetivo, o proletariado, sua tarefa de abolir o que a sociedade colocou sem o seu consentimento, a propriedade privada ou estatal – são os elementos potenciais para um regime de economia socialista planificada (TRAGTENBERG, [1967] 2010, p. 169-170).

Aparecem nesse trecho questões sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista que provocam crises de superprodução¹³

¹³ Nesse livro de 1967, *Planificação: Desafio do século XX*, parece que Tragtenberg entende as crises de superprodução como crises de superprodução de mercadorias e de um subconsumo da população. Isso porque escreve “**A fabricação era maior que a capacidade de consumo do mercado.** Sobre o mecanismo da crise, foi Marx quem nos esclareceu quando mostrou que a crise pode vir da velocidade de acumulação que elevou o preço da força de trabalho, como da **incapacidade para vender maior quantidade de bens de consumo pela retração do mercado**” (TRAGTENBERG, [1967] 2010, p. 152, sem grifo no original). E depois, trata da crise de 1929, avaliando que ela “foi precedida por uma elevação de salários compensada por aumento de desocupados”. “A raiz dessa elevação encontra-se no dilema em que se debate o capitalismo: alta

como rebelião das forças produtivas contra as relações de propriedade existentes, bem como seu elemento subjetivo, a luta de classes com a tarefa de abolir a propriedade privada dos meios de produção.

Outro aspecto que chama a atenção no tema da transformação das relações sociais de produção, e que foi visto abundantemente no item da autogestão, é reforçado pela seguinte citação “a questão não é a luta por objetivos imediatos (políticos), mas sim a possibilidade de transformar as relações sociais de luta (igualitárias) em novas relações sociais de produção. A luta operária constitui uma unidade entre o aspecto econômico e político” (TRAGTENBERG, [1985a] 2012, p. 344). Cabe ressaltar que para o autor, em geral, as lutas econômicas também são políticas e/ou se desenvolvem nesse sentido e também as lutas políticas da classe envolvem aspectos econômicos, sendo que, para Tragtenberg, diferenciar essas lutas parece mais atrapalhar do que ajudar. Outra questão a destacar é aquela de que as organizações horizontais, igualitárias, de luta dos trabalhadores e de produção podem se transformar em novas relações sociais de produção. Nesse sentido, Tragtenberg concorda com João Bernardo ao escrever a “orelha” e o “prefácio” do livro *Economia dos conflitos sociais*, onde expõe que

Por um processo coletivo de luta, o trabalhador rompe com a disciplina fabril criando estruturas horizontais, conselhos, comissões – essas sim constituem o elemento revolucionário, pois significam no ato a introdução de relações comunistas entre seus membros.

O comunismo não é algo a atingir; decorre da auto-organização da mão de obra através de estruturas horizontais que rompem com a verticalidade dominante nas unidades produtivas. É aí que se criam relações sociais novas,

taxa de lucro e abundância. Deve-se ao fato de o capitalismo ter só duas soluções: ou reduzir os salários e manter o custo da produção **ainda à custa de destruir o mercado pela crescente quantidade de artigos de consumo**; ou permitir que os serviços sociais e os salários aumentem provendo-os de um mercado ainda à custa de acabar com o custo de produção, ao deduzir o segundo elemento determinante da mais-valia: o baixo salário” (TRAGTENBERG, [1967] 2010, p. 154, sem grifo no original). **No entanto, nossa análise da obra de Marx é a de que ele trata da crise do modo de produção do capital e quando trata das crises de superprodução, se refere à superprodução de capital.** Apontada a diferença de análise, todavia, não é objeto desse trabalho o desenvolvimento dessas diferenças.

incompatíveis com a disciplina fabril tradicional e precursoras de relações sociais comunistas, ou seja, da auto-organização do trabalhador a partir da unidade produtiva, superando a verticalidade, a hierarquia e a fragmentação que o capital procura eternizar no seu seio (TRAGTENBERG, [1991] 2012, p. 386).

A proposta de transformação das relações sociais de produção, em Tragtenberg ([1987] 2011b, p. 246), converge para o seguinte sentido:

O que propomos é que os trabalhadores devem decidir os objetivos de suas lutas e sua organização deve estar sob seu controle. Socialismo não significa somente propriedade comum e controle dos meios de produção e distribuição; significa, também, igualdade, liberdade afetiva, reconhecimento recíproco e uma radical transformação das relações entre os homens. É a autêntica “autoconsciência” do homem.

E se referenciando nos processos de coletivizações ocorridos na Espanha entre 1936-1939 conclui que

O princípio básico que distingue as “coletividades” de outras formas de controle operário é a forma de propriedade. Nas “coletividades” ela pertence àqueles que as formam, diferentemente do que se conhece por “estatização” ou “nacionalização”, onde as unidades produtivas, terras e fábricas pertencem ao Estado, que as dirige por mediação da burocracia (TRAGTENBERG, [1987] 2011b, p. 270).

Em suma, reforçam-se, neste subitem, os elementos centrais da posição de Tragtenberg sobre a transformação das relações sociais de produção em novas relações sociais que, segundo o autor, colocam os trabalhadores no controle de suas lutas e da sua produção eliminando a divisão que existe entre os que decidem e os que executam por meio de organizações horizontais, igualitárias, que corroem as estruturas

verticais e autoritárias do sistema capitalista. Esses elementos são expostos ao longo de toda essa seção, especialmente no item referente à autogestão e seus subitens, porém cabe analisar também a crise dessas organizações “autogeridas”.

2.7.4 Colapso das novas relações sociais de produção

Um dos temas que chama a atenção sobre as organizações horizontais, igualitárias, “autogeridas” são os motivos que levam ao seu esgotamento. Tragtenberg apresentou experiências fracassadas ou de situações de crise de organizações desse tipo, normalmente, vinculada a casos concretos como o da cooperativa das costureiras da cidade mineira de João Monlevade conforme visto anteriormente. Porém, não se encontrou em Tragtenberg uma sistematização da crise dessas organizações. No entanto, outro autor que defende a “autogestão”, o português João Bernardo, que foi muito amigo de Tragtenberg, faz uma sistematização sobre esse assunto. Os autores possuem trajetórias diferentes e suas análises da sociedade não partem necessariamente dos mesmos pontos, todavia, em suas propostas no âmbito da “autogestão” parece haver diversas questões em comum. Em sua obra *Economia dos conflitos sociais*, cuja primeira edição foi prefaciada por Tragtenberg, João Bernardo apresenta uma síntese dessa análise ao final do livro. Nesse ponto, inicia sua análise do seguinte modo.

A repetida suspensão dos processos revolucionários não tem resultado da sua derrota perante a repressão. É aqui decisiva uma análise atenta da cronologia, e os casos conhecidos mostram que, antes de os capitalistas contra-atacarem, já tinham entrado em desorganização as formas coletivistas e igualitárias surgidas na luta autônoma. É sempre essa desorganização prévia que suscita a investida capitalista. A derrota perante a repressão caracteriza apenas a fase do declínio final, quando o destino dos acontecimentos já está decidido (BERNARDO, 1991, p. 339).

Segundo João Bernardo (1991), com essa desarticulação das formas coletivas fica facilitada a reação capitalista, cabendo-lhe apenas o golpe final. Para o autor, no entanto, o fator decisivo encontra-se na fase inicial do movimento, onde os trabalhadores parecem ter tudo nas

mãos, que se generalizam e aprofundam as novas relações sociais e que os capitalistas se dispersam e recuam. E o autor pergunta o que se passa em cada vez que se trava um destes processos revolucionários, para em seguida escrever.

O capitalismo é um sistema econômico integrado em escala mundial. Logo que os trabalhadores, com o desenvolvimento das formas organizativas saídas da luta autônoma e perante o recuo dos capitalistas, começam a tomar conta do aparelho produtivo e a reorganizá-lo segundo os novos critérios, deparam-se com o mercado mundial (BERNARDO, 1991, p. 340).

E continua explicitando que ao passo que vão se reestruturando esses processos produtivos, eles não deixam de necessitar de matérias-primas, máquinas, equipamentos, insumos em geral produzidos por empresas capitalistas; também em relação à venda desses produtos produzidos sob novas relações, alguns até podem ser escoados nos “mercados de solidariedade”, porém o restante precisa se defrontar com as vendas no mercado da sociedade capitalista. O autor ainda trata de unidades produtivas pequenas e grandes e, mesmo supondo a possibilidade de escoar seus produtos em “mercados de solidariedade”, depende da compra de insumos do mercado mundial. Essas unidades estão muito longe de formar um circuito auto-suficiente porque, segundo o autor, “não desenvolveram o sistema tecnológico específico das novas relações sociais de produção”. “Só quando um modo de produção se constitui como tal é que se forma um verdadeiro organismo econômico totalizante, possível de um funcionamento global no interior dos seus limites” (BERNARDO, 1991, p. 340). E,

É antes, muito antes, de poderem inter-relacionar-se num novo organismo econômico coerente, possuidor de uma base tecnológica específica, que as unidades de produção controladas pelos trabalhadores em luta têm de se relacionar com o mercado mundial. É desde o primeiro dia que são obrigadas a fazê-lo, pois as pressões para a continuação da produção levam os trabalhadores a prosseguir a atividade no único campo em que pode ela decorrer. É este o problema crucial (BERNARDO, 1991, p. 340).

Essas unidades de produção têm por objetivo uma produtividade de acordo com essas novas relações de produção. No entanto, ao mesmo tempo se defrontam com o mercado mundial, “que obedece a critérios de produtividade opostos, decorrentes das relações capitalistas” (BERNARDO, 1991, p. 341).

Ora, o mercado mundial hoje vigente obedece de modo inteiramente sistemático e coerente à produtividade capitalista. E as unidades de produção onde se desenvolve a luta autônoma suscitam, por um lado, relações sociais novas, que exigem novos critérios de produtividade e, por outro inserem-se num campo que as obriga a seguir os critérios capitalistas. O problema central tem sido, até agora, o da impossibilidade de estas unidades de produção desenvolverem relações exclusivamente recíprocas, pois, mesmo quando existem várias simultaneamente, estão muito longe de constituir um modo de produção global e coerente. A concorrência, ou seja a forma do inter-relacionamento econômico no contexto capitalista, não é um jogo de regras neutras. Está viciado desde o início. A mais concorrencial é a empresa que mais cabalmente aplica os mecanismos capitalistas de produtividade, que mais estritamente se lhes sujeita. E as unidades produtivas que os trabalhadores controlam e que pretendem reorganizar segundo um critério têm então de funcionar para um mercado onde a produção é avaliada segundo um critério antagônico. É esta contradição que acarreta o colapso das novas relações sociais coletivistas e igualitárias (BERNARDO, 1991, p. 342-343).

João Bernardo (1991) analisa como essa contradição se manifesta no interior das unidades de produção para enfrentar às pressões antagônicas e na dificuldade que essas experiências tiveram na coordenação das diferentes lutas. E considera que “enquanto permanecer dominante o mercado capitalista mundial, não será no quadro da autonomia que se pode competir aí com êxito” (BERNARDO, 1991, p. 343). E que “enquanto a expansão das formas coletivas e ativas se revelar incapaz de pôr em causa, ou sequer de fazer retroceder, o

mercado mundial capitalista, será este que acabará por impor ao jogo as suas regras” (BERNARDO, 1991, p. 344).

Considerando as contradições que desgastam as organizações coletivistas no sentido de tentarem produzir sob novas relações e terem que se submeter à produtividade capitalista para manterem a unidade de produção em funcionamento de forma que permita aos seus integrantes sobreviverem enquanto permanecer o modo de produção capitalista e que permite aos capitalistas contra-atacarem e o capital reorganizar a produção sob seus moldes, Bernardo (1991), após apresentar diversas limitações, considera que

[...] apesar do colapso a que inevitavelmente se condenam as formas mais avançadas de luta autônoma enquanto continuar a prevalecer o mercado capitalista, a continuidade da resistência dos trabalhadores nada tem a ver com a heroicidade do desespero, com a estética aristocrática do suicídio social. À recorrência do movimento revolucionário preside, pelo contrário, uma estratégia profundamente realista, porque cria as condições para o desenvolvimento das próximas lutas em moldes ainda mais radicais, capazes de alargar a rede dos mercados de solidariedade e, portanto, de se oporem à sujeição aos critérios de produtividade capitalistas (BERNARDO, 1991, p. 349).

O autor continua e propõe que

Os trabalhadores não podem prosseguir a luta contra o mercado mundial no nível da concorrência, pois as regras do jogo implicam a aceitação das normas do capitalismo. A única maneira por que se afigura possível combater o mercado mundial é no nível onde os trabalhadores mantêm a supremacia, naquele nível em que vigoram e prevalecem os seus critérios próprios, ou seja, pela expansão e o aprofundamento das novas relações sociais surgidas na luta autônoma. Se o mercado mundial capitalista não pode ser combatido por dentro, deve ser apenas combatido de fora, pela redução do seu campo de vigência mediante a proliferação de processos simultâneos

de luta autônoma. [...] Ora, como a urgência das pressões para a integração dos vários processos econômicos não se compadece com a demora no desenvolvimento das novas relações sociais, conclui-se que a internacionalização da luta autônoma não pode operar-se a partir de um único pólo de expansão, nem mesmo de um só país. Apenas o simultâneo desencadeamento de processos coletivos e ativos de contestação generalizada pelos trabalhadores de um número crescente de países poderá fazer recuar o mercado mundial e começar a pôr em xeque os seus critérios de produtividade [...] (BERNARDO, 1991, p. 349).

Nesse sentido, Bernardo (1991, p. 349-350), expõe sobre a necessidade de se “saber porque essa internacionalização dos focos de origem das lutas autônomas não ocorreu”. E que “uma tentativa de resposta tem de partir da compreensão prévia de que as classes não são invariantes. Evoluem com os próprios conflitos que pautam o desenvolvimento do modo de produção e nessa evolução interferem reciprocamente”. O autor vai buscar uma resposta para a pergunta na análise daquilo que ele nomeou como “ciclos longos da mais-valia relativa” explicando-os pela análise histórica do modo de produção capitalista e de sua constante luta de classes. Não é objeto desse estudo desenvolver a explicação desses ciclos, mas cabe ressaltar que Bernardo (1991) faz a análise de diferentes ciclos e suas fases ao longo do sistema capitalista para tentar entender porque os focos das lutas autônomas ocorridas na história não se internacionalizaram. Em processos revolucionários que agitaram a maior parte da classe trabalhadora de um país (em que, no último ciclo analisado, cita os exemplos da França e Itália no final da década de 1960 e meados da década de 1970; o exemplo de Portugal nos anos 1974 e 1975; e da Polônia em 1980-1981), e destaca que

[...] Quando se iniciam e se difundem e parecem poder expandir-se sem obstáculos a toda uma esfera nacional, são travadas pelo fato de não se reproduzirem simultaneamente num número crescente de países. São os mecanismos do mercado mundial que provocam o colapso das novas relações sociais, mas é o fracionamento nacionalista da classe trabalhadora que cria as

condições para que o mercado capitalista possa exercer vitoriosamente as suas pressões. [...] (BERNARDO, 1991, p. 364).

E realça que “as formas autônomas de luta cairão sempre em colapso enquanto a estrutura orgânica da classe trabalhadora não tender à unificação” (BERNARDO, 1991, p. 368). Essa sistematização desse ponto presente na obra de João Bernardo e não desenvolvido por Tragtenberg tem por objetivo, a partir de outro autor que defende a autogestão, muito próximo de Tragtenberg, demonstrar um pouco das contradições das organizações autônomas e responder alguns aspectos de seu relacionamento com o mercado capitalista. Desta forma, aprofundando e preenchendo uma lacuna da obra de Tragtenberg. Porém o processo de análise não para por aqui e se pretende ir adiante nas próximas seções desse estudo.

A partir da análise de Tragtenberg da sociedade, passa-se agora ao estudo de sua análise da educação.

2.8 A CRÍTICA DE TRAGTENBERG À EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS

A análise da educação de Tragtenberg deriva de sua crítica da sociedade, das relações de produção, da propriedade e controle dos meios de produção, da divisão do trabalho, da burocracia, do Estado e de alternativas de transformação dessas relações sociais.

Os autores que produziram academicamente sobre a questão da educação na obra de Tragtenberg alertam que existem muitos aspectos e análises que são conjunturais, que refletem suas análises sobre o momento histórico em que viveu. Porém, para esses autores, sua obra também apresenta elementos importantes para a análise do momento atual, continuando a contribuir para a crítica da sociedade nos dias de hoje, da burocracia, das relações de classe e da educação, entre outras.

Seus escritos sobre a educação devem ser compreendidos no contexto histórico, político, econômico e social em que foram produzidos, do início da década de 1970 até os finais da década de 1990 (SILVA, 2004). Meneghetti (2009, p. 127) afirma que várias de suas críticas “devem ser contextualizadas no período histórico em que o sistema de produção dominante é o taylorismo/fordismo”, pois, caso contrário, as análises ficarão destoantes da realidade.

Os textos de Tragtenberg sobre a educação são predominantemente do período da ditadura empresarial-militar no

Brasil. Nesse período histórico da educação brasileira eram evidentes e gritantes as seguintes características: hierarquia autoritária na escola, uma forte perda de “autonomia pedagógica do professor”, a educação como um ponto estratégico de controle político e ideológico, disciplina de uma moral cívica e padronizada para atender uma conduta desejável ao sistema vigente, professor como aplicador de conteúdos, educação livresca e teórica, professor como transmissor de conhecimento, onde eram acentuadas as provas, punições, premiações, autoritarismo, fiscalização, burocratização do ensino e a repressão do desenvolvimento de movimentos opositores ao regime (LIMA, 2018). São essas algumas das características da educação do período, que aparecerão como centrais na crítica de Tragtenberg à educação.

2.8.1 A educação na sociedade e a pedagogia burocrática

No que diz respeito aos escritos de Tragtenberg sobre a educação, o autor não a analisa como um fim em si mesma, mas relacionado-a a elementos estruturais da sociedade capitalista e aspectos conjunturais de sua época. “O problema educacional é aparentemente educacional. Na realidade é econômico-social e político” (TRAGTENBERG, [1979a] 2004, p. 200). “A educação, enquanto sistema, não pode estar acima do desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. [...]” (TRAGTENBERG, [1979a] 2004, p. 193).

A educação, como a religião e o direito, não tem uma história à parte; constitui-se em parte integrante do todo social, captado por suas determinações econômico-sociais. O importante é reter que a forma assumida pelo processo de trabalho determina as características e o significado da educação. À medida que, com a manufatura, as operações no processo de trabalho são cada vez mais subdivididas, as subdivisões isoladas se constituem em função de um trabalhador, o conjunto de funções e operações constitui o trabalhador coletivo, formado por muitos trabalhadores parciais. Com isso reduz-se o tempo requerido para a formação do trabalhador individual e a aprendizagem é limitada a um número de operações. Há o deslocamento do conhecimento do trabalhador individual ao coletivo e deste ao capital, que culmina com a

indústria moderna, na qual a ciência aparece como força independente do trabalho e a serviço do capital. A qualificação para o trabalho passa a ser controlada por este. Na medida em que o capital detém o conhecimento, ele funda a distribuição diferencial de saber que legitima a existente na esfera do poder. Constituindo-se em qualificações genéricas, a força de trabalho pode ser formada fora do processo produtivo: na escola (TRAGTENBERG, [s.d.] 2004, p. 77-78).

Os processos educativos estão amplamente alicerçados nos processos de trabalho que uma sociedade necessita realizar para a produção e reprodução da vida de seus integrantes em conjunto. Segundo o autor, em processos de trabalhado fundados em características pré-capitalistas os trabalhadores não necessitam de uma qualificação formal na escola, porém, predominando as formas capitalistas de produção os trabalhadores precisam de qualificações genéricas para ler, escrever e contar. Também ressalta que nas sociedades pré-capitalistas a educação formal que existia para as elites possuía o objetivo de formação de seres cultos, na sociedade capitalista exige-se os diplomas universitários nas funções de supervisão e de maior poder nas hierarquias das empresas capitalistas e do Estado tendo em vista a exploração de mais valia na sociedade (TRAGTENBERG, [s.d.] 2004; [1979b] 2012; [1979a] 2004; [1982b] 2004).

No artigo *Educação Brasileira: diagnóstico e perspectivas*, publicado em 1979, Tragtenberg analisa o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e seus efeitos sobre a educação brasileira.

[...] Retomam-se nesta discussão as questões expressas pela dinâmica intensiva do desenvolvimento capitalista, que se realiza através da “centralização e concentração”, e pela dinâmica extensiva, que se dá através da penetração das relações capitalistas de produção em áreas onde domina o pré-capitalismo, concretizadas na destruição dessas mesmas relações sociais e sua substituição por relações tipicamente capitalistas de produção.

Esse processo se efetiva, de forma desigual e combinada, onde as articulações pré-capitalistas se subordinam às relações capitalistas e

constituem condição de seu desenvolvimento [...] (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 13).

O autor aponta que o sistema capitalista desenvolve disparidades regionais e também no interior das regiões, e que nesse mesmo processo, se interligam as desigualdades no processo de reprodução ampliada do capital. Contextualiza alguns aspectos do processo de industrialização brasileira a partir de 1930 para analisar a educação no Brasil. Segundo Tragtenberg ([1979b] 2012, p. 15) “fundamentalmente, há uma correlação direta entre a origem social do aluno e o fracasso escolar, seja a entrada tardia no sistema formal de educação, seja a repetência ou a evasão escolar [...]”. Ou seja, quem tem condições socioeconômicas melhores, tem grande chance de sucesso na escola, enquanto as pessoas nas piores condições socioeconômicas estão relacionadas aos maiores índices de fracasso escolar. Referente a essa questão, em artigo sobre a pós-graduação na Folha de São Paulo, escreve que

A escola, ao “selecionar” os chamados “melhores” apenas ratifica uma seleção social preexistente, escolhe os escolhidos, confere poder simbólico aos que detêm poder real – é a função do ensino universitário e pós-graduado. Porém, a educação não pode estar acima do desenvolvimento econômico da sociedade global, ensinam os clássicos. Eis que o caráter elitista que ela toma é mera reprodução de uma sociedade diferenciada por classes e alta concentração de renda, onde os pobres não têm poder de barganha (TRAGTENBERG, [1979d] 2004, p. 110).

No contexto do Manifesto dos Educadores de 1922 e do processo de industrialização conhecido como “Revolução de 1930”, a educação aparece como um “problema nacional”. Quando na verdade o problema era universalizar a escola, propiciando instrução elementar, para viabilizar o modo de produção capitalista no Brasil (TRAGTENBERG, [1979b] 2012).

Dáí surgir como um dos temas centrais da Escola Nova a luta pela igualdade de oportunidades como elemento central da democratização do ensino. Porém, como é possível almejar a

“democratização do ensino” sem a “democracia industrial”? Ou melhor, como conciliar a ideologia capitalista liberal da *igualdade de oportunidades* com a existência da *desigualdade de condições sociais para o usufruto dessas oportunidades*? (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 16).

Conforme Tragtenberg, “a ampliação da escolarização formal não ‘salvou’ o país, nem se constituiu em elemento para a formação de mão de obra qualificada”. E que “quanto menos a escola tem esse papel tanto mais ela se realiza como aparelho ideológico, inculcando valores e comportamentos das classes dominantes nas classes dominadas” (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 16).

O autor também faz uma diferenciação entre escola de rico e escola de pobre. No entanto, deve-se tomar o cuidado para não confundir rico com classe capitalista e pobre com classe trabalhadora. Embora em grande parte dos casos possa haver coincidências nesse sentido, não é a pobreza ou a riqueza o fundamento específico que caracteriza as classes sociais. Dessa maneira, identificar classe com rico e pobre acarreta implicações na análise da realidade, mistificando a relação social de produção.

Estabeleceram-se na prática duas redes paralelas; a escola de rico e a escola de pobre. Ao se acentuar por esse sistema as diferenças de classe, apesar de todo o jargão igualitário democrático-liberal, introduziram-se sutilmente condições diversas de estudo vigente na escola privada e na do Estado, no nível qualitativo de ensino destinado à clientela do período diurno e *noturno*. O pobre frequenta a rede do Estado, na maior parte no período noturno [...] (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 17).

Ainda enfatiza que “na realidade, o sistema de ensino se realiza através de distribuição diferencial do saber, possibilitando meios para o exercício diferencial do poder, que, por sua vez, reproduz diferencialmente a lógica das classes sociais existentes [...]” (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 18). Aos grupos de origem proletária e camponesa cabem aprender as instruções elementares de saber ler, escrever e contar, se adaptar aos valores dominantes na

sociedade, incorporando “elementos de caráter mágico-religioso, cultura do senso comum ou [...] visão fatalista do universo [...]”.

O problema educacional, tal qual é usualmente detectado, o é na *aparência*. Na realidade ele é a forma *aparencial* de algo essencial: as determinações econômicas que regem a lógica das classes, transmutada em lógica de poder e legitimada pelo aparelho escolar, através do fornecimento de uma educação diferencial (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 23).

Para o autor ([1979b] 2012, p. 19) “[...] o desconhecimento da realidade socioeconômica concreta não pode ser suprido por nenhuma tecnologia educacional, por mais sofisticada que seja [...]”. Por mais que avancem as tecnologias na educação, elas correspondem ao desenvolvimento da sociedade capitalista em busca de atender às suas necessidades de reprodução do capital e manutenção do poder.

Em suma, o problema educacional só o é na aparência; na realidade o problema central é socioeconômico-político, ao qual está estreitamente vinculado o aspecto educacional, que possui um nível de autonomia relativa em relação a esse conjunto. Porém, é importante sublinharmos esse nível *relativo* de autonomia do educacional, para não iniciarmos uma discussão do irrelevante ou promovermos uma “cultura da desconversa” (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 33).

Esse nível relativo de autonomia da educação em relação aos aspectos socioeconômicos e políticos ocorre porque não é uma relação mecânica entre as partes, em que ao se mover uma peça automaticamente se move a outra ou como uma consequência imediata. A relativa autonomia da educação também tem o sentido, para Tragtenberg, de que ao mesmo tempo em que a educação reproduz e reforça as relações sociais de produção ela também produz e expressa as contradições dessas relações, sendo espaço de reprodução e de crítica da sociedade.

No artigo *A escola como organização complexa*, Tragtenberg ([1982b] 2004, p. 56) indica que

O aparelho escolar tem seu papel na reprodução das relações sociais de produção quando:

- a) contribui para formar a força de trabalho;
- b) contribui para inculcar a ideologia hegemônica, tudo isso pelo mecanismo das práticas escolares;
- c) contribui para reprodução material da divisão em classes;
- d) contribui para manter as condições ideológicas das relações de dominação.

Para Tragtenberg, a formação escolar tem um destino produtivo, assim como, nessa formação, a “inculcação” e manutenção da ideologia dominante ocorrem muito mais pelas práticas escolares do que pelos conteúdos, e se dão em conjunto com diversos aparelhos ideológicos, dos quais cita, televisão, publicidade, seitas, etc. Em relação à contribuição à reprodução material da divisão de classes afirma que “a escola não cria a divisão de classes, mas contribui para essa divisão e reprodução ampliada” (TRAGTENBERG, [1982b] 2004, p. 56).

No início da década de 1980 também já apontava setores em que não importava mais a formação de operários embrutecidos, mas de trabalhadores adaptáveis às novas formas de exploração do trabalho pelo capital, já indicando elementos da “acumulação flexível” (HARVEY, 1993) e de uma “aprendizagem flexível” (KUENZER, 2016).

Hoje em dia [1982] a preocupação maior da educação consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, porém capacitados a modificar seu comportamento em função das mutações sociais. Não interessam, pelo menos nos países industrialmente desenvolvidos, operários embrutecidos, mas seres conscientes de sua responsabilidade na empresa e perante a sociedade global (TRAGTENBERG, [1982b] 2004, p. 46).

Para analisar a educação Tragtenberg se fundamenta na sua análise da sociedade, considera as relações sociais de produção, a propriedade e controle dos meios de produção, a divisão do trabalho, a exploração do trabalho, porém, sua ênfase recai no aspecto burocrático da educação, que para ele, envolve os itens anteriores. Por isso, talvez, ele caracterize a pedagogia de “burocrática”. “Entendo por pedagogia

burocrática um sistema onde os meios de controle se tornam fins, e os fins são esquecidos [...]” (TRAGTENBERG, [1979a] 2004, p. 203). Isto é, a pedagogia que esquece a finalidade de ensinar para ter como finalidade o controle dos níveis superiores da hierarquia sobre os níveis inferiores, onde os registros de presença e de avaliação passam a ter mais importância que a atividade de ensino. Do mesmo modo que o professor controla o aluno, ele é controlado pelo diretor, que é controlado pelo secretário de educação, que na maioria das vezes é indicado por grupos de interesses privados articulados em alguma coligação partidária, e assim por diante. Talvez a finalidade dessa pedagogia não seja ensinar, mas ser um dos elementos de formação da futura força de trabalho, assim como numa empresa capitalista de educação “ensinar” é um meio para se obter lucros.

“A pedagogia burocrática, ao acentuar o conformismo, o espírito acríptico do aluno, forma a futura mão-de-obra dócil, que nada reivindicará nas empresas ou no Estado, forma os ‘servos’ do capital que docilmente contribuirão para a sua reprodução ampliada” (TRAGTENBERG, [1979a] 2004, p. 204).

Além desse aspecto conservador de reprodução das relações sociais de produção, para Tragtenberg a escola também reproduz as contradições da sociedade. A contradição, segundo o autor ([1978a] 2004, p. 75), parte do princípio de que “a mesma realidade que cria a burocracia cria a oposição à mesma”, a realidade que cria a burocracia, cria também a luta contra ela, o que se opõe estrategicamente à burocracia para Tragtenberg é a auto-organização, a autogestão. Essas contradições se expressam em vários pontos para o autor, sendo que se pode resumir nos seguintes: possibilidades de crítica em aula; auto-organização dos trabalhadores (professores, funcionários e estudantes); condições para emergência de uma pedagogia antiburocrática; e o papel do intelectual como alguém que pode apresentar informações que podem servir de subsídio para “dar uma força” na luta de classes. Considerando a função do professor, a citação a seguir apresenta alguns desses elementos.

Porém, há o outro lado da moeda. O professor é agente de reprodução social e, pelo fato de sê-lo, também é agente da contestação, da crítica. O predomínio das funções de reprodução e crítica professoral depende mais do movimento social e sua dinâmica que se dá na sociedade civil, fora dos muros escolares.

Em períodos de mudança social, o professor enquanto assalariado ou funcionário do Estado se organiza contra a deterioração de suas condições de trabalho. Nesse momento ele contesta o sistema. Porém, para contestar o sistema é necessário estar inserido nele numa função produtiva.

É o que se dá com o operário. Reproduzindo o capital, ponto terminal do trabalho acumulado, tem ele condições de contestar o capital mediante sua auto-organização e ações práticas. Desvinculado da produção pouco pode fazer. Greve de desempregados é coisa difícil.

Por tudo isso a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reprodutor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambiguidade da função professoral (TRAGTENBERG, [1985b] 2012, p. 83).

A contradição social na educação não envolve apenas os professores, mas todos os sujeitos que participam dela, por exemplo: funcionários, estudantes, pais, etc. Entende-se que as questões referentes à contradição social estão ligadas aos seguintes pontos: a escola está inserida na sociedade e expressa as contradições dessa sociedade. Essas contradições vêm do lugar em que o sujeito ocupa no processo de produção. Dentre diferentes contradições, a contradição central reside nas classes sociais a que os sujeitos pertencem. Das diferentes classes sociais e lugares que os sujeitos ocupam no processo de produção, isto é, de sua inserção social de classe, surgem as possibilidades de esses sujeitos irem para além da simples reprodução social e agirem no sentido da contestação e superação dessas formas sociais.

Para Tragtenberg ([1980a] 2012, p. 95),

Cabe aos trabalhadores em educação, professores e funcionários se organizarem em suas associações de classe. Aos professores, colocar seu capital cultural a serviço dos trabalhadores, assessorando-os nos sindicatos, nas associações de bairro, nas comunidades de base. Assim, a camada intelectual, de “serva do capital” e agente da “reprodução ampliada do poder”, poderá converter-se em “intelectual orgânico” *daqueles*

que estão expropriados econômica, política e culturalmente.

Em relação aos intelectuais, Tragtenberg ([1983b] 2012, p. 192) assinala:

[...] E a importância do intelectual existe à medida que ele pode desenvolver um trabalho e dar força ao movimento operário, à medida que ele passa informação dele ao movimento operário, à medida que vê como válida a informação. Quando o operário assume-a, o intelectual se torna desnecessário [...].

Para o autor, o intelectual pode ter a função de servir ao capital e às relações de poder dominantes no sistema capitalista ou pode assumir a função de crítico do sistema, criticar a ideologia dominante, ajudar os “dominados” sem paternalismo e assessorar associações voluntárias em que os trabalhadores se auto-organizam (TRAGTENBERG, [1979a] 2011b). Porém, alerta para não se cair num “messianismo pedagógico”, pois também há muitos professores que acham que “a educação salva o mundo [...], que por meio da educação se muda muita coisa. Não acredito nisso. Acho que a educação pode ser um meio importante de mudança social se ao mesmo tempo você fizer mudanças econômicas, políticas e sociais” (TRAGTENBERG, [198-] 2012, p. 119). Em outra fala, sendo entrevistado, responde “aí você diz: mas a universidade cria a sua crítica, existe o antagonismo. Sem dúvida, mas a universidade simplesmente reflete os antagonismos sociais, ela é um pano de fundo, ela não resolve nada” (TRAGTENBERG, [1982] 2011b, p. 69).

Outro ponto que é explicitado com frequência nos escritos de Tragtenberg sobre a educação é a relação entre saber, poder e dominação. No artigo *O saber e o poder*, de 1978, afirma seu interesse em “saber em que condições o poder produz um tipo de saber necessário à dominação, e em que medida esse saber aplicado reproduz o poder” (TRAGTENBERG, [1978b] 2004, p. 21). Em artigo de 1985, intitulado *Relações de poder na escola*, inicia da seguinte maneira.

Professores, alunos, funcionários, diretores, orientadores. As relações entre todos esses personagens no espaço da escola reproduzem, em escala menor, a rede de relações de poder que existe na sociedade. Isso não é novidade. O que

interessa é conhecer como essas relações se processam e qual o pano de fundo de ideias e conceitos que permite que elas se realizem de fato. A nós interessa analisar a escola através de seu poder disciplinador. Como dizia o pensador francês Michel Foucault, a escola é o espaço onde o poder disciplinar produz saber (TRAGTENBERG, [1985b] 2012, p. 77).

Nesses artigos discute os métodos de controle nas escolas e universidades que reforçam tendências que existem no “mundo de fora”. No sistema capitalista as relações de poder, controle e vigilância produzem conhecimentos, áreas específicas do saber, que derivam de práticas políticas disciplinares, necessárias à manutenção da dominação burocrática-legal, que obedece a um racionalismo de normas de controle, hierárquicas, de recompensas e punições, dentre outras características que reproduzem e legitimam as relações de poder na sociedade.

Em seu célebre artigo *A delinquência acadêmica*, a respeito da universidade, escreve que o tema é amplo, o da “[...] relação entre a dominação e o saber, a relação entre o intelectual e a universidade como instituição dominante ligada à dominação [...]” (TRAGTENBERG, [1982a] 2004, p. 11). Para o autor a universidade “não é uma instituição neutra; é uma instituição de classe, na qual as contradições de classe aparecem. Para obscurecer esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber ‘objetivo’, acima das contradições sociais” (TRAGTENBERG, [1982a] 2004, p. 12). Na época escreve que

No século XIX, período do capitalismo liberal, ela [a universidade] procurava formar um tipo de “homem” que se caracterizava por um comportamento autônomo, exigido por suas funções sociais: era a universidade liberal humanista e mandarinesca. Hoje, ela forma a mão-de-obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas escolas de direito, forma os aplicados de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do

sistema. Em suma, trata-se de “um complô de belas almas” recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for (TRAGTENBERG, [1982a] 2004, p. 12).

Nem aqueles chamados “cursos críticos” escapam, Tragtenberg se refere aos cursos de ciências sociais e humanas de sua época, pois os mesmos também reproduzem as formas e juízos da ideologia dominante. Nas palavras de Tragtenberg ([1982a] 2004, p. 13-14):

A universidade dominante reproduz-se mesmo através dos chamados “cursos críticos”, em que o juízo professoral aparece hegemônico ante os dominados: os estudantes. Isso se realiza através de um processo que chamarei de “contaminação”. O curso catedrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico; a crítica ideológica é feita nos chamados “cursos críticos”, que desempenham a função de um tranquilizante no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinquência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica-crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico.

Tragtenberg ([1982a] 2004, p. 18) caracteriza a delinquência acadêmica por meio da

[...] existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tonam fins, os *fins* formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao *controle* burocrático de sua produção como suprema virtude, em que “administrar” aparece como sinônimo de vigiar e punir – o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos

de alunos, como diria Lima Barreto em *Cemitério de vivos*.

Para combater a delinquência acadêmica e a pedagogia burocrática propõe “a criação de canais de participação *real* de professores, estudantes e funcionários no meio universitário [assim como no meio escolar], que se oponham à esclerose burocrática da instituição” (TRAGTENBERG, [1982a] 2004, p. 18).

2.8.2 Autogestão pedagógica

Num sentido muito semelhante a sua crítica à sociedade, Tragtenberg desenvolve sua análise da educação, uma vez que essa é uma pequena parte no interior daquela. Sendo que, para o autor, a educação reflete as contradições sociais. Como exame de uma parte específica da sociedade, a análise da educação também expressará, conforme sua interpretação, as contradições principais da sociedade, as relações sociais de produção capitalistas, a propriedade e o controle dos meios de produção, a divisão do trabalho, dentre outras características que o farão caracterizar o que ele chama de “pedagogia burocrática”. No âmbito da sociedade para superar a burocracia e o modo de produção capitalista propõe como alternativa a autogestão social conforme visto anteriormente. No campo da educação, como formas de tentativas de superar a “pedagogia burocrática”, incentiva muito as práticas de auto-organização dos trabalhadores e estudantes nas instituições de ensino, o que, em alguns momentos, chama de “autogestão pedagógica” e em outros chama de “pedagogia antiburocrática” ou de “educação num sentido libertário” para expressar suas ideias educacionais.

No campo da “pedagogia libertária”, Tragtenberg teve grande influência de Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), espanhol/catalão um dos principais fundadores da “Escola Moderna”¹⁴ e um dos clássicos

¹⁴ Movimento pedagógico de inspiração anarquista do início do século XX em Barcelona. Ribeiro Silva (2011, p. 110-111) apresenta alguns princípios da “Escola Moderna” fundamentais ao seu artigo, em que analisa a presença das ideias de Ferrer nas publicações de Tragtenberg na revista *Educação & Sociedade*: “(1) a ênfase no ensino científico e racional em detrimento de dogmas instituídos, da monopolização do saber, do preconceito e da violência – seja aquela que se faz de forma implícita, como ‘violência simbólica’, ou as que se efetivam sob o amparo da autoridade e da disciplina; (2) o elogio da liberdade e solidariedade ao invés do incentivo à competição, aos prêmios e castigos; (3) o respeito às individualidades da criança e às necessidades

da pedagogia libertária. Tragtenberg foi um divulgador das ideias de Ferrer no Brasil. No primeiro número da revista *Educação & Sociedade*, em 1978, publicou o artigo *Francisco Ferrer e a pedagogia libertária*. Ribeiro Silva (2011) analisa a presença das ideias de Ferrer nas publicações de Tragtenberg nessa revista ao longo dos anos.

A proposta vincula-se às possibilidades geradas pelas contradições concretas da realidade social. Por isso, propõe uma reflexão sobre as possibilidades, em meio à rotina e ao sistema, de adotar posturas pedagógicas diferenciadas. Parte do princípio que “a mesma realidade que cria a burocracia cria a oposição à mesma” (TRAGTENBERG; [1978a] 2004, p. 75). Neste sentido, Tragtenberg ([1978a] 2004) traz a “autogestão pedagógica” centrada na aprendizagem significativa por meio de um interesse real como uma das contribuições principais de Michel Lobrot (1924-...).

Lobrot institui o conceito de uma autogestão pedagógica partindo da ideia central de que a aprendizagem significativa se dá por meio de um interesse real.

A autogestão pedagógica tem como centro não o programa, o professor, a instituição, mas o *aluno*. Ela é orientada ao atendimento às motivações do aluno, daí sua disponibilidade à aprendizagem significativa. O mesmo se dá com o professor: de “máquina programada”, ele passa a gerir com o aluno o programa (TRAGTENBERG, [1978a] 2004, p. 75).

Para Tragtenberg ([1980b] 2012, p. 183), a emergência de uma pedagogia antiburocrática se funda na:

autogestão – supõe a gestão da educação pelos envolvidos no processo educacional; isso significa a devolução do processo de aprendizagem às

específicas da idade em contraposição à determinação da vontade e a inculcação de modos de pensar reservados aos adultos – o que inclui dogmas religiosos e arbitrariedade de qualquer forma de pensamento, mesmo as consideradas laicas; (4) a não uniformização de programas escolares e a abolição da burocratização escolar assim como dos exames. Para Ferrer, os exames institucionalizam as desigualdades e incentivam a competição, servindo mais a vaidade de pais e mestre do que a educação dos alunos; (5) a defesa da autogestão e da coeducação entre classes e sexos”.

comunidades onde o indivíduo se desenvolve (bairro, local de trabalho);

autonomia do indivíduo – o indivíduo não é meio, é o fim em si mesmo. No universo das coisas (mercadorias) tudo tem um preço, porém só o homem tem uma dignidade. Negação total de prêmios ou punições;

solidariedade – da mesma maneira que o capitalismo cria a competição entre os trabalhadores, para superá-la eles desenvolvem formas de solidariedade – sindicatos, por exemplo –; daí a educação autogestionária fundar-se prioritariamente não na competição e sim na solidariedade; ser uma educação crítica permanente das próprias formas educativas; antiautoritária, preocupando-se em desenvolver as potencialidades de cada um – eis que o indivíduo não vale tanto pelo que sabe quanto pelas precondições que tenha para saber mais –; e globalizante, não restrita ao taylorismo intelectual.

Complementa o autor, escrevendo que “esses objetivos aliam-se à autogestão do ensino, em que tenham poder decisórios os envolvidos diretamente com o ensino (alunos, professores, pais) [...]” (TRAGTENBERG, [1980b] 2012, p. 183).

A possibilidade de desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas de organização horizontais por meio das quais professores, alunos e funcionários formem uma comunidade real. É um resultado que só pode provir de muitas lutas, de vitórias setoriais e derrotas também. Mas, sem dúvida, a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação – incluindo-se os alunos – é a condição de democratização escolar (TRAGTENBERG, [1985b] 2012, p. 83-84).

É fundamental destacar que a proposta não se refere apenas a diferentes técnicas pedagógicas, modismos ou experiências isoladas no sistema capitalista. Conforme Silva (2004, p. 188):

Não se trata apenas de mudar as técnicas pedagógicas. Novas técnicas podem realmente se

mostrar mais eficientes para o aprendizado, mais democráticas. Contudo, a mesma técnica que se presta a um ensino democrático também pode servir à educação autoritária. Tragtenberg critica os modismos pedagógicos que insistem na psicologização individualizante para explicar o fracasso (ou o sucesso) ou se restringe às pequenas ilhas de excelência cujo acesso é proibitivo aos filhos dos trabalhadores e mesmo à classe média asfiziada financeiramente e em contínuo processo de decadência. Enquanto as causas permanecerem intocáveis, argumentos pedagógicos inovadores que afirmam, por exemplo, a necessidade de valorizar a “criatividade” e a “espontaneidade” do aluno, terminam por legitimar a “desigualdade estrutural básica”.

A proposta de educação de Tragtenberg não se restringia à educação em si mesma. De acordo com Silva (2004), seus textos sobre educação estão ligados e fazem referência ao mundo do trabalho e aos problemas sociais. Até porque, Tragtenberg sabia que seria impossível implantar a pedagogia libertária de forma que atendesse a toda sociedade dentro do modo de produção capitalista. Segundo Shimamoto (2016, p. 110):

As propostas tragtenbergianas, na perspectiva libertária, não se apresentam com facilidade de efetivação, pois exigem superação do modelo burocrático capitalista, do participacionismo e das negociações, que se expõem tão comuns, naturalizados em novas roupagens – a forma em detrimento do conteúdo. Entretanto, apresentando-se como práticas de estudos, reflexões, problematizações e debates, explicitam o modelo societal vigente, suas nuances e articulações, descortinando simultaneamente seu *avesso* e, nele, uma nova perspectiva de sujeito, coerente e solidário, na expectativa de uma sociedade digna e justa, na qual a integralidade dos sujeitos seja prioridade.

Concorda-se com esses autores no sentido que para Tragtenberg, como visto, as experiências isoladas de autogestão “não se constituem

em alternativa global ao sistema, não realizam mudanças estruturais, porém mostram a capacidade do povo em fazer e criar, dentro das condições mais adversas possíveis” (TRAGTENBERG, [1981f] 2009, p. 23-24). Outro motivo que parece servir para embasar a posição desses autores da produção acadêmica citados anteriormente é que Tragtenberg é contra o “messianismo pedagógico” que acha que a educação salva o mundo conforme visto no subitem anterior. Ao final de vários de seus artigos em que critica as características da educação na sociedade de seu tempo defende como alternativa “auto-organização dos assalariados de todo tipo” (TRAGTENBERG, [1979c] 2004, p. 107), “auto-organização da sociedade civil” (TRAGTENBERG, [1979d] 2004, p. 113), “auto-organização das classes subalternas” (TRAGTENBERG, [s.d.] 2004, p. 81), para não se restringir apenas às pessoas envolvidas diretamente com as instituições de ensino.

Nesse sentido, em entrevista publicada na Folha de São Paulo em 1978, intitulada *Que universidade é essa?*, afirma que

A alternativa é a criação de canais de participação real de professores, estudantes e funcionários no meio universitário que se oponham à esclerose burocrática da instituição. [...] A saída é a autogestão. Só que esta solução não se dá no nível interno da universidade, sendo uma questão da sociedade global [...] (TRAGTENBERG, [1978] 2012, p. 205).

No artigo *Educação ou desconversa?* escreve que

A luta pela democratização da saúde e da atenção médica, como a luta pela democratização da educação, é inseparável da luta pela auto-organização da mão de obra assalariada. Somente a autonomia organizatória dos assalariados das fábricas, hospitais e escolas é que criará o espaço necessário à democratização dos serviços, especialmente a educação (TRAGTENBERG, [1980a] 2012, p. 95).

Tragtenberg não tem a intenção de fazer um manual de implantação da pedagogia libertária, mas se preocupa com as formas de controle no processo educacional e com a possibilidade de que as experiências sirvam de laboratório no processo de luta. Por isso, realiza

um processo de divulgação teórica e prática de alguns fundamentos gerais que podem servir para balizar a criação de certas experiências em diferentes contextos. Porém, para que essas experiências perdurem são necessárias transformações sociais fora da escola em que as formas de autogestão se generalizem a toda a sociedade conforme visto no item sobre a autogestão e seus subitens.

Existe uma série de outras citações que poderiam ser apresentadas, porém para que o texto não fique demasiadamente repetitivo e cansativo foram destacadas essas como forma de ilustrar a posição do autor referente ao tema objeto desse estudo. Mas antes de passar à próxima seção, cabe mencionar como Tragtenberg entende o processo de desenvolvimento da consciência social.

2.8.3 Consciência social

Ressalta-se que, para Tragtenberg, a consciência social se dá por meio da prática social. Esse tema aparece em uma série de seus artigos. Em 1979, publica na Folha de São Paulo um artigo chamado *Pós-graduação e consciência social*, no qual menciona o tema da seguinte maneira.

É sabido que a formação da consciência não se dá por ações pessoais na sua base; necessita de um solo social. Assim, a sociedade precisou tornar-se muito complexa, a divisão do trabalho, altamente sofisticada, as funções sociais, altamente diferenciadas para que emergisse a noção do indivíduo, inclusive do nome próprio. Isso se deveu a um trabalho milenar no qual a sociedade superou as formas de solidariedade fundadas no clã, perfilando uma estrutura social diferenciada, e a lealdade à classe, ao estamento e à casta substituiu a lealdade primitiva ao clã (TRAGTENBERG, [1979c] 2004, p. 103).

E o autor trata de que com as revoluções burguesas “a exigência de uma consciência social encontrou seu solo na exigência de participação do cidadão, e o indivíduo passa a atuar como base de Direito, como integrante da legitimidade dos poderes constituídos depois de então” (TRAGTENBERG, [1979c] 2004, p. 103). A consciência social desses novos valores se deu com rupturas radicais com o passado, principalmente com o modo de produção feudal, onde os

setores médios e populares pressionaram e provocaram revoluções em que o projeto burguês encontrou seu solo social e histórico. Porém, em diversos países as mudanças não significaram uma ruptura total com o passado, realizaram-se alianças entre a burguesia industrial emergente e a decadente aristocracia agrária no novo Estado com vistas à acomodação para se adequar às novas relações sociais de produção oriundas dos países centrais que fizeram suas revoluções, como Inglaterra, França e Estados Unidos. E que essas diferenças de práticas sociais na história de luta de determinados povos se traduzem em diferenças em seus valores e na sua consciência social (TRAGTENBERG, [1979c] 2004).

Em palestra realizada em 1980, sob o título *O papel social do professor*, afirma, sobre esse tema, que “[...] a luta é o grande fator pedagógico no sentido da formação da nossa consciência social. Ela surge é da luta, não é do livro. É através da luta que se forma a consciência, e não o contrário [...]” (TRAGTENBERG, [1980c] 2012, p. 113). Em outro artigo, publicado em sua coluna “No Batente” no jornal Notícias Populares em 1982, intitulado *Ainda sobre a tão falada unidade sindical*, escreve que “a luta é a grande escola do trabalhador, é através dela que forma sua consciência social, educa-se para a autonomia de organização e direção de seus projetos. [...]” (TRAGTENBERG, [1982] 2011a, p. 297).

No artigo *Comissões de fábrica e sindicatos*, de 1983, escreve que

Pela prática, por meio da Comissão de Fábrica, aprende o operário que na fábrica existe uma divisão do trabalho a que ele deve obedecer, fora da fábrica aprende que a política é para ser praticada nos partidos, reivindicações econômicas nos sindicatos, o saber nas escolas, e a TV e o rádio definem o que tem valor cultural. Sua própria vida é dividida em fragmentos estanques. É a prática de sua luta nas Comissões que lhe dá elementos para posicionar-se no plano político, econômico e cultural. Ele aprende na “escola de luta”.

Ela lhe ensina a lutar por salário (economia) enfrenta a hierarquia fabril (o poder), auto-organiza-se e desenvolve sua consciência político-social e cultural. São partes de um todo (TRAGTENBERG, [1983] 2009, p. 47-48).

E complementa que “o desenvolvimento real do trabalhador só ocorre quando, em uma ‘comunidade de luta’, que é uma Comissão de Fábrica ou Interfábrica, ele dirige o processo de sua luta, bem como sua finalidade” (TRAGTENBERG, [1983] 2009, p. 48).

Em outro texto de 1983, chamado *Quando o operário faz a educação*, inicia-o da seguinte maneira.

A consciência social e política do trabalhador é formada através do processo de trabalho no interior da fábrica. Enquanto o patronato divide-o através da hierarquia salarial e da repressão administrativa, de outro lado a independência no processo de trabalho permite sua auto-organização.

É através de grupos de fábricas (comissão de fábrica) que o trabalhador se apresenta, enquanto nos partidos políticos ele só se representa. A auto-organização do trabalhador é a condição de recuperação do saber por uma classe a quem a classe dominante só permite o fazer. A união do fazer (prática) e do saber (teoria) é o ponto de partida e chegada da auto-organização do trabalhador por meio da comissão de fábrica (TRAGTENBERG, [1983b] 2012, p. 191).

Sobre esse tema, ainda destaca-se uma conferência realizada em 1988, cujo título é *Anotações sobre a educação no Brasil*, em que na introdução já assinala que

Todo mundo fala em educação. Eu sei que a educação não se restringe à escola. Nas discussões, a gente começa pela escola; as coisas, no entanto, são diferentes. Quem educa é a sociedade. A escola ensina e a sociedade educa.

Outra coisa: você pode ter o máximo de escolaridade e o mínimo de consciência social. Veja bem, eu não estou propagando o analfabetismo, mas não há relação direta entre altos índices de escolarização e o alto índice de consciência social (TRAGTENBERG, [1988] 2012, p. 35-36).

Da forma que se observa a partir desses posicionamentos de Tragtenberg a respeito da consciência social percebe-se como isso fundamenta sua estratégia de auto-organização das lutas e das relações sociais de produção. Pois, para o autor, nas práticas de luta é que os trabalhadores adquirem consciência de sua condição de classe e de suas possibilidades de transformação das relações sociais de produção. A auto-organização, segundo Tragtenberg, é o melhor meio para que o trabalhador se apresente e não só se represente, é a melhor forma de ter o controle sobre as decisões e ações de forma consciente. A criação de estruturas em que a maioria das pessoas é passiva enquanto uma minoria é ativa, conforme o autor, reproduz as estruturas de dominação existentes, base de qualquer estrutura burocrática (TRAGTENBERG, [1980c] 2012).

3 O CONTROLE DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS SOBRE A VIDA SOCIAL

Na seção 2 sistematizou-se aquilo que, na pesquisa e na análise realizada nessa dissertação, parece ser o que há de mais desenvolvido na crítica de Tragtenberg à sociedade e à educação. No processo investigativo e analítico encontrou-se fundamentação em que se demonstra que a crítica mais avançada de Tragtenberg não se restringe ao Estado e à burocracia. Embora em grande parte de seus textos a ênfase de sua crítica recair sobre esses elementos, no conjunto de sua obra se identificou que a crítica a esses só faz sentido se fundamentada na crítica das relações sociais de produção capitalistas.

Tragtenberg, ao tratar das relações sociais de produção capitalistas se referencia em Marx, como apresentado na seção anterior. Neste trabalho, para se analisar como ocorre o controle da vida social no modo de produção capitalista, também se fundamenta a partir da crítica da economia política de Marx. Nesta seção, pretende-se demonstrar que na sociedade capitalista não é a burocracia que exerce o controle, mas o capital, ou mais precisamente, a relação social capital¹⁵, que regula o sistema de produção da vida em sociedade e controla a vida social. Os fundamentos apresentados nessa seção, de um universo categorial complexo, serão indispensáveis para os apontamentos analíticos realizados na seção 4 desta dissertação.

3.1 A MERCADORIA E SEU CARÁTER FETICHISTA

A lógica de produção das mercadorias não pressupõe a lógica de produção de capital, porém, a lógica de produção de capital pressupõe a lógica de produção de mercadorias. A mercadoria surgiu há muito tempo na história humana, porém com o modo capitalista de produção ela assume características dominantes que se desdobrarão nas relações sociais de produção do capital. “A forma mercadoria é a forma mais

¹⁵ “[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas” (MARX, 2005, p. 882). “Um negro é um negro. Só se converte em escravo se houver certas condições. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições se transforma em capital. Fora dessas condições, não é capital, como o ouro em si mesmo e por si mesmo não é dinheiro ou o açúcar não é o preço do açúcar (...) o capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção” (MARX apud MARX, 2005, p. 882).

geral e mais elementar da produção burguesa” (MARX, 2004, p. 104). Nesse sentido, a lógica do modo de produção capitalista pressupõe se conhecer a lógica da mercadoria e suas consequências para a vida humana.

A mercadoria é, por um lado,

[...] elemento mais simples da produção capitalista. Por outro lado, não obstante, a mercadoria é produto resultado da produção capitalista. O que primitivamente se apresentava como elemento desta [produção capitalista], aparece mais tarde como o seu próprio produto. Só com base nessa produção a mercadoria se converte na forma geral do produto; e quanto mais se desenvolve a produção capitalista tanto mais os ingredientes da produção entram no processo daquela como mercadoria (MARX, 2004b, p. 140).

Retomam-se alguns elementos dos primeiros capítulos de *O Capital* para destacar algumas características das seguintes categorias analíticas: mercadoria, valor de uso, valor de troca, valor, trabalho concreto, trabalho abstrato, fetichismo da mercadoria e seus desdobramentos.

No capítulo 1, como o próprio título chama a atenção “A mercadoria”, Marx tem como ponto de partida a mercadoria, pois segundo o autor (1985, p. 45) “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. A mercadoria é unidade contraditória entre valor-de-uso e valor, esses são os dois fatores da mercadoria¹⁶.

Segundo Marx (2004, p. 58).

¹⁶ Antes de chegar a esse ponto Marx (1985, p. 45) escreve: “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada a coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção”. Após esse parágrafo Marx começa a destrinchar o valor de uso, o valor de troca e o valor das mercadorias, bem como a unidade contraditória entre eles, e a situação vai se tornando cada vez mais rica de conteúdos ao longo do texto d’*O Capital*.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é, por isso, um valor-de-uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores-de-uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc. [...] O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela.

Cada coisa útil deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada coisa é um todo de múltiplas propriedades e pode ser útil sob diversos aspectos. As descobertas dos aspectos e modos de uso é um ato histórico, assim como as medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. As diversas medidas de mercadorias originam-se em parte da natureza diversa dos objetos e em parte de convenção (MARX, 1985).

Sintetizando, os valores de uso são coisas úteis que satisfazem as necessidades humanas, essas necessidades são determinadas histórica e culturalmente. As necessidades são satisfeitas com determinada quantidade de coisas de determinadas qualidades. Uma sociedade é mais rica quanto mais dispõem de coisas que satisfaçam as suas necessidades, ou seja, os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza. Quando se trata exclusivamente da produção de valores de uso não depende se custa muito ou pouco trabalho. Quando se trata do modo de produção capitalista os valores de uso são veículos materiais dos valores de troca.

O valor de troca **aparece, de início**, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca **parece**, portanto algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à

mercadoria [...]. **Observemos a coisa mais de perto.**

Determinada mercadoria, 1 quarter de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro, etc., resumindo por outras mercadorias nas mais diferentes proporções. **Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca, ao invés de um único.** Porém, sendo x de graxa, y de seda, z de ouro, etc. têm de ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: **os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual.** Segundo, porém: **o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível** (MARX, 1985, p. 46, sem grifo no original).

Marx (1985, p. 46) apresenta o seguinte exemplo: “1 quarter de trigo = a quintais de ferro”, e pergunta: “Que diz essa equação?”. Para em seguida responder: “que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes [...]. Ambas são iguais a uma terceira, que em si e para si não é nem uma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira”.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias (MARX, 1985, p. 46-47).

Por uma coisa deixar de ser útil para o proprietário, por ele não consumir o seu valor de uso, isto é, por ser negação do valor de uso para o proprietário é que ela pode se converter em valor de troca. Mas o que quer dizer essa abstração dos seus valores de uso? Segundo Marx (1985, p. 47):

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Abstraindo-se as características concretas e úteis das mercadorias, tem-se que todas elas são resultado do trabalho humano, mas não o trabalho realizado pelo marceneiro, pedreiro, fiandeiro, etc. Abstraem-se também as características concretas e úteis dos diferentes trabalhos para se chegar a uma característica comum a todos esses trabalhos, a de serem dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. O trabalho humano abstrato, essa substância social comum cristalizada nas mercadorias é a substância do valor. Nesse sentido que o valor das mercadorias é o trabalho humano abstrato socialmente necessário para a produção.

De acordo com Marx (1985, p. 47) “na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso”. Isto é, o valor de uso, a capacidade das mercadorias de satisfazerem necessidades humanas é condição para que as trocas sejam realizadas, porém não é unidade de medida que permite igualar uma determinada quantidade de uma mercadoria a outra determinada quantidade de outra mercadoria de qualidade diferente. Para Marx (1985, p. 47) “o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria [X de mercadoria A = Y de mercadoria B] é, portanto, seu valor [quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário]”. Se o trabalho humano abstrato

socialmente necessário é a substância do valor, sua quantidade é o que determina a grandeza de seu valor. E a mercadoria individual vale aqui como um exemplar médio (mais precisamente socialmente necessário) de todas as mercadorias de sua espécie.

O duplo caráter do trabalho está em ele como trabalho concreto e útil ser criador de valores de uso e de riqueza para a sociedade e de ele como trabalho humano abstrato socialmente necessário ser criador de valor, que se manifesta em valores de troca. Esse duplo caráter do trabalho no modo de produção capitalista produz as mercadorias como unidade contraditória entre valor de uso e valor. Essa unidade contraditória se sobressai nos momentos em que a mercadoria manifesta seu valor, isto é, nas relações de troca, e, portanto, nega seu valor de uso. Quando afirma o seu valor de uso, o seu consumo, seu valor que é negado. A mercadoria tem que ser unidade dos dois fatores, ser possibilidade de troca e de consumo, mas ao se afirmar um, nega-se o outro.

Deste modo, o valor é determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para a produção das mercadorias. Poderia se tratar das relações entre o valor da mercadoria individual e o valor socialmente necessário, entre valor e preço e uma série de inúmeras variações possíveis. *No entanto, aqui o importante é ressaltar que, não se deve confundir valor com preço e nem valor socialmente necessário com o valor individual.*

No cotidiano se pode constatar que é através do trabalho humano utilizando meios de produção e matérias-primas que se produz valores de uso e riqueza, que sem trabalho humano só existem os valores de uso oferecidos pela natureza. Porém não se pode constatar na aparência o trabalho humano abstrato, e conseqüentemente, a categoria valor se torna misteriosa. Porém, por meio do pensamento abstrato, de procedimentos científicos de análise e síntese, a economia política chegou à teoria do valor como um dos elementos fundamentais para se entender as relações de produção da vida humana em sociedade no modo de produção capitalista. Nesse sentido, os valores de uso são criados pelo trabalho concreto, os valores são gerados pelo trabalho humano abstrato e o valor das mercadorias é a quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para sua produção em determinadas condições históricas.

“À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível” (MARX, 2004, p. 92). Porém, analisando-a se percebe que ela é cheia de sutilezas. Junto aos produtos do trabalho, quando criados sob a forma mercadoria há o fetichismo,

inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2004). O segredo do fetichismo da mercadoria não provém de seu valor de uso, nem dos fatores que determinam a grandeza do valor¹⁷. Provém do caráter social que o trabalho assume. De início, destaca-se que, “as relações entre os produtores, na qual se afirma o caráter social de seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho” (MARX, 2004, p. 94).

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (MARX, 2004, p. 94).

O duplo caráter do trabalho dos produtores de mercadorias se manifesta a partir do momento em que a troca atingiu “tal expansão e importância que se produzem as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas” (MARX, 2004, p. 95).

¹⁷ “O caráter misterioso da mercadoria não provém de seu valor-de-uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor. E, para isso, há motivos. Primeiro, por mais que difiram os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano, e cada uma dessas funções, não importa a forma ou o conteúdo, é essencialmente dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos, etc. do homem. Segundo, quanto ao fator que determina a magnitude do valor, isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, é possível distinguir claramente a quantidade e a qualidade do trabalho. O tempo de trabalho que custa produzir os meios de subsistência interessou, necessariamente, aos homens, em todas as épocas, embora em grau variável com o estágio do desenvolvimento. Por fim, desde que os homens, não importa o modo, trabalhem uns para os outros, adquire o trabalho uma forma social” (MARX, 2004, p. 93).

Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto sem saber. O valor não traz escrito na frente o que ele é. [...]. O que, na prática, interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua; em que proporções, portanto, os produtos se trocam. Na medida em que o costume fixa essas proporções, parecem elas derivar da natureza dos produtos do trabalho, e passa-se a considerar, por exemplo, que 1 tonelada de ferro e 2 onças de ouro têm igual valor, do mesmo modo que 1 quilo de ouro e 1 quilo de ferro têm o mesmo peso, apesar de diferentes propriedades físicas e químicas. Na realidade, a condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidades de valor. Estas variam sempre, independente da vontade, da previsão e dos atos dos participantes da troca. Para estes, a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem.

A atividade humana, quando a produção social da vida é mediada pela lógica da mercadoria, se submete às relações de produção e troca de mercadorias, cujas quantidades de valor variam independente da vontade dos participantes da troca e do consumo das mercadorias. Na troca de mercadorias, fruto dos trabalhos particulares, “impõe-se o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, que é a lei natural reguladora, que não leva em conta as pessoas” (MARX, 2004, p. 97).

A forma dinheiro, forma acabada do mundo das mercadorias, conforme exposto por Marx (2004, p. 97), “dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência”. Para os mercantilistas “o ouro e a prata, na função do dinheiro, não representavam uma relação social de produção, mas eram objetos

naturais com peculiares propriedades sociais” (MARX, 2004, p. 104). Essas mistificações objetivas, para Marx (2004), também manifestam evidente fetichismo quando se trata do capital.

Os seres humanos, em seus trabalhos particulares,

procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias, transformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O enigma do fetiche do dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante (MARX, 2004, p. 117).

Marx (2004) conclui o desenvolvimento do fetiche do dinheiro a partir do fetiche da mercadoria como uma relação social objetiva criada pela humanidade que foge do seu controle e a domina como um fator determinante das relações sociais. A partir de agora, o mais interessante passa a ser analisar e fazer inferências à relação mais complexa que é o capital.

3.2 PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Marx (2004, p. 211) escreve que “a produção de valores-de-uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle [do trabalhador]. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada”.

Inicialmente considerando o processo de trabalho à parte do modo de produção capitalista Marx (2004, p. 214-215) registra que:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza

adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido.

O objeto de trabalho é a matéria a qual se aplica o trabalho, pode ser matéria-prima ou não. Quando o objeto de trabalho experimentou modificações realizadas por trabalho humano anterior, ele é considerado matéria prima. O instrumental de trabalho são os meios de trabalho e esses são “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2004, p. 213). Marx (2004, p. 213) ainda ressalta que “o uso e a fabricação de meios de trabalho, embora em germe em certas espécies animais, caracterizam o processo especificamente humano de trabalho”. O objeto de trabalho e os meios de trabalho são meios de produção, isto é, o trabalho humano produz valores de uso utilizando-se de intermédio de objetos e meios de trabalho. No modo de produção capitalista o trabalho cria mais que valores de uso, conforme se explicitará adiante.

Nesse sentido que Marx (2004, p. 215) escreve logo em seguida: “Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo”. E ao final da frase coloca uma nota importante para evitar confusões. Nessa nota destaca que “essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo nenhum adequada ao processo de produção capitalista” (MARX, 2004, 215)¹⁸.

¹⁸ No início do primeiro parágrafo do capítulo 14 Marx retoma esse contexto e escreve o seguinte: “No capítulo V, estudamos o processo de trabalho em abstrato, independentemente de suas formas históricas, como um processo entre o homem e a natureza” (MARX, 2005, p. 577). Nesse parágrafo, Marx reescreve o parágrafo e a nota que se citou do quinto capítulo. No segundo e no terceiro parágrafos do capítulo 14 apresenta algumas diferenciações do trabalho produtivo em geral em relação ao trabalho produtivo no modo de produção capitalista. Nesse “o conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma **relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia**”

Sublinham-se vários elementos de outro riquíssimo parágrafo de Marx sobre o processo de trabalho em geral conforme segue:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos **simples e abstratos**, é atividade dirigida com o fim de criar **valores-de-uso**, de apropriar os elementos naturais às **necessidades humanas**; **é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza**; **é condição natural eterna da vida humana**, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, **sendo antes comum a todas as formas sociais**. Não foi, por isso, necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado; a natureza e seus elementos materiais do outro. **O gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, se sob o látigo do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista [...]** (MARX, 2004, p. 218, sem grifo no original).

Parece que esse parágrafo apresenta o aspecto positivo do trabalho que existe em todos os modos de produção no caráter simples e abstrato do processo de trabalho, isto é, a sua capacidade de produzir coisas úteis para a satisfação das necessidades humanas. Porém, ao satisfazer a necessidade humana de comer pão em diferentes modos de produção, o aspecto positivo, o resultado da produção, esconde, não revela, se foi feito sob o chicote do feitor de escravos, sob a supervisão capitalista, etc. Isso dá elementos para tratar do caráter negativo do trabalho, que será abordado nesta seção.

Há outros elementos que seriam interessantes de ser destacados, por exemplo, a relação do trabalho com a natureza, a teleologia do trabalho, como um valor de uso pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, variando com essa posição a natureza do valor de uso, entre outros. No entanto, esses debates fogem aos objetivos desse trabalho.

(MARX, 2005, p. 578, sem grifo no original). Cabe acrescentar ainda que no modo de produção capitalista se deve tratar do trabalhador coletivo e combinado, considerado em seu conjunto.

Em princípio, o fato de o trabalhador executar o processo de trabalho para si ou para o capitalista, em nada altera a natureza geral do processo de trabalho (ou o processo de produzir valores de uso), pois, no início, a intervenção do capitalista não muda o método de fazer calçados ou de fiar. Ao longo da história foram surgindo as condições de transformação dos métodos de produção em razão da subordinação do trabalho ao capital (MARX, 2004).

Segundo Marx (2004, p. 219) “o processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos”.

- 1) O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho.
- 2) O produto do trabalho é propriedade do capitalista (MARX, 2004).

O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção (MARX; 2004, p. 219).

Esses são elementos fundamentais da análise da mudança da lógica do processo de trabalho (ou o processo de produzir valores de uso) para a do processo de produção capitalista (ou o processo de produzir mais valia).

Se os valores de uso são criados pelo trabalho concreto, se os valores são gerados pelo trabalho humano abstrato e se o valor das mercadorias é dado de acordo com a quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para sua produção em determinadas condições históricas, há como se medir o valor daquilo que cria valor? O trabalho humano abstrato é resultado da utilização das capacidades humanas de trabalho, das forças de trabalho. No modo de produção capitalista a força de trabalho também é uma mercadoria comprada e vendida no mercado. Como mercadoria, a força de trabalho, é unidade contraditória de valor de uso e valor. Seu valor de uso está em seu consumo, na utilização da capacidade de trabalho durante a jornada de trabalho. E seu valor? Como se mede? Igual ao das demais mercadorias. Mede-se de acordo com a quantidade de trabalho socialmente necessária

para se produzir a força de trabalho em determinadas condições históricas.

Para se produzir a força de trabalho precisa-se produzir os trabalhadores e dar condições para que eles possam dispor de capacidade humana de realizar a força de trabalho. Isto quer dizer que são necessárias mercadorias que satisfaçam necessidades humanas dos trabalhadores, sejam elas do estômago ou da fantasia, dentre as principais pode-se destacar: alimentação, moradia, transporte, vestimentas, higiene, saúde, educação, cultura, lazer, etc. Desta forma, a quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para se produzir o conjunto de mercadorias necessárias para a produção e a reprodução da força de trabalho é o que caracteriza o valor da força de trabalho.

[...] o trabalho pretérito que se materializa na força de trabalho e o trabalho vivo que ela pode realizar, os custos diários de sua produção e o trabalho que ela despende, são duas grandezas inteiramente diversas. A primeira grandeza determina seu valor-de-troca; a segunda constitui o seu valor-de-uso. Por ser necessário meio dia de trabalho [meia jornada de trabalho] para a manutenção do trabalhador durante 24 horas, não se infira que está impedido de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas. [...] o valor-de-uso específico da força de trabalho [para o capitalista], [...] consiste em ela ser fonte de valor, e de mais valor que o que tem. [...] o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza o seu valor-de-troca e aliena o seu valor-de-uso. Não pode receber um sem transferir o outro. O valor-de-uso do óleo vendido não pertence ao comerciante que o vendeu, e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. [...] Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor (MARX, 2004, p. 226-227).

No processo de produção capitalista o dinheiro investido pelo capitalista em meios de produção e força de trabalho retorna ao capitalista com um valor a mais, a mais valia, oriunda da diferença do valor da força de trabalho para o valor que a força de trabalho produz. Segundo Tumolo (2016) a força de trabalho é o único componente do processo de trabalho que: 1) produz valor de uso; 2) produz valor; 3) transfere o valor das outras mercadorias (meios de trabalho e objetos de trabalho, isto é, meios de produção); e 4) produz mais-valor (mais-valia).

De acordo com Marx (2004) a metamorfose da transformação do dinheiro em capital, sucede na esfera da circulação e não sucede nela. Isto quer dizer que para o dinheiro se transformar em capital ele precisa ser gerado na esfera da produção e realizado na esfera da circulação, pois a circulação não cria valores, só transfere de um possuidor para o outro, mas também não basta produzir valor se a mercadoria não for vendida, é na venda que se realiza o valor e o mais valor produzido na esfera da produção.

Marx compara o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, para em seguida compará-los com o processo de trabalho.

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente) (MARX, 2004, p. 228).

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 2004, p. 230).

A simples escolha individual do trabalhador em produzir valor de uso ao invés de valor não altera o modo de produção capitalista. Não se alterando o modo de produção capitalista, o fator determinante da sociedade será a utilização da força de trabalho para a produção de valor

e de mais-valia. O trabalho e a força de trabalho no modo de produção capitalista têm suas relações sociais determinadas pelo Capital, pelo processo de criação de valor e de mais-valia, englobando todos os seus aspectos positivos e negativos, a produção da riqueza e da miséria humana.

Percebeu-se que quando Marx trata do processo de trabalho em geral, ele abstrai as relações sociais historicamente estabelecidas para ressaltar as relações de produção entre o homem e a natureza. Nesse item, Marx, ainda põe de lado, as relações dos trabalhadores com outros trabalhadores, lhe bastando as relações de um lado do homem e de seu trabalho e, do outro, da natureza e de seus elementos. Abstraindo as relações sociais Marx descreve a característica comum do trabalho em todos os modos de produção, que é a produção de valores de uso, a produção de satisfação das necessidades da humanidade, e, nesse sentido, como algo eterno à vida humana.

Porém o trabalho está subordinado/subsumido à forma em que a humanidade produz a sua vida em sociedade e às relações que contraem entre si. Nesse sentido, o trabalho em geral é uma categoria abstrata de análise e síntese do movimento da realidade. E a realidade assume diferentes características em determinados momentos históricos da sociedade. Mudanças acontecem o tempo todo, mas destacam-se as mudanças fundamentais que ocorrem com a transformação do modo de produção e das relações sociais. E, deste modo, Marx identifica traços fundamentais do trabalho no modo de produção capitalista e enriquece a categoria analítica do trabalho de acordo com o movimento do real. Neste item, procurou-se identificar alguns desses traços fundamentais baseado nos cinco primeiros capítulos de *O Capital*.

Desta maneira, pode-se destacar que o trabalho no modo de produção capitalista é unidade do processo de trabalho (ou o processo de produção de valores de uso) com o processo de produzir mais valia, isto caracteriza o processo capitalista de produção. Os capitalistas não são movidos por amor aos valores de uso, esses só lhe interessam como portadores de valor, e não só valor, sobretudo de valor excedente, no caso a mais valia. Pouco importa se a produção é de alimentos ou de armas, o que interessa ao capitalista é o maior retorno ao seu capital, isto é, abocanhar a maior parte da mais valia. A forma capitalista da produção de mercadorias é produção de valores de uso, de riqueza, dos aspectos positivos do resultado do trabalho, mas tudo isso só importa

aos capitalistas¹⁹ se estiver subordinado à lógica de produção do capital, do valor excedente, da mais valia, da exploração capitalista da força de trabalho.

3.3 A DUPLA NATUREZA DO RESULTADO DO TRABALHO OBTIDO AO MESMO TEMPO

No capítulo 6 de *O Capital*, Marx demonstrará os diferentes papéis dos elementos do processo de trabalho na formação do valor dos produtos. Os elementos do processo de trabalho de acordo com o capítulo 5 são: 1) a atividade de trabalho (realizada pela força de trabalho); 2) os objetos de trabalho; e 3) os meios de trabalho (os itens 2 e 3 são meios de produção).

Os trabalhadores, ao executarem a atividade de trabalho, realizada pela força de trabalho, abstraindo-se o conteúdo, a finalidade e a natureza técnica do trabalho, acrescentam determinada quantidade de valor aos objetos de trabalho transformados em novos produtos. Além de acrescentar uma quantidade de valor novo, no mesmo processo, conservam o valor antigo presente nos meios de produção.

Os trabalhadores não executam dois trabalhos ao mesmo tempo (o de acrescentar e o de preservar valor). “Apenas por adicionar valor novo, conserva o valor antigo. O acréscimo de valor novo ao material de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diversos produzidos pelo trabalhador ao mesmo tempo, embora execute apenas um trabalho” (MARX, 2004, p. 235).

O trabalho produz valor por seu caráter abstrato social, substância comum indiferenciada dos demais trabalhos concretos. O valor dos meios de produção, fruto de trabalhos anteriores, também de caráter abstrato social, se materializa em meios de produção concretos, objetos e meios de trabalho concretos. Os meios de produção não têm a capacidade de produzirem valores novos, apenas servem de meio para a força de trabalho transferir os seus valores antigos ao mesmo tempo em que ela produz valor novo. Os meios de produção concretos possuem valor, que decorre do trabalho abstrato social, mas que só é transferido por meio do trabalho concreto. Os trabalhos concretos transferem os valores antigos dos meios de produção e, por sua substância comum, o

¹⁹ Pouco importa se são empresas capitalistas privadas ou estatais. Aqui também não se refere especificamente aos capitalistas individuais, mas ao seu conjunto, a classe dos capitalistas. E se refere mais do que só aos capitalistas, mas sim a todo o modo de produção capitalista.

trabalho abstrato, acrescentam valores novos aos produtos. Segundo Marx (2004, p. 236), “o trabalhador preserva os valores dos meios de produção consumidos, transfere-os ao produto como partes componentes do seu valor, não pelo acréscimo de trabalho em geral, mas pela modalidade especificamente útil desse trabalho adicional, através de sua forma produtiva específica”.

Acrescenta valor, portanto, com o seu trabalho, não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas apenas por ser trabalho abstrato social. Acrescenta determinada magnitude de valor, não por possuir seu trabalho conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado. O trabalho do fiandeiro, por sua propriedade abstrata geral de dispêndio de força humana de trabalho, acrescenta aos valores do algodão e do fuso valor novo e, por sua propriedade concreta, especial, útil, característica do processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto, preservando-o no produto. **Daí a dupla natureza do resultado obtido no mesmo tempo** (MARX, 2004, p. 236, sem grifo no original).

Conforme Marx (2004, p. 237) “a propriedade por meio da qual o trabalho conserva valores é essencialmente diversa da propriedade pela qual, no mesmo processo indiviso, produz valor”. Se varia a quantidade de trabalho aplicada a mesma quantidade de algodão varia o valor novo; se varia a quantidade de algodão fiada no mesmo tempo de trabalho, varia o valor antigo. Considerando a mesma produtividade, mas variando o valor de troca dos meios de produção, o fiandeiro acrescenta o mesmo tempo de trabalho à mesma quantidade de algodão, porém varia o valor dos meios de produção transferidos ao produto final.

Valor, excetuando-se sua representação simbólica, só existe num valor de uso, numa coisa. [...] A perda do valor de uso implica perda do valor. Os meios de produção não perdem valor simultaneamente com o valor de uso [...]. [...] o valor dos meios de produção só se transfere ao produto quando os meios de produção, juntamente com o seu valor de uso independente, perdem seu valor de troca. Cedem ao produto apenas o valor que perdem como meio de produção. Mas a esse

respeito há variações de comportamento entre os fatores materiais do processo de trabalho (MARX, 2004, p. 238).

Valor, cuja substância é o trabalho abstrato social, só existe nos valores de uso, em coisas produzidas pelo trabalho concreto. Conforme a coisa perde o seu valor de uso, também perde o seu valor, pois o trabalho contido nela deixa de ser trabalho útil, e o trabalho abstrato, substância do valor, só existe como abstração dos trabalhos úteis, produtores de valores de uso. Há diferenças entre a transferência dos valores dos meios de produção para o valor do novo produto. Os objetos de trabalho que são consumidos por completo no processo produtivo transferem todo o seu valor para os novos produtos. Os meios de trabalho que são consumidos por completo também, porém os que são consumidos de maneira parcial no processo de trabalho transferem um valor parcial ao novo produto.

O que se consome dos meios de produção é o valor de uso, e o trabalho cria produtos através desse consumo. Na realidade, não se consome o valor deles, que por isso não pode ser recriado. É conservado não por ocorrer com ele uma operação no processo de trabalho, mas por desaparecer o valor de uso em que ele existia originalmente, valor de uso que se transmuta em outro valor de uso. O valor dos meios de produção reaparece no valor do produto, mas, falando exatamente, não é reproduzido. O que é produzido é o novo valor de uso em que reaparece o anterior valor de troca (MARX, 2004, p. 243).

Nesse trecho, parece que Marx, está expressando que no consumo produtivo dos meios de produção se consome o valor de uso dos meios de produção, porém não se consome o seu valor. Seu valor é transferido no processo de produção e reaparece em novos valores de uso produzidos. Isto é, preservam-se os valores dos meios de produção transferidos a outras mercadorias. Nas novas mercadorias, além de reaparecer os valores antigos dos meios de produção, a força de trabalho produz um valor novo. “Quando o trabalho, sob forma apropriada a um fim, conserva o valor dos meios de produção, transferindo-o ao produto, cada instante de sua operação forma valor adicional, valor novo (MARX, 2004, p. 243).

O excedente que o valor total do produto tem sobre a soma dos valores de seus elementos constitutivos é o excedente do capital ampliado sobre o capital originalmente despendido. Os meios de produção, de um lado, e a força de trabalho, do outro, são apenas diferentes formas de existência assumidas pelo valor do capital original ao despir-se da forma dinheiro e transformar-se nos fatores do processo de trabalho (MARX, 2004, p. 244).

Dos elementos apresentados resumidamente até aqui é que Marx vai definir os meios de produção e a força de trabalho empregados como capital no processo de produzir mais valia, como, respectivamente, capital constante e capital variável²⁰.

3.4 MAIS VALIA RELATIVA

Antes de falar da mais valia relativa, é necessário caracterizar brevemente a mais valia absoluta. Ambas existem em conjunto, nos parece que a separação que Marx faz em *O Capital* tem por objetivo, principalmente, analisar no movimento da mais valia as formas de se elevar o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a taxa da mais valia.

Marx (2005, p. 578) ao fundamentar a circunstância principal da mais valia absoluta escreve que “a produção da mais valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em

²⁰ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude de seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante.

A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável. As mesmas partes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, se distinguem em elementos objetivos e subjetivos, em meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produzir mais valia, se distinguem em capital constante e capital variável” (MARX, 2004, p. 244).

que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa”. Outra circunstância encontrada na obra de Marx para a ampliação da mais valia absoluta é a intensificação do trabalho acima das condições normais no mesmo período de tempo, na mesma jornada de trabalho²¹. A classe capitalista em geral combina essas duas formas de mais valia absoluta para a exploração da força de trabalho. Cada capitalista em particular, na medida das possibilidades também tenta combinar essas duas formas.

Contudo, não se pode aumentar desmedidamente a extensão e a intensidade da jornada de trabalho. A forma de extração da mais valia absoluta possui limites físicos, biológicos e orgânicos. Esses limites encontram as barreiras naturais das 24 horas do dia e da saúde da classe trabalhadora. Além dos limites naturais há os limites sociais em que os trabalhadores se revoltam contra as modalidades de exploração da mais valia absoluta.

Nesse sentido os capitalistas, ao atingirem esses limites, bem como a luta dos trabalhadores para a redução da jornada de trabalho e da intensidade, vão propiciar as condições para o desenvolvimento e ampliação da exploração da força de trabalho baseada, principalmente, na mais valia relativa. Ao invés de somente se aumentar a jornada de

²¹ Segundo Marx (2004, p. 467) “na análise da mais-valia absoluta preocupamo-nos primacialmente com a duração do trabalho e supusemos dado o grau de sua intensidade. Examinaremos agora a conversão da grandeza extensiva em grandeza intensiva, o grau da intensidade do trabalho”. O aumento da intensidade do trabalho “impõe ao trabalhador maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, mais elevada tensão da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada [...]. Essa compressão de massa maior de trabalho num período dado significa, então, o que realmente é: maior quantidade de trabalho. O tempo de trabalho é medido agora de duas maneiras: segundo sua extensão, sua duração, e segundo o grau de condensação, sua intensidade. A hora mais intensa do dia de trabalho de 10 horas contém agora mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, do que a hora menos densa do dia de trabalho de 12 horas. O produto dessa hora mais intensa tem, digamos, tanto ou mais valor quanto o produto de 1 ¹/₅ hora menos densa. Pondo de lado o aumento da mais-valia relativa por meio da mais elevada força produtiva do trabalho, 3 ¹/₃ horas de trabalho excedente fornecem agora, ao capitalista, para 6 ²/₃ horas de trabalho necessário, o mesmo montante de valor proporcionado antes por 4 horas de trabalho excedente para 8 horas de trabalho necessário” (MARX, 2004, p. 468).

trabalho para se aumentar o trabalho excedente, o trabalho excedente também pode ser aumentado reduzindo-se o tempo de trabalho necessário, mesmo que não se altere a duração da jornada de trabalho.

No capítulo 10 Marx faz algumas ressalvas e relembra alguns itens antes de entrar na categoria da mais valia relativa. Relembra que com o valor dos meios de subsistência se tem o valor da força de trabalho. Dá o exemplo de pagamento do salário abaixo do valor e ressalta o importante papel que esse método desempenha no movimento real dos salários. E, parte do **pressuposto** das mercadorias serem compradas e vendidas pelo valor, inclusive a força de trabalho. Não confundir valor com preço, neste caso, para facilitar, trata-se valor e preço como iguais. Esse pressuposto tem a ver com o desenvolvimento de Marx em todo *O Capital*, uma vez que o valor é dado socialmente e cada mercadoria particular representa o valor médio do valor de todas as mercadorias de sua espécie produzidas em determinado tempo histórico e em determinada sociedade²².

Aumento da produtividade requer alteração no instrumental ou no método de trabalho, ou em ambos ao mesmo tempo. “Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir, com a mesma quantidade de trabalho, quantidade maior de valor de uso” (MARX, 2004, p. 365).

Para diminuir o valor da força de trabalho, tem o aumento da produtividade de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios.

O valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe dá a última forma, mas também pela quantidade de

²² Baseado na nota 37, (MARX, 2004, p. 196), em que “a troca de equivalentes serve como ponto de partida” e a redução à pureza do fenômeno não é apenas um método científico. Oscilações reduzem-se ao preço médio. O preço médio é o guia para o capitalista no empreendimento que requer tempo. Os preços são regulados pelo preço médio, ou seja, em última instância, pelo valor da mercadoria. “Digo em última instância porque os preços médios não coincidem diretamente com as magnitudes do valor das mercadorias, conforme pensam A. Smith, Ricardo e outros”.

trabalho contida em seus meios de produção. [...] Fazem cair também o valor da força de trabalho a elevação da produtividade e o correspondente barateamento dos produtos nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, o instrumental e o material de trabalho para produzir as mercadorias necessárias ao trabalhador. Mas em nada altera o valor da força de trabalho o aumento da produtividade nos ramos de atividade que não fornecem nem esses meios de subsistência nem os meios de produção para produzi-los.

[...] Se um capitalista, individualmente, barateia camisas, elevando a força produtiva do trabalho, não tem ele necessariamente em mira reduzir determinada percentagem o valor da força de trabalho e, conseqüentemente, o tempo de trabalho necessário, mas, na medida em que, por fim, contribui para esse resultado, concorre para elevar a taxa geral da mais valia. As tendências gerais e necessárias do capital devem ser distinguidas de sua forma de manifestação (MARX, 2004, p. 366-367).

Parece que essa longa citação exemplifica bem como a mais valia relativa ocorre socialmente. O aumento da produtividade que atinge a cadeia produtiva dos meios de subsistência, tanto na produção destes quanto na fabricação dos seus meios de produção, reduz o valor da força de trabalho socialmente, isto é, reduz o tempo de trabalho necessário na sociedade, mas, mantendo-se a jornada de trabalho aumenta-se o trabalho excedente na sociedade, aumenta-se a mais valia. Após o exemplo citado do capitalista produtor de camisas, *cabem destacar a distinção entre as tendências gerais e necessárias do capital de sua forma de manifestação.*

O aumento da mais valia relativa se **manifesta** nos capitais particulares, na concorrência, na consciência de cada capitalista sob a forma de motivos que o impelem à ação. Esses temas são tratados com mais detalhes no Livro 3 de *O Capital*. Mas em várias passagens do Livro 1 Marx menciona tais elementos e oferece uma série de exemplos. No capítulo 10 tem-se um exemplo muito importante. Esse exemplo está em dois parágrafos enormes em que o primeiro inicia na página 367 e o segundo termina na 370 da edição que está na referência citada. Serão

destacados dois trechos do exemplo de aumento de produtividade em um capital particular:

[...] O valor individual de cada uma dessas mercadorias fica então abaixo de seu valor social, isto é, custa menos tempo de trabalho do que o imenso volume dos mesmos artigos produzidos nas condições sociais médias. [...] O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é o valor individual, e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para a sua produção. Se o capitalista que emprega o novo método vende a mercadoria pelo valor social de 1 xelim, vendê-la-á *3 pence* acima de seu valor individual e realizará **uma mais valia extra de 3 pence**. [...] Não se alterando as circunstâncias, suas mercadorias só conquistarão maior área do mercado através da contração dos preços. Por isso, **vendê-las-á acima de seu valor individual, mas abaixo de seu valor social**, digamos, por 10 *pence* cada artigo. Assim, obtém ele ainda em cada artigo uma **mais valia extra de 1 pên**. Essa elevação da mais valia se verifica para ele, pertença ou não sua mercadoria ao conjunto dos meios de subsistência necessários ao trabalhador, seja ou não elemento determinante do valor da força de trabalho. **Independente dessa circunstância, existe, portanto, para cada capitalista motivo para baratear a mercadoria aumentando a produtividade do trabalho.**

[...]. O trabalho de produtividade excepcional opera como trabalho potenciado ou cria, no mesmo espaço de tempo, valor mais elevado que o trabalho social médio da mesma espécie. Mas nosso capitalista paga agora, como dantes, apenas 5 xelins pelo valor diário da força de trabalho. Por isso, o trabalhador precisa agora apenas de 7,5 horas e não mais de 10 horas para reproduzir esse valor. Seu trabalho excedente aumenta, assim, de 2,5 horas, e a mais valia por ele produzida, de 1 para 3 xelins. [...] **mas essa mais valia extra se desvanece quando se generaliza o novo modo**

de produção²³ [...] (MARX, 2004, p. 368-9, sem grifo no original).

Nesse sentido Marx (2004, p. 370) escreve: “por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador”. Ainda que essa mais valia extra seja temporária, uma vez que para os outros capitalistas continuarem a competir no mercado necessitarão baratear as suas mercadorias também e, para tanto, aumentar a produtividade em suas empresas, é ela que impulsiona o aumento de produtividade. A concorrência das empresas capitalistas age no sentido de nivelar os valores das mercadorias socialmente.

No exemplo do capital particular pode-se perceber a diferença do valor individual para o valor social e algumas possibilidades dos capitalistas de manejar os preços das mercadorias individuais. Mas, o valor dado socialmente é captado pela abstração, é média socialmente necessária do conjunto dos valores produzidos pela abstração dos trabalhos concretos existentes nos capitais particulares, das empresas concretas. Se no conjunto da produção de uma espécie de mercadorias úteis à sociedade se tem uma determinada quantidade de trabalho socialmente necessária para a sua produção, cada mercadoria individual possui o valor de uma parte média social desse montante. Se nesse conjunto uma parte dos capitais tem maior produtividade e conseguem uma mais valia extra por produzir abaixo do valor social, outra parte dos capitais de menor produtividade produzirão acima do valor social e, por conseguinte, terão o que, neste trabalho, será chamado de uma menos valia extra, ou seja, perderão uma parte de sua mais valia. O que um grupo ganha o outro perde, e se compensam socialmente. A concorrência nivela os valores e tende a diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção com os aumentos de produtividade. Ela também elimina do mercado as empresas particulares que estiverem muito acima do nível médio.

Destaca-se também o trabalho potenciado que, no mesmo espaço de tempo, cria mais valor do que o trabalho social médio da mesma espécie, e, por isso, produz em uma quantidade menor de tempo o valor necessário para pagar o valor da força de trabalho, e em consequência, aumenta-se o valor excedente do capital particular.

Na mais valia extra nos capitais particulares se percebe a principal motivação dos capitalistas para reduzir o valor das

²³ Aqui “modo de produção” se refere ao método de produzir.

mercadorias. E quando esse aumento da produtividade contribui para reduzir o valor da força de trabalho social e, portanto, aumentar a taxa geral de mais valia na sociedade, beneficia a classe dos capitalistas com o aumento da massa de mais valia global da sociedade.

Uma vez que a mais valia relativa cresce na razão direta do desenvolvimento da produtividade do trabalho e que o valor das mercadorias varia na razão inversa desse desenvolvimento, e uma vez que o mesmíssimo processo barateia as mercadorias e eleva a mais valia nelas contida, fica solucionado o mistério de o capitalista, preocupado apenas em produzir valor de troca, esforçar-se continuamente para baixar o valor de troca das mercadorias (MARX, 2004, p. 371).

Por isso que o aumento da produtividade do trabalho no modo de produção capitalista não tem como finalidade atingir a redução da jornada de trabalho. Sua finalidade é diminuir o valor da parte referente ao valor da força de trabalho e ampliar a parte que gera mais valia para os capitalistas.

De acordo com a análise, tentando fazer uma separação didática entre trabalho concreto e trabalho abstrato, a forma de exploração do trabalho concreto permite a geração da mais valia extra para alguns capitalistas e em consequência o aumento de seus capitais particulares. Isso que mobiliza o aumento de produtividade das empresas capitalistas e a conseqüente redução do valor das mercadorias (não confundir com preço, redução do valor é a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias). As mercadorias produzidas com menor valor, com maior produtividade, podem ser apresentadas no mercado com preços mais baixos que o dos concorrentes. As empresas para continuarem competindo necessitam reduzir o valor das mercadorias que produzem, investindo de forma a gerar aumentos de produtividade. Aquelas que não conseguem competir com os preços mais baixos dos concorrentes, em um dado momento, tendem a ser eliminadas do mercado. Isso, em consequência de não conseguirem reduzir o valor de suas mercadorias e nem vender os seus produtos no mercado. Os capitalistas, ao tentarem aumentar os seus lucros particulares aumentando a produtividade do trabalho em suas empresas conseguem se apropriar de uma mais valia extra, essa se dá em virtude de as empresas mais produtivas conseguirem se apropriar de parte da mais valia das empresas menos produtivas. O que um grupo

ganha o outro perde, o que é um valor a mais extra para um grupo é um valor a menos para outro. Por isso, para os capitalistas menos produtivos a regulação das questões referentes ao trabalho (tais como salários, jornada de trabalho, etc.) são empecilhos para terem preços competitivos no mercado. A atividade em direção ao aumento dos lucros tem por consequência a concorrência, e esta, ao garantir a sobrevivência dos mais produtivos e a eliminação dos menos produtivos, nivela os valores sociais em um novo patamar.

O trabalho abstrato, substância do valor do conjunto da sociedade, ao reduzir o valor das mercadorias que compõem toda a cadeia produtiva dos meios de subsistência, reduz o valor do conjunto da força de trabalho da sociedade, isto é, reduz o valor do conjunto da força de trabalho da classe trabalhadora. Dessa forma reduz o tempo de trabalho necessário para pagar a classe trabalhadora. E ao não reduzir a jornada de trabalho, o tempo de trabalho excedente é ampliado. Mantendo-se a jornada de trabalho constante e reduzindo-se o valor da força de trabalho do proletariado, amplia-se a massa de mais valia do conjunto da classe capitalista.

Mas o trabalho concreto e o trabalho abstrato não são separados, agem ao mesmo tempo, o trabalho abstrato é a abstração das características do trabalho concreto, não existe sem ele, produzem valor de uso e valor no mesmo processo. Aí está o duplo caráter do trabalho executado no modo de produção capitalista. Do mesmo modo, o capitalista ao explorar a força de trabalho, explora-a de uma forma concreta e abstrata, busca ampliar os seus lucros particulares (ou mais precisamente ampliar a sua mais valia extra) aumentando sua produtividade e, em consequência, contribui com o desenvolvimento das forças produtivas, que ao se generalizarem na sociedade e atingindo a redução do valor dos meios de subsistência amplia a massa de mais valia do conjunto da classe dos capitalistas. A forma que se manifesta na exploração do trabalho concreto com o objetivo de aumentar seus lucros particulares é a forma de expressão da tendência geral da exploração do trabalho abstrato pelo capital (exploração de valor e de mais valia). No conjunto da sociedade, essa tendência geral tem por objetivo reduzir o valor da força de trabalho²⁴ em toda a sociedade sem redução de jornada de trabalho, de forma a ampliar a massa de mais valia global e, assim, poder repartir pedaços maiores de mais valia entre os capitalistas.

²⁴ Produzindo-se os meios de subsistência e seus meios de produção com maior produtividade e menor valor como assinalado anteriormente.

3.5 DIVISÃO DO TRABALHO

A divisão do trabalho pode ser entendida de diversas maneiras dependendo do contexto em que está inserida. Marx desenvolve a parte quarta de *O Capital* intitulando-a de *A produção da mais valia relativa*. Nessa parte, com o objetivo do título, desenvolve quatro importantes capítulos: o capítulo 10 – *Conceito de mais valia relativa*, o 11 – *Cooperação*, o 12 – *Divisão do trabalho e manufatura* e o 13 – *A maquinaria e a indústria moderna*. Nesse contexto Marx dedica algumas páginas no capítulo 12 para debater a divisão do trabalho na manufatura e na sociedade e o caráter capitalista da manufatura.

Marx (2004) apresenta diferentes formas de divisão do trabalho que passam pelos grandes ramos de produção (agricultura, indústria, serviços), a divisão desses grandes ramos em espécies e variedades, a divisão do trabalho no território, na oficina, a divisão do trabalho em tarefas, em profissões, individualizada, singularizada, a divisão do trabalho em tribos, comunidades e famílias primitivas, dentre outras.

De acordo com Marx (2004, p. 409) “apesar das numerosas analogias e das conexões entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na manufatura, há entre elas uma diferença não só de grau, mas de substância”. Nesse item busca-se identificar a substância da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista.

Inicia-se com a identificação de que na divisão do trabalho na produção capitalista o trabalhador parcial não produz a mercadoria, essa só pode ser o produto do trabalho coletivo dos trabalhadores parciais. E, conforme Marx (2004, p. 410),

A conexão, dentro da manufatura, dos trabalhos parciais se realiza através da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista que as emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista; a divisão social do trabalho, a dispersão dos meios de produção entre [capitalistas] produtores de mercadorias, independentes entre si.

Dessa citação se desdobram duas questões interligadas, uma é a separação da propriedade dos meios de produção da venda da força de trabalho, a outra é a diferença entre a divisão manufatureira do trabalho da divisão social do trabalho.

A respeito da primeira questão pode-se perceber que, de um lado, há a propriedade dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, seja no nível da empresa ou no âmbito da sociedade, e que, além disso, são compradores da força de trabalho. Do outro lado, há diferentes forças de trabalho que não são proprietárias dos meios de produção e, por isso, precisam vender suas forças de trabalho aos capitalistas para que estes às empreguem como força de trabalho coletiva.

Em diversos períodos históricos, por exemplo, nas corporações da Idade Média, “em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e, assim, faltava a base principal da manufatura: a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital” (MARX, 2004, p. 414). A perda da propriedade dos meios de produção por parte dos trabalhadores forneceu as bases para o desenvolvimento do capital, uma vez que, nessa situação, os meios de produção e a força de trabalho poderiam ser empregados como capital, como processo de valorização do valor.

Distintas formas de divisão do trabalho são inerentes às mais diversas formações econômicas da sociedade, inclusive a diferentes modos de produção. Porém, a divisão do trabalho em proprietários e não proprietários dos meios de produção e o emprego desses meios como capital são inerentes à sociedade capitalista, na qual reside uma divisão social fundamental entre proprietários de diferentes fatores: dos meios de produção e da força de trabalho.

Em relação à segunda questão, na esfera da sociedade os diversos proprietários dos meios de produção competem entre si, na empresa capitalista os proprietários dos meios de produção necessitam aumentar produtividade e a taxa de exploração da força de trabalho para enfrentarem a concorrência reduzindo o valor das mercadorias. O que conecta os capitalistas independentes é o fato de o resultado de seus respectivos processos produtivos serem mercadorias. “Por sua vez, a lei do valor das mercadorias determina quanto do tempo global de trabalho disponível a sociedade pode despende para produzir cada espécie de mercadoria” (MARX, 2004, p. 411).

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence. A divisão social do trabalho faz confrontarem-se produtores independentes de mercadorias, os quais não

reconhecem outra autoridade além da concorrência, além da coação exercida sobre eles pela pressão dos recíprocos interesses [...]. Na sociedade em que rege o modo capitalista de produção, condicionam-se reciprocamente a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho (MARX, 2004, p. 411).

Enquanto na cooperação simples, em geral, o modo de trabalhar do indivíduo não se modifica bruscamente, a manufatura se apodera da força de trabalho individual em suas raízes e revoluciona inteiramente a maneira como o indivíduo trabalha. “A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores” (MARX, 2004, p. 415).

Originalmente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina capitalista. [...] a divisão do trabalho ferreteia o trabalhador com a marca de seu proprietário: o capital (MARX, 2004, p. 415-416).

A divisão manufatureira do trabalho cria

determinada organização do trabalho social e, com isso, desenvolve ao mesmo tempo nova força produtiva social do trabalho. A divisão manufatureira do trabalho, nas bases históricas dadas, só poderia surgir sob forma especificamente capitalista. Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa, ou de expandir o valor do capital [...] (MARX, 2004, p. 420).

Os conhecimentos, a sagacidade e a vontade que existiam modestamente nos camponeses e nos artesão independentes, no período manufatureiro só interessam à oficina em seu conjunto.

O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira do trabalho opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples, em que o capitalista representa diante do trabalhador isolado, a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Esse processo desenvolve-se na manufatura [...] e completa-se na indústria moderna [...] (MARX, 2004, p. 416).

A manufatura produziu as máquinas que eliminaram “o ofício manual como princípio regulador do sistema”, de modo que se derrubaram as barreiras que este “princípio opunha ao domínio do capital” (MARX, 2004, p. 424).

As máquinas inventadas aumentaram absurdamente a quantidade de produtos e as taxas de produtividade, mas nem por isso tinham por objetivo reduzir a jornada de trabalho e aliviar a labuta diária dos trabalhadores.

Não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia (MARX, 2004, p. 427).²⁵

²⁵ “A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores” (MARX, 2004, p. 503).

A divisão social do trabalho é impulsionada em grau muito maior pelo sistema fabril do que pela manufatura, uma vez que provoca um imenso aumento das forças produtivas dos ramos de produção de que se apodera. A indústria e seu maquinário têm por “resultado imediato ampliar a mais-valia e, simultaneamente, a quantidade de produtos em que ela se incorpora” (MARX, 2004, p. 506).

3.6 SUBSUNÇÃO REAL DO TRABALHO E DA VIDA SOCIAL AO CAPITAL

Ao analisar o processo de trabalho em sua forma geral e abstrata, independente de qualquer modo de produção, como uma relação entre o produtor individual, seus meios de trabalho e seu objeto de trabalho para a produção de um valor de uso, de uma riqueza que atenda uma necessidade, demonstrou-se um elemento comum ao trabalho em todos os modos de produção. Na sociedade capitalista predomina e regula as relações sociais de produção a combinação do processo de trabalho com o processo de valorização, constituindo o processo de produção de capital. Do ponto de vista do processo de trabalho é o trabalhador que emprega os meios de produção, já no processo de valorização são os meios de produção que empregam o trabalhador, pois o objetivo do processo de valorização do capital é produzir mais valia. A produção de mais valia ocorre por meio da exploração do valor de uso da mercadoria força de trabalho durante o processo de produção de outras mercadorias, onde se produz o valor necessário para se pagar a força de trabalho e o valor excedente apropriado pelos capitalistas. Esse processo é o objetivo incessante do capital.

Diversos elementos da vida social, tais como mercadoria, dinheiro, capital, valor, etc., aparecem como se fossem uma “coisa” ou como se fossem propriedade/características relativas às coisas, no entanto, na realidade são relações sociais determinadas em que se defrontam os agentes da produção.

[...] o capital – que exprime uma *relação de produção determinada*, uma relação social determinada, em cujo interior os possuidores das condições de produção defrontam a capacidade viva do trabalho – aparecem como uma *coisa*, do mesmo modo que o valor aparecia como uma qualidade de uma coisa e a *determinação econômica* da coisa como mercadoria aparecia

como sua qualidade de coisa; do mesmo modo que a forma social que o trabalho recebia no dinheiro se apresentava como *qualidades de uma coisa* (MARX, 2004b, p. 54-55).

Realizada esta distinção em que as trocas econômicas que garantem a vida social não são qualidades inerentes das coisas que se trocam, mas relações sociais de um processo de produção determinado, no caso o processo de produção capitalista. Desta forma, parece que, “na realidade, a dominação dos capitalistas sobre os operários não é mais que a dominação sobre estes das *condições de trabalho* [...], condições de trabalho que se tornaram autônomas, e precisamente face ao operário” (MARX, 2004b, p. 55). Num primeiro momento, esta relação que domina os trabalhadores realiza-se essencialmente no processo de produção de mais valia, posteriormente essa relação tende a controlar os mais diversos aspectos da vida social.

Na circulação, o capitalista e o operário defrontam-se tão-só como *vendedores de mercadorias*; porém, em virtude da natureza especificamente polar das mercadorias que entre si se vendem, o operário entra forçosamente no processo de produção na qualidade de componente do *valor de uso*, da *existência real* e da *existência como valor* do capital, por mais que esta relação só se efetue *dentro* do processo de produção, e o capitalista, existente só potencialmente como comprador de trabalho, só se converta em *capitalista real* quando, pela venda de sua capacidade de trabalho, o trabalhador, transformado eventualmente em operário assalariado, entra realmente naquele processo sob a direção do capital. As funções que o capitalista exerce não são mais do que as funções do *próprio* capital – do valor que se valoriza sugando trabalho vivo – exercidas *com consciência* e *vontade*. O capitalista só funciona enquanto capital *personificado*, (o capitalista) é o capital enquanto pessoa; do mesmo modo, o operário funciona unicamente como *trabalho personificado*, (trabalho) que a ele pertence como suplício, como esforço, mas que pertence ao capitalista como substância criadora e incrementadora de riqueza. Consequentemente,

esse trabalho, enquanto tal, apresenta-se como um elemento incorporado ao capital no processo de produção, como seu fator vivo, variável. A dominação do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem, a do trabalho morto sobre o trabalho vivo, a do produto sobre o produtor, já que, na realidade, as mercadorias, que se convertem em meios de dominação sobre os operários (porém apenas como meios de dominação do *capital*), não são mais do que simples resultados do processo de produção, do que produtos do mesmo (MARX, 2004b, p. 55-56).

Nesta citação, Marx apresenta algumas sínteses referentes a aspectos das esferas da produção e da circulação para concluir que determinadas relações sociais dominam e controlam aos trabalhadores, bem como aos próprios capitalistas. Porém essas relações sociais são as próprias relações em que se defrontam capitalistas e trabalhadores e que nesse processo produzem mercadorias, valor, mais valia e capital por meio da exploração da força de trabalho.

O crescimento do capital e o aumento do proletariado são produtos concomitantes do mesmo processo, embora polarmente opostos (MARX, 2004b).

A relação não apenas se reproduz, não produz apenas numa escala cada vez mais massiva, não busca apenas mais operários e se apodera continuamente de ramos produtivos que antes não dominava: reproduz-se também em condições cada vez mais propícias para uma das partes, para os capitalistas, e mais desfavorável para a outra, os operários [...] (MARX, 2004b, p. 135).

Cabe ressaltar que a relação na esfera da circulação como possuidores e vendedores de mercadorias expressa a aparência de uma relação entre iguais. No entanto, segundo Marx (2004b, p. 137)

[...] o que um compra e o outro se vê obrigado a vender é um resultado do processo [de produção capitalista]. A renovação constante desta relação de *compra/venda* não faz mais do que mediar a continuidade da relação específica de dependência

e confere-lhe a aparência falaz de uma transação, de um contrato entre possuidores de mercadorias dotados de iguais direitos que se opõem de maneira igualmente livre.

A subsunção dos trabalhadores ao capital não se encontra isoladamente na forma da circulação, “na relação geral entre *possuidores de mercadorias*, suprimindo a sua diferença específica” (MARX, 2004b, p. 137). A relação capitalista se desenvolve a partir de um determinado nível histórico em que é possível o desenvolvimento de uma forma de produção social especificamente capitalista.

No princípio da produção capitalista, o operário, ao ser expropriado de seus antigos meios de produção, para garantir o seu sustento necessita vender a sua força de trabalho. O capitalista, proprietário dos meios de produção e comprador da força de trabalho, passa a empregar os trabalhadores com o objetivo de produzir capital. Primeiramente, “a subordinação do processo de trabalho ao capital não modifica nada no modo real de produção” (MARX, 2004b, p. 78). Inicialmente, o trabalhador executa o mesmo trabalho que executava antes, só que agora sob o comando, a direção e vigiado pelo capitalista no que tange ao seu trabalho que pertence ao capital. Neste sentido,

o capitalista vela para que o operário não desperdice tempo nenhum e, por exemplo, que em cada hora renda o produto de uma hora de trabalho, que para fabricar um produto só empregue o tempo de trabalho médio necessário. Na medida em que a relação capitalista domina a produção e o operário aparece no mercado constantemente como vendedor e o capitalista constantemente como comprador, o processo de trabalho propriamente dito, considerado em seu conjunto, é *contínuo*, em lugar de ser interrompido, como (acontecía) quando o trabalhador, na sua qualidade de produtor independente de mercadorias, dependia da venda dessas mercadorias a determinados clientes (MARX, 2004b, p. 78).

Deste modo, o processo de trabalho se converte em meio de criação de mais valia, em processo de valorização, de autovalorização do capital. O processo de trabalho subsume-se ao capital. De início

apenas de uma maneira formal, onde se subordina ao capital um modo de trabalho que se desenvolveu antes de surgir a relação de produção capitalista (MARX, 2004b).

Com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho em grande escala “chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (MARX, 2004b, p. 105). Na indústria, a implantação das máquinas transforma completamente os modos de execução do trabalho de produção anteriores, transformam os processos de trabalho. Mas não são só esses que são transformados, o processo de valorização do capital também o é. Na subsunção formal do trabalho ao capital recorria-se, predominantemente, a forma de exploração pelo prolongamento da jornada de trabalho como forma de aumentar parte significativa da mais valia. Na subsunção real do trabalho ao capital desenvolvem-se as formas de exploração do trabalho em que a parte significativa da mais valia provém da redução do valor da parte correspondente aos bens salários, por meio de aumentos de produtividade que permitam a redução do valor destes. Ao mesmo tempo em que as formas de mais valia absoluta permitem desenvolver as formas de mais valia relativa, o desenvolvimento da mais valia relativa permite ampliar os modos de se explorar a mais valia absoluta, isto é, combiná-las das maneiras possíveis dentro da luta de classes e do determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas.

O aumento da produtividade do trabalho, em geral, é quando se produz em menor tempo. Normalmente, uma quantidade maior de mercadorias produzidas em menor tempo de trabalho, isto é, com menor valor médio por unidade. “Independente da vontade deste ou daquele capitalista, isto converte-se na *lei* do modo de produção capitalista” (MARX, 2004b, p. 107). O objetivo capitalista é a produção de capital, por meio da exploração da mais valia que é fracionada e distribuída entre os processos de valorização e entre as frações das classes capitalistas. Na divisão do trabalho no interior da empresa capitalista, os capitalistas exercem o despotismo da produtividade com vistas à redução do valor individual da mercadoria em relação ao seu valor social e a obtenção de lucros extras. Na divisão social do trabalho os capitalistas competem entre si para oferecer mercadorias com quantidades de valor menor que a de seus concorrentes. A concorrência tende a nivelar os valores sociais das mercadorias e uma nova corrida por lucros extras amplia os investimentos em produtividade, isso ocorre em conjunto com a competição pela sobrevivência no mercado. As relações sociais de produção capitalistas controlam os processos de trabalho, de produção, de valorização e a vida das classes sociais.

No modo de produção especificamente capitalista os produtos do trabalho, as mercadorias, tanto em seus valores de uso quanto em seus valores de troca, não só se contrapõem aos trabalhadores como capital, “como também se apresentam perante a forma social do trabalho como *formas de desenvolvimento do capital*, e, por isso, as forças produtivas do trabalho social, assim desenvolvidas, aparecem como *forças produtivas do capital*” (MARX, 2004b, p. 127).

De fato, a unidade *coletiva* na cooperação, a combinação na divisão do trabalho, a utilização das forças naturais e das ciências, dos produtos do trabalho como *maquinaria*, tudo isso se contrapõe aos operários individuais, de forma autônoma, como um *ser alheio, objetivo, que lhes pré-existe*, que está ali sem o seu concurso e amiúde contra o seu concurso, como meras formas de existência dos *meios de trabalho* que *os dominam* e são independentes deles, na medida em que essas formas (são) *objetivas*. E, na medida em que a oficina coletiva se acha formada pela própria combinação dos meios de trabalho, a inteligência e a vontade dessa oficina encarnadas pelo capitalista ou seus representantes (contrapõe-se-lhes) como *funções* do capital que vive no capitalista. As formas sociais do seu próprio trabalho – subjetiva e objetivamente – ou a forma de seu próprio trabalho social, constituem relações que se formaram com independência total em relação aos operários individualmente considerados; estes, na medida em que se encontram subsumidos no capital convertem-se em elementos dessas formações sociais, que contudo, não lhes pertencem. Essas formações sociais contrapõem-se-lhes, pois, como *formas* do próprio capital, como combinações que – ao contrário da sua capacidade de trabalho dispersa – pertencem ao capitalista, surgem dele e nele se incorporam. E isto reveste formas tanto mais reais quanto mais, por um lado, a sua própria capacidade de trabalho é de tal modo modificada por essas formas que a mesma, na sua autonomia – isto é, à *margin* desse contexto capitalista – se torna impotente e a sua capacidade produtiva independente se quebra; e, por outro lado, graças

ao desenvolvimento da maquinaria, as condições de trabalho aparecem como dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico e, simultaneamente, substituem-no, oprimem-no, tornam-no supérfluo nas suas formas autônomas [...] (MARX, 2004b, p. 127).

Nesta síntese, Marx sublinha determinados momentos e formas de trabalho no modo de produção capitalista, tais como a cooperação simples, a divisão do trabalho e a maquinaria e a grande indústria, em que essas relações e esses meios de trabalho se contrapõem aos trabalhadores como algo independente deles e que os trabalhadores não os controlam. Que nas empresas capitalistas a vontade encarnada pelas personificações do capital são as próprias vontades e funções do capital que vivem nos capitalistas. O próprio trabalho social se constitui em relações independentes da vontade dos trabalhadores individuais, que são elementos dessas formações sociais, que não lhes pertencem, na medida em que estão subsumidos ao capital. O capitalista reúne as forças de trabalho dispersas para realizar a função do capital nestas formações sociais que se contrapõem aos trabalhadores como combinações que pertencem aos capitalistas, que surgem dele e que nele se incorporam. E isto se reveste de formas mais reais quando, mesmo à margem do contexto capitalista, a capacidade produtiva independente dos trabalhadores se torna impotente e se quebra. Assim como, o desenvolvimento tecnológico capitalista provoca o domínio das condições de trabalho sobre os trabalhadores e destrói as suas formas independentes.

Nos espaços fora do processo de produção, os indivíduos têm suas vidas controladas pelo capital, uma vez que as mercadorias que consomem são produtos do capital, são os seus meios de subsistência, seu “tempo livre” também é controlado pelo capital, na medida em que os trabalhadores precisam produzir a sua mercadoria força de trabalho em condições propícias para que o capital as explore. A força de trabalho precisa estar descansada, alimentada, formada, conformada, saudável, entretida, feliz, etc. para que o capital a possa explorar de um modo mais produtivo. Gramsci (2008), tratando do *Americanismo e Fordismo*, aborda o controle do capital sobre a vida social em vários aspectos, que incluem o controle do capital até da vida sexual dos trabalhadores e dos capitalistas.

4 ALGUNS APONTAMENTOS ANALÍTICOS SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS E A EDUCAÇÃO NA OBRA DE MAURÍCIO TRAGTENBERG

Autor de uma obra bastante ampla e rica, que trata de diversos temas e autores, Tragtenberg deixa um legado que merece diversas análises sobre uma série de questões específicas, algumas foram pontuadas ao longo desse trabalho e outras não foram objetos do estudo. Seria impossível tratar e explorar todos os temas da rica obra de Tragtenberg em uma dissertação de mestrado, por isso as escolhas de recorte da pesquisa e da exposição do texto final são necessárias. Nesta seção, procurou-se focar em alguns apontamentos analíticos que abordam características do método de análise da sociedade por Tragtenberg, que se desdobra em grande medida no seu método de análise da educação, assim como se buscou analisar a sua estratégia e proposta de superação dos limites da sociedade. A influência de Weber e Marx em sua análise da burocracia e a sua estratégia de autogestão parecem ser as questões centrais em sua obra e que se procura explorar alguns elementos nessa dissertação.

Da análise da obra de Tragtenberg, em que algumas sínteses se encontram na seção 2 dessa dissertação, pode-se perceber que para Tragtenberg a burocracia é sinônimo de poder, controle, dominação e organização exercidos por um corpo administrativo que serve ao capital no atual modo de produção. Para Tragtenberg a burocracia, mesmo com as diferenças históricas, é categoria analítica que perpassa os modos de produção da sociedade dividida em classes, nesse sentido, sua análise parte do modo de produção asiático ao modo de produção capitalista. Nesses diversos modos de produção a burocracia assume diferentes formas de poder, controle e dominação. A ênfase de Tragtenberg é no controle e na dominação exercidos pela burocracia conforme visto na seção 2. Nessa questão a influência de Weber na obra de Tragtenberg é gigantesca. Mesmo que ele não concorde com Weber em diversos aspectos, em sua crítica da burocracia se referencia constantemente na crítica weberiana. O ponto mais crítico da compreensão de Weber à sociedade é a sua crítica à burocracia e ao Estado, e não ao capital. Tragtenberg busca incorporar a crítica ao capital por meio de Marx, no entanto, sua análise tem limites que são históricos, do contexto em que produziu sua obra, e a aproximação desses dois autores antagônicos tende a prejudicar a coerência metodológica e epistêmica. A leitura indistinta da obra de Tragtenberg sobre a burocracia conduz a utilizá-la como categoria analítica e focalizar as críticas a ela. Somente realizando

certas distinções é possível compreender a força de suas contribuições, bem como suas fragilidades. Na seção 2 buscou-se sistematizar de forma coerente aquilo que nem sempre aparece com coerência nos escritos de Tragtenberg, e nisso reside uma das dificuldades do estudo das obras desse autor, sendo que é possível que outros autores realizem análises de partes bem diferentes da apresentada nessa dissertação.

Todavia análises críticas são necessárias para a produção de conhecimento, e o próprio Tragtenberg foi um grande defensor disto. “É indiscutível que a liberdade e a crítica são condições do trabalho científico; é impossível fazer a ciência sem crítica” (TRAGTENBERG, [1981e] 2009, p.176). “Ciência implica o exercício da crítica, e esta é inseparável na existência da liberdade” (TRAGTENBERG, [1981a] 2009, p. 441). “Enquanto houver polêmica, há vida. Quando cessa de haver polêmica, você está dentro de um cemitério, tudo uniforme, isto me aterroriza” (TRAGTENBERG, [1982] 2011b, p. 63). “Onde não há crítica, não há ciência” (TRAGTENBERG, [1996] 2012, p. 133).

Tragtenberg não era um defensor cego da ciência, apontava diversas críticas à ciência na sociedade capitalista. Por exemplo:

[...] a ciência foi desenvolvida pela classe dominante e em seu benefício, compatível com a sua dominação. Para definir o que é científico, a sociedade capitalista nomeia como tal os conhecimentos e capacidades suscetíveis de sistematização e incorporação na cultura acadêmica dominante, considerando não-científicos conhecimentos que pertençam a uma cultura popular.

Quando os técnicos de organização do trabalho dividem-no, a ponto de extenuar o trabalhador, dir-se-á que tal divisão é científica. Quando os trabalhadores se auto-organizam para produzir, isso é considerado anticientífico (TRAGTENBERG, [1988] 2007, p. 97).

Por um lado, critica a ciência para beneficiar a classe dominante, por outro, defende que os conhecimentos populares podem servir para produzir conhecimento científico em benefício da sociedade. Como visto, Tragtenberg foi um grande defensor da liberdade e da crítica, nesse sentido, acredita-se que a melhor homenagem que se pode fazer a ele é incorporar esses ensinamentos com o intuito de produzir conhecimentos que sirvam para “dar uma força” para a luta dos

trabalhadores. Por isso, nesta seção se pretende realizar alguns apontamentos críticos sobre as relações sociais de produção e a educação na obra de Tragtenberg.

4.1 A ANALOGIA WEBERIANA ENTRE A ÁREA DE ENSINO/PESQUISA E AS EMPRESAS CAPITALISTAS

Tragtenberg realiza sua crítica à sociedade capitalista sob diversos pontos, e um dos que parecem ser centrais em sua análise é a separação existente entre os trabalhadores e os meios de produção. Desse ponto derivam várias interpretações que chamam a atenção em sua obra, tais como as da propriedade e do controle dos meios de produção, das diversas formas de divisão do trabalho, da burocracia, do capitalismo de Estado, da proposta de autogestão e de seus estudos sobre a educação.

Conforme se mencionou na seção 2, para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 65).

Marx apontara como uma das características básicas do modo de produção capitalista a separação entre produtor e os meios de produção. Weber notara que essa separação opera amplamente: opera no laboratório, onde o cientista está separado dos meios de pesquisa, no Exército, onde o militar está separado dos meios de guerra, e na burocracia, onde o funcionário está separado dos meios administrativos.

O autor complementa essa análise com uma citação direta de Weber já indicada anteriormente.

Na área de pesquisa e ensino científico, a burocracia nos “institutos” permanentes das universidades (cujo primeiro exemplo importante foi o laboratório de Liebig, em Giessen) se dá em função das crescentes necessidades dos meios materiais de produção. Na medida em que estão concentrados nas mãos dos chefes oficialmente privilegiados produz-se uma separação entre o conjunto de pesquisadores e professores e ‘meios de produção’ **análoga** à que ocorre na empresa capitalista entre os trabalhadores e os meios de

produção (WEBER, 1944, p. 112 apud TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 65).

Tragtenberg foi um grande estudioso da obra de Max Weber, sendo crítico a muitos aspectos dessa obra, sobretudo ao seu *credo liberal* e suas propostas para a sociedade, porém Tragtenberg incorpora em suas análises muitos elementos da crítica weberiana à sociedade, mesmo sem se considerar um weberiano. A principal crítica de que se apropria de Weber é a crítica da burocracia e do Estado, porém buscando aprofundá-la com as análises de Hegel e de Marx. Uma característica recorrente sobre o tema é essa analogia entre a área de pesquisa científica e ensino e a empresa capitalista. Essa relação parece não ser assim tão simples. Do ponto de vista do processo de trabalho, na empiria, é possível constatar tal observação, porém, do ponto de vista do processo de produção capitalista parece haver diferenças não tão visíveis.

No mesmo sentido Tragtenberg escreve que a realização da venda da força de trabalho se dá por meio da condição de assalariado. “Assalariado tão alienado quanto o operário em relação aos meios de produção, na qualidade, por exemplo, de pesquisador separado dos meios de pesquisa, que são propriedade privada ou burocrático-estatal” (TRAGTENBERG, [1980b] 2012, p. 181). *Usar a categoria do trabalho assalariado para igualar os trabalhadores é problemático, uma vez que todo trabalho produtivo de mais valia é trabalho assalariado, mas nem todo trabalho assalariado é produtivo de mais valia*²⁶, isso será exemplificado ao longo dessa seção. No artigo *A escola como organização complexa* afirma que “no que se refere ao pessoal, o burocrata da educação está separado dos meios de administração como o operário dos meios de produção, o oficial dos meios de guerra e o cientista dos meios de pesquisa” (TRAGTENBERG, [1982b] 2004, p. 47). No texto *Educação brasileira: diagnósticos e perspectivas* indica que

[...] Ora, quem é *neutro* em política reproduz a política do *poder*. Pelo fato de **a universidade ser uma instituição, agrupando o cientista que não é dono de seus meios de pesquisa, o funcionário separado dos meios de administração como o**

²⁶ Ou de acordo com Marx (2004b, p. 111) “todo o trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo o assalariado é um trabalhador produtivo”.

operário em relação aos meios de produção, a universidade reafirma o seu caráter de instituição *política*, ocupando um espaço social definido, claro, entre os aparelhos de dominação ou poder (TRAGTENBERG, [1979b] 2012, p. 26, sem negrito no original).

No que diz respeito a essa separação entre os trabalhadores e os meios de produção é possível ainda acrescentar outras citações de Tragtenberg em outros textos, bem como referências a Weber referentes ao tema. Chama a atenção, e parece importante em sua obra, essa relação entre a escola e a fábrica como empresa capitalista. Segundo Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 68),

Da mesma maneira que, no mundo de produção capitalista, a fábrica articula-se por segmentos hierárquicos, obedecendo a padrões monocráticos de “unidade de comando”, em que a burocracia não emerge somente para atender a apelos “técnicos”, mas como poder de mediação, em que a decisão burocrática é obscura, difusa, transformando as organizações de meio em fim, recusando a mudança e gerando conformismo e “carreirismo”, tais padrões são lentamente introduzidos no universo escolar. À burocratização da produção de objetos na fábrica corresponde a burocratização na produção e reprodução de conhecimentos e ideologias nas escolas.

Referente à separação entre trabalhadores e os meios de produção se destacam diversas categorias analíticas utilizadas por Tragtenberg conforme já indicado, a divisão do trabalho, a propriedade e controle dos meios de produção, a burocracia, etc. Como Tragtenberg e Weber também apresentam exemplos individualizados, se realizará também um processo analítico nas unidades de produção individualizadas para isolar variáveis e distinguir certos aspectos que a observação na empiria não revela. Após realizar essas distinções por via do processo analítico se pretende sair da análise das unidades individuais de produção para analisar as condições globais de produção.

Em primeiro lugar, parece que quando Tragtenberg e Weber estabelecem essa comparação entre escola e fábrica, suas análises enfatizam o trabalho concreto dos operários e professores. No campo do

processo de trabalho ou processo de produzir valores de uso, essa relação entre escola e fábrica apresenta muitas características semelhantes, porém, ao analisar o processo de produção capitalista ou o processo de produzir mais valia essa relação pode apresentar diferenças significativas. Entende-se que fixar a análise no trabalho concreto conduz a diferentes formas de se entender as relações sociais de produção, especialmente as capitalistas. Essas formas podem corresponder a aspectos da realidade aparente, porém, parece que podem obscurecer a análise e o conhecimento de elementos fundamentais da realidade no modo de produção capitalista.

Mesmo que na sociedade capitalista existam diferentes relações de produção e que a relação fundamental, reguladora do sistema, seja a capitalista, que pouco a pouco vai destruindo e/ou incorporando as demais relações de produção, parece ser fundamental estabelecer algumas diferenças. Por exemplo:

As fábricas, em geral, na sociedade capitalista, têm por objetivo a geração de lucros. Isso acontece em decorrência da produção, reprodução e acumulação de valor. Mas como se sabe, não basta produzir o mesmo valor investido, é necessário produzir um valor a mais. Também não é qualquer valor a mais, tem que ser um valor atrativo para que os capitalistas continuem a investir em determinado ramo. Essa atratividade tende a corresponder a mais ou menos à taxa média de lucro do mercado. Isso tudo visa à produção e reprodução do capital e com esses objetivos os capitalistas estabelecem a lógica de funcionamento das fábricas.

As empresas capitalistas, ou seja, as que têm por objetivo a produção e reprodução de capital, precisam produzir uma determinada mercadoria para vender no mercado. A mercadoria, como se viu, é unidade contraditória de valor de uso e valor. Seu valor de uso se realiza no consumo e seu valor se realiza na troca, no mercado. Portanto, para as empresas capitalistas pouco importa a mercadoria produzida, pois as mercadorias vendidas são as que não possuem valor de uso para si. São vendidas por serem valores de uso para os seus consumidores. Nesse caso, os valores de uso são veículos do valor. E as empresas capitalistas têm por objetivo a produção e a realização do valor de modo a ampliar o seu capital. Isso independe do valor de uso produzido, mas é extremamente dependente da lógica de produção do valor. Por isso enfatiza-se que para as empresas capitalistas o que importa é a lógica de produção de valor, mais valor e capital. Nesse sentido, pouco importa se a empresa capitalista é uma fábrica ou uma escola privada, pois a lógica

de produção e reprodução do capital nas empresas capitalistas particulares tende a seguir critérios semelhantes.

Não basta que as empresas capitalistas produzam mercadorias que contenham mais valor do que o valor investido²⁷, é preciso realizar esse valor no mercado capitalista. E, para tanto, as empresas capitalistas competem entre si pelo mercado consumidor. Para vender as mercadorias e realizar o valor e a mais valia nelas contida, as empresas capitalistas precisam enfrentar a concorrência e se utilizar dos diversos mecanismos para vencer os seus concorrentes. Um dos instrumentos mais aclamados é a inovação, que permite ganhos de produtividade, esses ganhos podem decorrer de diferentes fatores, dentre os principais destaca-se de acordo com Marx (2004) o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, a destreza média dos trabalhadores, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. O aumento da produtividade permite que se possam produzir as mercadorias em um menor tempo de trabalho médio por unidade. Conforme visto no item referente à mais valia relativa, os capitalistas, nas empresas particulares, irão reduzir o valor das mercadorias com o objetivo de obter lucros extras e enfrentar a concorrência.

Porém, ao se tratar de uma escola pública, ou mais precisamente uma escola estatal, mesmo o Estado possuindo a propriedade estatal, que é uma forma de propriedade que priva parte da sociedade, e sendo uma instituição que exerce a função de manutenção e desenvolvimento da ordem capitalista, parece que é diferente a lógica de produção das escolas públicas/estatais para a das empresas capitalistas. As escolas públicas/estatais produzem um valor de uso para a sociedade, no entanto, esse valor de uso não é produzido sob a forma mercadoria. As escolas estatais não vendem o que produzem no mercado e, portanto, todo o trabalho investido nas escolas estatais não produz diretamente capital aos capitalistas particulares. *É trabalho que se realiza, mas não cria valor nem mais valia.* Como essas escolas estatais produzem um valor de uso que é um meio de subsistência necessário para que os trabalhadores produzam a mercadoria força de trabalho e que o Estado fornece à sociedade, os trabalhadores não precisam comprar esse meio de subsistência no mercado. Esse processo tende a ocasionar um barateamento da força de trabalho, gerando uma “economia” para os compradores dessa força de trabalho. Como será visto adiante, para a

²⁷ Lembrando que a substância do valor é o trabalho humano abstrato socialmente necessário na produção das mercadorias.

produção de um dos meios de subsistência necessários à produção da mercadoria força de trabalho na sociedade capitalista pouco importa se a escola é privada ou pública/estatal, mas pode haver diferenças significativas no que se refere ao processo de produção de mercadoria, valor, mais valia e capital.

Nas escolas públicas/estatais em que o ensino não é produzido sob a forma de mercadoria, por conseguinte, não há como se produzir diretamente na lógica de valorização do capital, por isso que mecanismos burocráticos de controle e gestão capitalistas podem ser incorporados mais lentamente no processo de trabalho das escolas públicas/estatais e diferir em questões fundamentais. Essas escolas não têm por objetivo produzir uma mercadoria de valor lucrativo e que permita vencer a concorrência tal como as empresas capitalistas. Seu objetivo pode até ser a produção de valores de uso com o máximo de “economia” para o Estado, de forma que este tenha ainda mais recursos para investir em suas atividades principais de facilitar e manter a produção e reprodução de capital nas empresas capitalistas. Mas isso pode acarretar em diferenças na divisão do trabalho e na relação da lógica empresarial-capitalista com a da escola pública/estatal.

Conforme está se tentando destacar, a lógica empresarial-capitalista tem por objetivo produzir e reproduzir diretamente capital para as empresas, por meio da produção e reprodução de valor e mais valia e sua realização no mercado, tendo para isso que produzir sob o despotismo das taxas de produtividade média social e das leis concorrenciais. Está se tentando realçar que a escola pública/estatal, mesmo que incorpore elementos de gestão das empresas capitalistas, não desenvolve as suas atividades sob o mesmo conjunto de elementos da lógica das empresas capitalistas. Inclusive as diferenças das escolas públicas/estatais para as empresas capitalistas se dão também em relação às escolas privadas-capitalistas²⁸, pois como procura-se ressaltar: 1) importa menos o trabalho concreto e o valor de uso produzido e mais a relação em que se estabelece a produção; e 2) a escola privada-capitalista precisa se submeter à lógica da produção de mercadorias e de capital não porque é uma escola, mas porque é uma empresa capitalista que precisa explorar o valor e o mais valor da força de trabalho, vender sua mercadoria na sociedade capitalista, obter lucros e reproduzir o capital de forma ampliada.

²⁸ Não se encontrou na obra de Tragtenberg essa diferenciação entre a escola pública/estatal e a escola capitalista sob os critérios que estão sendo realizados nesse trabalho.

O capital em sua busca incessante por valorização e taxas médias de lucros tende a incorporar setores que ainda não foram mercantilizados e que possuem taxas atrativas de lucros. Isso acontece com diversas empresas estatais, inclusive com as escolas. Supondo-se que num determinado período histórico as taxas de lucro não eram atrativas para os capitais privados e nenhuma empresa capitalista quis ou foi capaz de realizar um determinado empreendimento, restou ao Estado capitalista realizar o investimento para desenvolver e manter a ordem e os níveis de acumulação de capital no conjunto da sociedade. Quando esses setores passam a possuir taxas de lucro atrativas há uma tendência de o capital privado se apropriar desses setores e geri-los sob a lógica da mercadoria e do capital.

No entanto, cabe destacar que também há empresas estatais que produzem e vendem mercadorias, embora praticamente todas elas já tenham sido abertas aos capitais privados, constituindo-se dessa forma em empresas mistas. Porém, supondo-se uma empresa totalmente estatal que produz mercadoria e vende aos seus consumidores, essa empresa estatal pode ter aspectos diferentes. Caso produza valor, mas não produza mais valia, produz sob a lógica da mercadoria, mas não produz sob a lógica do capital. Se produz valor e mais valia, produz sob a lógica da mercadoria e do capital. A lógica de produção do capital pressupõe a lógica de produção da mercadoria, mas a da mercadoria não implica necessariamente a do capital. No caso de produzir valor e mais valia, a lógica de produção de mercadoria e de capital vale tanto para a empresa estatal quanto para a privada.

Em relação à divisão do trabalho, primeiro, se a fábrica e a escola são empresas capitalistas, então há a divisão social do trabalho entre proprietários dos meios de produção e vendedores da força de trabalho e os capitalistas possuem oportunidade de investir em seu ramo de produção para produzir capital, porém submetem-se às leis da concorrência como forma de manifestação da lei do valor e do caráter fetichista do capital que controla a vida social. No interior das empresas capitalistas particulares há a divisão técnica/parcial/funcional do trabalho, e essa se dará com base no despotismo da necessidade de se produzir mercadorias, pelo menos, dentro do tempo socialmente necessário que viabilize a produção e reprodução de capital. Terá que se dividir o trabalho a ponto de se obter uma produtividade média do trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias de seu ramo. Isso para que as mercadorias produzidas sejam competitivas no mercado e realizem taxas médias de lucro que permitam a produção, reprodução e acumulação de capital.

Num segundo caso, se pergunta quais seriam as diferenças da divisão do trabalho numa escola pública/estatal para a das empresas capitalista. No que se refere ao processo de trabalho ou o processo de produzir valores de uso, parece que existe uma necessidade inerente de dividir, de parcelar o processo de trabalho, sobretudo, de acordo com o aumento de suas proporções. Nesse caso parece haver semelhanças entre a divisão do trabalho na empresa capitalista e na escola pública/estatal. Esse tipo de divisão do trabalho se pode constatar na aparência dos processos de trabalhos concretos. Procura-se apresentar elementos para tentar ir além do concreto aparente.

Supondo que o Estado seja o proprietário da escola pública e de seus meios de produção e que ele não os empregue como capital. Também não contrate a força de trabalho da escola com o objetivo de produzir mais valia. Desta forma, os meios de produção e a força de trabalho entram no processo produtivo não como capital, mas sim como produtores de valores de uso. Como se viu anteriormente, a escola pública/estatal, quando não vende o seu produto no mercado e não emprega seus meios de produção e sua força de trabalho como capital, não produz o ensino como mercadoria e, neste sentido, não se submete diretamente à lógica de produção e reprodução da mais valia e do capital em seu processo de trabalho particular.

No que diz respeito à burocracia, para Tragtenberg, ela tem a ver com poder, controle e dominação. Então, a pergunta que se coloca aqui é qual o sentido da burocracia na empresa capitalista e na escola pública/estatal?

Seguindo a análise que se vem efetuando, no que se refere ao processo de trabalho, processo de produzir valores de uso, o poder, controle e dominação podem até ter um sentido semelhante na empresa capitalista e na escola pública/estatal. Porém como se viu, o que interessa à empresa capitalista é o processo de produzir mais valia e capital. Nesse processo, o sentido de poder, controle e dominação possui outras características, que diferem o sentido da burocracia das empresas capitalistas do das escolas públicas/estatais. Pois na empresa capitalista seus objetivos estão subordinados a lógica da mercadoria, da produção de valor, mais valor e capital. Na escola pública/estatal a burocracia não administra a produção de mercadoria, valor, mais valia e capital. Tragtenberg e a produção acadêmica sobre ele não realizam esse tipo de distinção. No entanto, de certa forma, Tragtenberg ([1979a] 2004, p. 206) aponta algumas consequências disso para a luta dos trabalhadores.

Greve de professores, como de médicos, é greve de setor médio, tem características diferentes, por exemplo, de greve de metalúrgicos. Os últimos em greve afetam *diretamente a produção*. A greve de professores afeta indiretamente a sociedade, a de médicos afeta mais diretamente a sociedade como tal.

Afetar diretamente a produção, para Tragtenberg, sugere corresponder ao trabalho concreto e com o que ele chama de “trabalho diretamente produtivo” conforme visto em nota na seção 2. Vale a pena repetir que parece que para Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 48, sem grifo no original) a mercadoria precisa ter uma forma corpórea, ser palpável, pois escreve: “outra fração da sociedade destacou-se do **trabalho diretamente produtivo** para dedicar-se exclusivamente a trabalho não material, mas indispensável: todo tipo de serviços, transportes, comércio, administração, ensino, ciência e artes”. A suposição ocorre porque o autor está mencionando trabalhos concretos e não esclarece o trabalho abstrato, o valor e a mais valia. Identifica os trabalhos citados como não materiais. No entanto, Marx costuma utilizar o termo “material” em outro contexto, para se opor a “ideal”, nesse caso, não faria sentido falar em “trabalho não material” ou “trabalho imaterial”, pois todo trabalho tem materialidade.

Considerando a análise que se vem realizando, a greve dos trabalhadores que atuam em empresas capitalistas, que produzem diretamente mais valia e que permitem a realização dela, afetam a produção, reprodução e acumulação de capital. A greve dos trabalhadores que produzem valores de uso e não produzem diretamente mais valia e capital afetam indiretamente o capital, pois afetam o consumo de parte menos significativa dos meios de subsistência das classes sociais, que de certa forma a relação social capitalista dispõe de mais tempo para realizar a reposição dos dias parados.

Nas condições globais de produção, isto é, no conjunto da sociedade capitalista as diversas frações das classes dominantes se organizam para imporem seus interesses de classe, para estabelecerem regras, normas, leis, visões de mundo que permitam que se reproduzam como classe. Como são personificações do capital, representantes dos interesses de produção, acumulação e reprodução ampliada do capital, seus interesses de classe são determinados pelas necessidades do modo de produção do capital. A natureza dos organismos multilaterais demonstra a organização internacional das classes dominantes para

imporem suas regras com o objetivo de manter a ordem do capital e permitir a sua reprodução ampliada.

Nesse sentido, tanto a escola privada quanto a escola pública/estatal, na sociedade capitalista, cumprirão seu papel na formação, adequação, disciplinação da força de trabalho para que nas empresas capitalistas tenham exploração de valor e produção de capital. Deste modo, a contribuição da escola para formar uma força de trabalho disciplinada para o capital independe se a escola é burocrática ou não, privada ou não. A escola pública/estatal pode incorporar procedimentos das empresas capitalistas em seus processos de trabalho, no entanto, como não produz mercadoria, valor, mais valia e capital, esses procedimentos na escola pública/estatal têm outro significado, outra função, outra natureza bem diferentes da empresa capitalista.

No sistema capitalista, tanto a escola burocrática quanto a democrática ou mesmo uma “autogestivária” continuará contribuindo para a formação da força de trabalho necessária ao capital ou se isolará. Realizando um comentário livre sobre a ironia utilizada por Paulo Tumolo (2016) em aula, poderia se dizer que no modo de produção capitalista a escola disciplinadora forma uma força de trabalho disciplinada, para uma exploração disciplinada, para produção de um capital disciplinado; a escola burocrática forma uma força de trabalho burocrática, para uma exploração burocrática que serve à produção de um capital burocrático; a escola democrática forma uma força de trabalho democrática, para uma exploração democrática no processo de produção de um capital democrático; a escola “autogerida” forma uma força de trabalho “autogerida”, para uma exploração “autogerida” e produz um capital “autogerido”.

A formação da força de trabalho para a exploração de capital não depende se a escola e sua pedagogia são burocráticas, autoritárias, libertárias, “autogestionárias”, etc. Nem mesmo se a escola é privada ou pública/estatal. No sistema capitalista, diferentes forças de trabalho terão diversas formações específicas necessárias para desempenharem suas funções na produção e reprodução de capital. Isso não depende da escola, é uma condição da própria materialidade. Quem determina que tipo de ser humano que está sendo formado na escola, seja burocrática ou democrática, não é a escola, é a condição material, se está desprovido da propriedade dos meios de produção terá que vender a sua força de trabalho para adquirir seus meios de subsistência.

A natureza da burocracia numa escola pública/estatal é diferente da empresa capitalista. A burocracia, numa empresa capitalista, é forma de manifestação de uma relação de dominação cujo fundamento é uma

relação de produção e exploração especificamente capitalista, produção de mais valia e de capital. Na escola pública/estatal, a burocracia não tem a mesma função, é de natureza distinta, pois não tem como objetivo direto a produção e a exploração de capital.

Um último exemplo: supondo uma empresa capitalista altamente democrática e uma escola pública/estatal autoritária. Na empresa capitalista democrática tem produção de mercadorias, de valor, exploração de mais valia e reprodução e acumulação de capital. Na escola pública/estatal autoritária, tal como foi analisado, não tem produção de mercadorias, de valor, de exploração de mais valia e reprodução e acumulação de capital.

Realizando-se essas distinções, pode-se assegurar que no conjunto da sociedade capitalista tudo concorre para a formação de capital, mas isso parece não depender se a escola ou a fábrica é burocrática ou não. O capital tem uma incrível capacidade de se metamorfosear, indo de formas autoritárias para formas democráticas e participativas e quando necessário retornando ao autoritarismo, transforma tudo o que é aparente para preservar seus fundamentos e garantir a sua produção e reprodução ampliada.

A subsunção da escola pública/estatal ao capital ocorre por meio do fornecimento de um valor de uso que é um dos itens dos bens salários necessários à produção da mercadoria força de trabalho. Para poder vender a sua mercadoria aos capitalistas, a classe trabalhadora precisa produzi-la dentro de determinadas condições sociais médias, o que inclui uma formação educacional e comportamental média para exercer a sua profissão. Nesse sentido, como toda a vida social é controlada pelas relações sociais capitalistas, a própria burocracia está subsumida ao capital, e na sociedade capitalista é controlada por essas relações sociais.

Weber quando desenvolve o tipo ideal de dominação burocrática cria uma abstração que esconde a relação em que o capital emprega a força de trabalho e a força de trabalho valoriza o capital. Esta mistificação operada no conceito sociológico weberiano é, na forma abstrata do pensamento, a representação superficial de uma mistificação objetiva real. Weber estende suas abstrações (tais como, burocracia, dominação, separação entre trabalhadores e seus meios de produção) não apenas para diferentes organizações, mas também para diferentes modos de produção históricos. Cria um conceito que apresenta o que há em comum em diferentes organizações e períodos históricos e suprime as diferenças específicas de cada um (PAÇO-CUNHA, 2010). Parece que para suprir essas possíveis deficiências weberianas, Tragtenberg

agrega a leitura de Marx e suas categorias de análise aos objetos sociológicos weberianos. No entanto, esse amálgama, essa junção entre Weber e Marx não pode ser realizada de maneira simples, pois possuem métodos e finalidades distintos. Nesse sentido, parece faltar coerência metodológica e epistêmica a Tragtenberg quando realiza esse amalgamento de teorias do conhecimento antagônicas, ou então, para desenvolver sua teoria de forma coerente, Tragtenberg capturou as categorias de Marx e as utilizou dentro da lógica da compreensão weberiana, subtraindo, dessa forma, seus significados marxianos.

4.2 CONTROLE DO CAPITAL SOBRE A VIDA SOCIAL

Nos livros mais conhecidos de Tragtenberg não se encontra uma menção explícita sobre o controle do capital sobre a vida social, a partir de alguns trechos se pode até fazer inferências sobre o assunto, mas sem dúvida, nesses livros, a burocracia como objeto de estudo ganha uma ênfase ou relevo que se sobressai como forma de controle sobre a vida social, obscurecendo ou apresentando opacamente o controle exercido pelo capital sobre a burocracia e a vida social no modo de produção capitalista. Ainda mais quando Tragtenberg utiliza a burocracia e o Estado como categoria analítica para explicar o controle no modo de produção asiático, nas monarquias, na União Soviética e no sistema capitalista.

No entanto, em alguns artigos, Tragtenberg também escreve de forma mais explícita sobre o controle do capital sobre a vida social. Embora não seja o seu objeto principal e por isso não se dedica a demonstrar esse controle do capital, Tragtenberg fundamenta essa posição em seus estudos da obra de Marx. Por exemplo, em artigo publicado na revista *Educação e Sociedade* no ano de 1979, em que analisa os temas do trabalho e da violência por meio das publicações realizadas pela imprensa sindical, após citar vários exemplos das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, escreve que “em suma, isso confirma que o operário desde o nascimento até a morte nada mais é do que força de trabalho e tempo a disposição do capital” ([1979b] 2011b, p. 597). Ao final da frase acrescenta uma nota de rodapé citando Marx em *O Capital*.

Desde sua origem o trabalho é função do capital, daí, segundo Marx, o operário desde o nascimento até a morte nada mais é do que força de trabalho, seu tempo pertence ao capital para reprodução, em

sua fome e ânsia devoradora de trabalho excedente o capital não só derruba as barreiras morais como as puramente físicas da jornada de trabalho (TRAGTENBERG, [1979b] 2011b, p. 597).

Em relatório de pesquisa realizado na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo redige um texto sobre a vida e as ideias filosóficas, políticas, econômicas e técnicas do industrial alemão Walter Rathenau, bem como da crise do liberalismo alemão. Neste texto, sem data de publicação, Tragtenberg ([s.d.] 2009, p. 80) escreve:

O trabalhador alienado, sem condições de gerir o ritmo produtivo submetido a ele como força estranha que o domina, sucumbe à Lei da Livre Concorrência no mercado, no qual a venda de seu produto – a força de trabalho – é sujeita às férreas leis da oferta e da procura, como qualquer mercadoria. Essa é a situação que Rathenau denuncia [...].

Essa situação denunciada por Rathenau, sintetizada por Tragtenberg, parece identificar na aparência dos fenômenos, nas suas formas de manifestação, o domínio das relações sociais capitalistas sobre a vida do trabalhador. Em seguida, Tragtenberg acrescenta uma observação sua, em que afirma que “**a economia capitalista dirige os desejos dos homens**, sua única finalidade é a realização do lucro; nesse processo, os meios se convertem, às vezes, em fins; os fins são perdidos de vista; [...]” (TRAGTENBERG, [s.d.] 2009, p. 80, sem grifo no original). Ademais de destacar que a economia capitalista dirige os desejos dos homens, parece que essa frase expressa uma incoerência do amalgamento realizado por Tragtenberg entre Marx e Weber. No início da frase destaca que a única finalidade da economia capitalista, que dirige os desejos dos homens, é a realização do lucro, e, em seguida, afirma que nesse processo os fins são perdidos de vista. Porém, na economia capitalista, cuja finalidade é o lucro, esse não pode ser perdido de vista. Esse segundo trecho da frase de Tragtenberg tem a ver com a sua compreensão de burocracia, em que para ele, nas organizações burocráticas o produto final, valor de uso, é perdido de vista e a burocracia, que era para ser um meio de se atingir a produção, se converte em um fim em si mesma, isto é, a organização burocrática

passa a produzir e reproduzir a burocracia como finalidade e se esquece de produzir um bem, um produto, um valor de uso de qualidade para a sociedade, ou seja, o valor de uso produzido se converte em um meio para produzir e reproduzir a burocracia. Na realidade, o que acontece é que, nas relações de produção capitalistas, os valores de uso são meios para se produzir mais valia e capital.

Em artigo mais recente, publicado em 1987, apresentando um exemplo de prática de participação real, que seriam as coletivizações na Espanha no período de 1936 a 1939, Tragtenberg ([1987] 2011b, p. 245) inicia o texto partindo da consideração que

No mundo atual a grande maioria das pessoas não tem controle algum sobre as decisões que, de forma mais direta e profunda, influem sobre sua existência. A maioria dos assalariados vende sua força de trabalho, enquanto outros detêm o controle e a propriedade dos meios de produção, acumulam riqueza na forma de capital, fazem as leis e utilizam o Estado para defender seus privilégios.

Aqui Tragtenberg aponta que “a maioria” das pessoas não tem controle sobre as decisões sobre a sua existência e que outros detêm o controle e a propriedade dos meios de produção. E que esses acumulam riqueza e capital e fazem as leis e utilizam o Estado a seu favor. Tragtenberg entende que a classe capitalista, como personificação do capital, como possuidora do controle e da propriedade dos meios de produção realiza o controle sobre a classe trabalhadora utilizando-se de todos os meios possíveis para isso, por exemplo, o despotismo nas relações de trabalho e o controle jurídico, político e ideológico nas estruturas erigidas a partir das relações sociais. No entanto, neste texto, não demonstra com clareza qual dessas relações sociais é determinante no controle da vida social, isto é, que determina as demais relações sociais. Também não demonstra com clareza que a própria classe capitalista está subsumida a leis que são independentes de sua vontade e que também a controla. As relações sociais capitalistas são criações humanas que fogem do seu controle e dominam a vida social. O capital para sobreviver destrói parte da classe trabalhadora e parte da própria classe capitalista. A relação social capitalista só sobrevive como processo de valor que se valoriza em escala de produção, reprodução e acumulação. Em cada novo ciclo o capital destrói parte de si para sobreviver e continuar a acumular em escala crescente.

Por isso, o artigo de 1979, intitulado *Administração, poder e ideologia*, parece apresentar, nesse assunto, junto com um trecho do livro *Reflexões sobre o socialismo* de 1986, a crítica mais profunda de Tragtenberg quando realiza as seguintes afirmações já apresentadas na seção 2. Ao tratar da burocracia no modo de produção asiático, especialmente na sociedade chinesa, alerta que “é claro que a burocracia dominante não vivia do exercício do ‘poder’ em si mesmo; sua dominação apoiava-se em sólidos fundamentos econômicos” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 50). No caso do estudo da sociedade capitalista Tragtenberg ([1979a] 2012, p. 62) refere-se à “burocracia como alavanca para a realização da lei do valor sob o capitalismo e, portanto, como uma categoria historicamente situada: a burocracia a serviço do modo de produção capitalista, por ele produzida, e, por sua vez, cumprindo a função de reproduzi-lo”. Para o autor “a burocracia do aparelho de Estado segue o movimento do capital, é uma alavanca na realização da mais-valia e na sua redistribuição entre as diferentes frações da classe dominante. Nesse sentido, opera a política tributária, a política de incentivos estatais”. E complementa que “atrás das fulgurações burocráticas existe a reprodução das relações de produção, a realização da mais-valia que abrange a totalidade do social, seguidas pelo processo de burocratização”. E ressalta que é importante “o estudo da dominação oriunda da lei do valor, exercida por mediação do aparelho de Estado e das burocracias privadas, sobre os dominados” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 65). Apesar dos termos “dominação”, “dominados”, “burocracia” e “Estado”, empregados por Tragtenberg nesse texto, virem carregados da compreensão weberiana, ainda assim, vale a pena destacar na frase o domínio, o controle e a determinação oriundos da lei do valor, que são exercidos por meio das empresas capitalistas e do Estado.

Em *Reflexões sobre o socialismo*, no item de conclusão de seu primeiro capítulo, Tragtenberg argumenta aprofundando sua crítica se referenciado diretamente em Marx e, parece que indiretamente em algumas categorias de João Bernardo, pois não o cita no texto. Nesse sentido, sua síntese começa afirmando que “[...] a luta de classes em determinados momentos é uma luta de vida ou morte, opondo o trabalhador à organização capitalista da produção e ao Estado, que garante para o capital as ‘condições gerais de produção’”. E, na sequência, expressa que “o espaço, porém, onde acontecem a exploração do trabalho e a opressão do trabalhador é a fábrica regida pela exigência da acumulação e reprodução do capital”. Continua, assegurando que “o trabalho é a condição necessária da produção em geral”, e que “a

produção capitalista se realiza através da compra e venda da força de trabalho” (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 23). Segundo Tragtenberg ([1986] 2008, p. 23), os seres humanos “para produzir, estruturam relações entre si e através destas atuam nas várias esferas da sociedade, família, escola, numa gama de relações sociais decorrentes desse processo”.

Na sequência afirma que “os proprietários dos meios de produção – sejam particulares ou burocratas do Estado – incorporam o trabalho assalariado, que, acumulado em suas mãos, transforma-se em capital” (TRAGTENBERG, [1986] 2008, p. 23-24). Aqui vale a pena relembrar que todo trabalho produtivo de mais valia é trabalho assalariado, porém nem todo trabalho assalariado é produtivo de mais valia e de capital tal como analisado no item anterior. Tragtenberg não faz essa diferenciação.

No entanto, em relação a essa questão do controle da relação social do capital sobre a vida em sociedade, Tragtenberg ([1986] 2008, p. 25) termina o capítulo da seguinte maneira:

A cronometragem do rendimento do trabalhador e a separação entre trabalho intelectual, concentrado na gerência e no planejamento, e trabalho manual, função do operário, implicam maior produtividade para o capitalista e maior exploração do trabalho operário. E isso acontece em escala universal. O mercado mundial, criado pelo capitalismo já em sua época monopolista, integra o trabalhador e sua família, subordinando-os a esse mercado. O homem existe para o mercado, seja como produtor direto, seja como consumidor. Essa internacionalização das relações de produção capitalistas produz, conseqüentemente, a necessidade da organização operária em âmbito internacional.

Apesar desses trechos nos textos de Tragtenberg, que parecem representar a sua análise e crítica mais profunda das relações sociais capitalistas, ainda assim, em quase toda a sua obra predomina a analogia weberiana em que há a separação entre trabalhadores e meios de produção em todos os tipos de organização burocrática e que, dessa separação decorre a divisão social do trabalho entre o trabalho intelectual e manual, a hierarquia, o verticalismo, o poder, o controle, a dominação, a alienação, o autoritarismo, etc.

4.3 TRAGTENBERG E A AUTOGESTÃO

Fundamentado na sistematização realizada na seção 2, sobretudo no item da autogestão e seus subitens, realiza-se neste item alguns apontamentos analíticos sobre Tragtenberg e a autogestão. Dentre o entendimento de Tragtenberg sobre a burocracia se destacam as características de poder, controle, dominação, alienação, organização e hierarquia. Para o autor, a burocracia é uma derivação das relações sociais de produção em que os trabalhadores estão separados da propriedade e do controle dos meios de produção, assim como de uma divisão social do trabalho em que há, principalmente, a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. O trabalho intelectual está relacionado ao trabalho de controle, de quem manda, e o trabalho manual se refere a quem executa, quem obedece. Para o autor, para superar a sociedade capitalista é preciso romper com essa divisão. Tragtenberg ([1974] 2006; [1978a] 2004) afirma que a mesma realidade que cria a burocracia como dominação cria a oposição a ela, produz o seu oposto, a realidade que cria a burocracia, cria também a luta contra ela, o que se opõe estrategicamente à burocracia para Tragtenberg é a auto-organização, a autogestão.

A autogestão se opõe à burocracia, justificando, para o autor, a superação da sociedade capitalista pela superação da burocracia por meio da autogestão que rompe com a divisão social do trabalho baseada na divisão entre trabalho intelectual e manual e com a separação entre os produtores e os meios de produção tal como abordado ao longo do texto. Na seção 2, pode-se perceber que Tragtenberg cita uma série de situações para exemplificar práticas de lutas contra a burocracia que assumem características de autogestão das lutas, isso ocorre, nos exemplos, sempre que se elimina a divisão entre os que planejam e os que executam. De tal modo que cita um leque amplo de experiências, abrangendo diversas formas de lutas, comitês de fábrica, associações, cooperativas, federações, conselhos operários, autogestão pedagógica, administrações municipais participativas, sindicatos, comunidades de base, movimentos sociais, etc. Desses exemplos isolados que se manifestam no interior da sociedade capitalista, Tragtenberg reconhece, como expresso na seção 2, que não se constituem como alternativa global ao sistema e nem representam mudanças estruturais, mas que são experiências históricas educativas para a consciência de classe. Seus melhores exemplos estão no campo da autogestão em âmbito econômico, social e político, em que cita a Comuna de Paris, os *Soviets* na Revolução Russa, os conselhos operários na Revolução Alemã e as

coletivizações na Guerra Civil espanhola. Experiências essas que se expressaram em revoluções sociais e guerras entre classes.

Na educação, para Tragtenberg ([1978a] 2004, p. 75), também ocorre a situação em que “a mesma realidade que cria a burocracia cria a oposição à mesma”. Nesse sentido Tragtenberg irá defender contra a “pedagogia burocrática”, uma “pedagogia antiburocrática”, uma “autogestão pedagógica” ou uma “educação num sentido libertário”. O método de análise das organizações efetuado por Tragtenberg permite a compreensão de diversos tipos de organizações em seu caráter burocrático, tais como: escola, empresas, Estado, partidos, sindicatos, etc. E em oposição à burocracia, defende formas de auto-organização e autogestão em diversos campos da sociedade, na educação, nas lutas, na produção, na política, nas formas de decisão, etc., com a finalidade de superação da burocracia. No entanto, o método de compreensão das organizações burocráticas faz parte de um universo categorial e de uma lógica de compreensão weberiana que suprime as diferenças específicas entre diferentes organizações, bem como suprime o significado das categorias marxianas de produção do valor, mais valia e capital. Embora muitos autores tenham se dedicado ao tema da burocracia, Tragtenberg se referencia constantemente em Weber quando trata do assunto, também costuma citar Hegel e Marx e, neste tema, ocasionalmente menciona outros autores, assim como foi visto na seção 2.

Tragtenberg entende a divisão social do trabalho entre proprietários de meios de produção compradores da força de trabalho e não proprietários dos meios de produção vendedores da força de trabalho, no entanto, muitas vezes sua análise fixa-se na divisão técnica/metódica do trabalho e na divisão entre trabalho intelectual e manual. Dessa compreensão, parece derivar seu entendimento das relações hierárquicas verticais, de submissão, de dependência, de disciplina do trabalho, de divisão de tarefas, entre outras. Pois quem tem a propriedade e/ou o controle dos meios de produção manda e os que não têm obedecem. Desta forma, para Tragtenberg, na autogestão, a propriedade e o controle dos meios de produção não seriam de um pequeno grupo, mas do coletivo. Aqui vale uma ressalva, o que se opõe à propriedade privada dos meios de produção é a sua propriedade social e não a coletiva, pois um coletivo pode ser proprietário privado dos meios de produção, tal como ocorre com as cooperativas, que são propriedades privadas coletivas.

Supondo uma cooperativa ou um empreendimento autogestionário isoladamente no interior da sociedade capitalista, cujos produtos não se convertem em mercadorias, que são produtos para

consumo próprio dos cooperados, associados, etc. Nesse caso, essas organizações estão produzindo sob a lógica do valor de uso que atendam as suas necessidades. Não estão produzindo diretamente valor, mercadoria, mais valia e capital. Caso produzam uma mercadoria para ser comercializada no mercado capitalista, porém não compram a mercadoria força de trabalho para explorar no processo de produção, a cooperativa produz sob a lógica da mercadoria, que é unidade contraditória entre valor de uso e valor. Todavia, não produz diretamente na lógica de produção da mais valia e do capital. Obviamente que, na sociedade capitalista, a relação social do capital influencia as demais relações sociais, e embora não produzirem diretamente com a finalidade de produzir mais valia e capital, ao se relacionarem com o mercado capitalista precisam se submeter as suas regras. Em outra situação, em que a cooperativa passa a contratar a força de trabalho para produzir mercadorias e vender com o objetivo de sobrevivência na sociedade, então, nesse caso, produz diretamente sob a lógica de produção da mercadoria, da mais valia e do capital.

Uma cooperativa que produz e vende mercadorias, além de ser uma propriedade privada coletiva, tem sua produção determinada pelo mercado capitalista, uma vez que tem que produzir valores de uso que atendam as necessidades de seus consumidores e, essa produção, tem de ocorrer em determinadas condições sociais médias de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção das mercadorias de sua espécie, isto é, de acordo com a lei do valor. Nesse sentido, os cooperados não têm o controle sobre a sua produção, pois não podem decidir sobre o valor de uso que produzem, que é uma imposição da necessidade dos consumidores, e nem a respeito de como produzir, pois a forma de produção de mercadorias na sociedade capitalistas está submetida à lei do valor. Suas decisões e formas de controle são relativas ao âmbito da administração, da gestão, todavia subsumidos às relações sociais de produção capitalista. O desrespeito a essas questões provocará a falência da cooperativa, que não conseguirá vender seus produtos no mercado ou não conseguirá de forma competitiva. No entanto, o respeito às regras da sociedade capitalista também não garante a vida da cooperativa como cooperativa, uma vez que, se não vai à falência, precisa se tornar competitiva, e conforme desenvolve sua produtividade e competência tende a se expandir, contratar e explorar o valor de uso da força de trabalho de modo a extrair mais valia e valorizar o capital. Nessa hora, a cooperativa se transforma em empresa capitalista. O próprio Tragtenberg ([1986] 2008) reconhece que a cooperativa ou torna-se uma empresa capitalista ou se dissolve.

Para superar a burocracia e a sociedade capitalista, Tragtenberg concentra sua proposta estratégica de autogestão na superação da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre os que planejam e os que executam, os que controlam e os que são controlados, dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados, os que mandam e os que obedecem. Todavia, isso não se constitui no fundamento do modo de produção especificamente capitalista. Possivelmente, essa seja uma característica presente em todas as sociedades de classe. Tragtenberg cita essa divisão em sociedades pré-capitalistas, como na burocracia do modo de produção asiático e nas monarquias do modo de produção feudal. Mesmo que nesses modos de produção os trabalhadores possuíam alguns meios de produção e tinham maior controle sobre o seu trabalho, ainda assim não tinham controle das decisões estratégicas na sociedade e suas vidas eram reguladas de acordo com as relações sociais de produção de seu tempo. Seria necessário um estudo mais aprofundado sobre os outros modos de produção em que há divisão de classes para saber, primeiro, se a hipótese de que essa forma de divisão do trabalho entre dirigentes e dirigidos se confirma ou não como uma característica de todas as sociedades divididas em classes e, segundo e mais importante, é saber se essa condição é o fundamento ou não que caracterizaria especificamente as sociedades de classe. Contudo, caberia se tomar o cuidado para não se suprimir as diferenças específicas entre cada modo de produção.

No modo de produção capitalista, os capitalistas não mandam na força de trabalho porque são levados por uma particular perversidade, mas porque precisam produzir na lógica da mercadoria, da mais valia e do capital, porque o grau de concentração do capital a que se chegou obriga-os a obterem lucros ou, caso desistam dos lucros, deixam de ser indivíduos capitalistas e abrem espaço para que outros assumam sua função como personificações do capital. As relações sociais de produção capitalistas estão fundadas na propriedade privada dos meios de produção, que é um fator central que proporciona aos capitalistas o poder e a necessidade de comprar a força de trabalho e empregá-los (meios de produção e força de trabalho) como capital na produção de mercadorias. A mercadoria, como se viu, é unidade contraditória de seus dois fatores, o valor de uso e o valor. Na sociedade capitalista não basta a produção de valor, é necessário a produção, reprodução e acumulação de capital, num processo de produção que crie valor a mais do que o valor inicialmente investido. Ademais, existe uma divisão na sociedade entre os diferentes produtores de mercadorias que competem entre si. Para realizar o valor de seus produtos no mercado capitalista precisam

enfrentar a concorrência. Um dos mecanismos principais utilizados para isso é buscar formas de aumentar a produtividade, de modo a reduzir o tempo de produção por unidade e poder vender a mercadoria com um preço menor que os seus concorrentes. Nesse processo, ao reduzirem o valor das mercadorias que compõem os meios de subsistência da força de trabalho, provocam a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da força de trabalho e, por conseguinte, aumentam relativamente o tempo de trabalho excedente explorado da classe trabalhadora. Se a lógica do capital é que determina a vida social, ou em outras palavras, a “subsunção real do trabalho e da vida social ao capital”, parece que acabar com as relações hierárquicas, com o verticalismo é insuficiente para superar o modo de produção capitalista.

No interior do modo de produção capitalista é insuficiente acabar com as relações hierárquicas, pois se continuar existindo na sociedade a propriedade privada dos meios de produção, permanecerá o emprego da força de trabalho para a produção e venda de mercadorias com o objetivo de valorizar o capital. Deste modo, a lei do valor continuará se impondo na sociedade e as formas de “autogestão”, tal como Tragtenberg entende, sobretudo as de produção, enfrentarão as regras condicionadas pelo capital. Se precisarem estabelecer relações de compra e venda no mercado capitalista terão de se submeter à lei do valor. Caso consigam ser autossuficientes, não poderão dispor de todo o desenvolvimento das forças produtivas que a humanidade produziu. A sociedade capitalista utilizará todas as suas armas para minar e destruir as relações de “autogestão” que não lhe são convenientes, ou melhor, a própria desorganização prévia das formas coletivistas que permite a investida da classe capitalista contra a classe trabalhadora conforme afirma João Bernardo (1991).

Pensando na lógica de o capital, a mercadoria e a lei do valor determinar o que deve ser produzido, para que mercado, em quanto tempo de trabalho, em que produtividade, em que taxa de retorno/lucro para garantir a existência da organização e das pessoas que a compõem, nesse sentido, fica impossível realizar a autogestão sem se acabar com a propriedade privada dos meios de produção, com a mercadoria e com o capital em nível de toda a sociedade. A autogestão, do ponto de vista social, onde os trabalhadores possam realmente gerir a sua vida, só pode ocorrer mediante a eliminação total da propriedade privada dos meios de produção. Enquanto houver a separação de alguns indivíduos desses meios, que são as fontes de produção e reprodução das riquezas (valores de uso) que garantem a vida social, haverá a propriedade privada. Os trabalhadores só poderão ter o controle de sua vida numa sociedade sem

qualquer tipo de propriedade privada dos meios de produção. Em uma situação de autogestão em toda a sociedade não haveria a propriedade privada dos meios de produção, nesse caso a produção social ocorreria sob a lógica da produção de valores de uso que atendam as necessidades sociais, isto quer dizer que, numa situação de autogestão social a produção não estaria subsumida à lógica de produção de mercadorias, de valor, de mais valia e de capital. No entanto, essa situação só se concretizaria mediante uma guerra de classes, que provavelmente, só ocorreria por causa de uma crise geral do modo de produção capitalista.

Embora não ser objeto desse estudo explorar as crises do modo de produção capitalista, ressalta-se que se entende as *crises de superprodução de capital* como crises que se caracterizam como fundamento das *crises especificamente capitalistas*, diferentemente de outras formas de crises que já se apresentavam em sociedades pré-capitalistas. Vale a pena ressaltar que essas crises possuem a característica de ocorrerem em ciclos e de tempos em tempos, ou seja, *serem cíclicas e periódicas*, bem como *podem ocorrer de forma parcial ou geral*. No entanto, *deve-se ter o cuidado para não se cair em posições economicistas ou fatalistas*, esperando o momento da crise para agir ou esperando que o próprio desenvolvimento da economia leve à revolução e ao comunismo. Essas posições, que foram objetos de amplos debates na social-democracia da Segunda Internacional e na história da luta dos trabalhadores parecem ter sido superadas, uma vez que a história tem demonstrado que *nas crises o capital destrói parte de si para continuar se reproduzindo de forma ampliada*. Em todos os momentos do ciclo do capital os trabalhadores devem estar se organizando e agindo para enfrentar as contradições de classe e desenvolverem formas de lutas e de análises que permitam ir além do modo de produção capitalista e da sociedade de classes.

Acabar com o verticalismo das relações hierárquicas, com a separação entre os que decidem e os que executam são fatores importantes nas táticas de luta de classes para enfrentar o despotismo do capital. Porém, ressalta-se que nada disso adiantará se não houver a destruição da propriedade privada dos meios de produção em escala planetária, da mercadoria e do capital. Essas são algumas condições basilares para extinguir as relações sociais de produção capitalistas e fazer com que a lei do valor perca seu efeito, pois a vida social não estará mais subsumida ao capital e nem à mercadoria. Em relação a esse problema, sua resolução deverá vir do processo social de luta de classes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise realizada da obra de Maurício Tragtenberg, objeto desse estudo, foi sistematizada uma seção apresentando o que se julgou ser as principais ideias do autor no que diz respeito às relações sociais de produção e a educação baseando-se, principalmente, no rico legado de seus escritos. A sistematização apresentada na seção 2 compõe de modo geral aquilo que pareceu ser os elementos basilares das análises de Tragtenberg sobre a sociedade, bem como se buscou apresentar os principais fundamentos de sua proposta de transformação na sociedade e na educação. Investigou-se o que pareceu conter as críticas mais aprofundadas de Tragtenberg sobre o tema.

Percebeu-se que, para Tragtenberg, para analisar a educação é preciso conhecer as relações sociais de produção em que a educação está inserida, como essas relações se desdobram no interior da escola e como essa reforça essas relações. Nesse sentido, partiu-se de seu entendimento sobre as relações sociais de produção, em que o autor reivindica a sua análise desse tema a partir da referência marxiana. Baseando-se em Marx, afirma que as relações sociais de produção são a combinação em que na sociedade se repartem os meios de produção e o trabalho entre os vários agentes de produção. Ressaltando a relação de propriedade como sendo o essencial. Definindo, assim, as relações sociais de produção capitalistas pela separação entre o trabalho e os meios de produção e a exploração do trabalho pelo capital²⁹. Destaca que a propriedade não se deve limitar a termos jurídicos, mas se refere à propriedade econômica e ao controle dos meios de produção.

Essa separação entre trabalhadores e meios de produção tem a ver com a propriedade e o controle desses meios. Para Tragtenberg, essa separação foi investigada por Marx nas fábricas e que Weber notara que essa separação se opera amplamente, além das fábricas, acontece nas instituições de ensino e pesquisa, no exército, no Estado e em todas as

²⁹ “Para Marx, as relações sociais de produção são a combinação social das forças produtivas, a maneira pela qual os instrumentos de produção e o próprio trabalho produtivo se repartem socialmente entre os vários agentes da produção. O essencial é a relação de propriedade. Daí as relações sociais da produção capitalista se definirem pela *separação* entre trabalho produtivo e os meios de produção, exploração do trabalho pelo capital” (TRAGTENBERG, [1982b] 2004, p. 55-56).

organizações burocráticas³⁰. Marx, quando trata da separação entre os trabalhadores e os meios de produção nas fábricas, utiliza esse exemplo com o objetivo de demonstrar a empresa capitalista como o local principal onde se produz e reproduz os fundamentos das relações sociais de produção capitalistas, isto é, onde se emprega a força de trabalho para produzir diretamente mercadoria, valor, mais valia e capital, e onde se dá a contradição entre o trabalho socialmente necessário para se produzir a força de trabalho e a apropriação capitalista do trabalho excedente, contradição essa que divide a sociedade em duas classes antagônicas em seus interesses e as põem em luta.

Conforme foi visto, Weber quando desenvolve o tipo ideal de dominação burocrática cria uma abstração que esconde a relação em que o capital emprega a força de trabalho e a força de trabalho valoriza o capital. Esta mistificação operada no conceito sociológico weberiano é, na forma abstrata do pensamento, a representação superficial de uma mistificação objetiva real. Weber estende suas abstrações (tais como, burocracia, dominação, separação entre trabalhadores e seus meios de produção) não apenas para diferentes organizações, mas também para diferentes modos de produção históricos. Cria um conceito que apresenta o que há em comum em diferentes organizações e períodos históricos e suprime as diferenças específicas de cada um (PAÇO-CUNHA, 2010). Parece que para suprir essas possíveis deficiências weberianas, Tragtenberg agrega a leitura de Marx e suas categorias de análise aos objetos sociológicos weberianos. No entanto, esse amálgama, essa junção entre Weber e Marx não pode ser realizada de maneira simples, pois possuem métodos e finalidades distintos. Nesse sentido, parece faltar coerência metodológica e epistêmica a Tragtenberg quando realiza esse amalgamento de teorias do conhecimento antagônicas, ou então, para desenvolver sua teoria de forma coerente, Tragtenberg capturou as categorias de Marx e as utilizou dentro da lógica da compreensão weberiana, subtraindo, dessa forma, seus significados marxianos.

Isto não quer dizer que Tragtenberg concorda com Weber em todos os aspectos, ou que seja um weberiano, ou que defenda o

³⁰ “Marx apontara como uma das características básicas do modo de produção capitalista a separação entre produtor e os meios de produção. Weber notara que essa separação opera amplamente: opera no laboratório, onde o cientista está separado dos meios de pesquisa, no Exército, onde o militar está separado dos meios de guerra, e na burocracia, onde o funcionário está separado dos meios administrativos” (TRAGTENBERG, [1979a] 2012, p. 65).

weberianismo, ou que adere politicamente as ideias de Weber. Como se pode constatar em seus textos, Tragtenberg foi um grande estudioso da obra de Weber, sendo crítico a muitos aspectos dessa obra, sobretudo ao seu *credo liberal* e suas propostas para a sociedade, porém Tragtenberg incorpora em suas análises muitos elementos da crítica weberiana à burocracia e à sociedade, mesmo sem se considerar um weberiano.

Outra categoria de análise importante para Tragtenberg é a divisão social do trabalho, nesse assunto centra sua crítica na divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. O trabalho intelectual corresponde, para o autor, ao trabalho de controle, de direção, de planejamento, de decisão, de mando, de dominação. E o trabalho manual, por sua vez, é o trabalho de execução, de obedecer, o trabalho exercido pelos dirigidos, pelos dominados. Essa relação autoritária, segundo Tragtenberg, se funda na separação entre os trabalhadores da propriedade e do controle dos meios de produção e da pressão, resultante disso, para que os trabalhadores vendam a sua força de trabalho no mercado. No entanto, Tragtenberg suprime as diferenças específicas de locais de trabalho onde se produz diretamente a mais valia e o capital e iguala o trabalho assalariado ao trabalho produtivo. Conforme visto, nem todo trabalho assalariado é trabalho produtivo de mais valia e nem toda relação de trabalho é uma relação especificamente de produção de capital.

Dessa separação entre trabalhadores e meios de produção baseada na propriedade e controle dos meios de produção e que funda a divisão social entre o trabalho intelectual e o manual é que Tragtenberg acentuará o peso da burocracia como organização de poder, controle, dominação e alienação. Embora oscilações nas nomenclaturas utilizadas por Tragtenberg, sua análise da burocracia o conduz a caracterizá-la como uma classe social dominante que possui a propriedade e/ou o controle dos meios de produção a partir da propriedade estatal ou do controle das propriedades das corporações capitalistas e que explora os trabalhadores. Os elementos citados nesse parágrafo servem de fundamento para Tragtenberg caracterizar a estatização realizada na União Soviética como “capitalismo de Estado”.

De sua análise da sociedade, do capitalismo, da burocracia, do “capitalismo de Estado”, Tragtenberg derivará sua proposta de superação dessas relações sociais de produção por meio da autogestão, que criaria novas relações sociais de produção igualitárias e horizontais, mediante o controle direto dos trabalhadores sobre os meios de produção. Tragtenberg ([1974] 2006; [1978a] 2004) afirma que a mesma realidade que cria a burocracia como dominação cria a oposição a ela,

produz o seu oposto, a realidade que cria a burocracia, cria também a luta contra ela. A burocracia é entendida pelo autor como uma classe dominante que tem a propriedade e o controle dos meios de produção por meio do Estado (no “capitalismo de Estado”) e do controle dos meios de produção nas corporações capitalistas e que, em ambos os casos, explora o trabalho excedente da classe trabalhadora. No entanto, enfatiza a burocracia como uma forma de poder, controle, dominação de uma classe sobre outra, ressaltando a divisão entre o trabalho intelectual e o manual, entre dirigentes e dirigidos, entre dominantes e dominados. E como forma de superar a burocracia propõe a eliminação dessa divisão. A autogestão se opõe à burocracia, justificando, para o autor, a superação da sociedade capitalista pela superação da burocracia por meio da autogestão que rompe com a divisão social do trabalho baseada na divisão entre trabalho intelectual e manual e com a separação entre os produtores e os meios de produção. Reconhece que exemplos isolados de “autogestão” no interior da sociedade capitalista não representam mudanças estruturais na sociedade e nem se constituem como alternativa global ao sistema, mas que essas experiências históricas são educativas para a classe trabalhadora desenvolver sua consciência e internacionalizar suas lutas.

Na educação Tragtenberg irá defender formas de “autogestão pedagógica” ante a “pedagogia burocrática”. O método de análise das organizações burocráticas realizado por Tragtenberg tem forte influência da lógica de compreensão weberiana que suprime as diferenças específicas entre as diversas organizações, bem como obscurece a relação de produção de valor, mais valia e capital, produção especificamente capitalista. A caracterização da pedagogia realizada por Tragtenberg também tem muita influência do contexto histórico da educação brasileira, sobretudo, da educação na ditadura empresarial-militar, em que os aspectos burocráticos da educação saltavam à vista. Percebeu-se que, na educação, outras influências fortes para Tragtenberg foram Bourdieu, Passeron e Althusser nas críticas à escola na sociedade capitalista como instituições de controle do pensamento e adaptação dos seres humanos para a reprodução da estrutura e das relações sociais de produção capitalistas. Outra forte influência foi a de Foucault nas questões referentes às relações de poder, na concepção de *vigiar e punir* e de que a escola é um espaço onde o poder disciplinar produz áreas específicas do saber para manter o poder, o controle e a vigilância. Como forma de alternativa à “pedagogia burocrática” propõe a “educação num sentido libertário” inspirado em experiências anarquistas

e em clássicos da pedagogia libertária, principalmente, Francisco Ferrer y Guardia.

Viu-se que para superar a burocracia e a sociedade capitalista, Tragtenberg concentra sua proposta estratégica de autogestão na superação da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Contudo, não é esse o fundamento da relação de produção especificamente capitalista. O próprio autor apresenta essa divisão em sociedades pré-capitalistas, sobretudo, no modo de produção asiático.

Analisou-se a partir da crítica da economia política de Marx os fundamentos das relações sociais de produção capitalistas distinguindo as categorias analíticas de valor de uso, valor de troca, valor, mercadoria, trabalho concreto, trabalho abstrato, o duplo caráter do trabalho, o caráter fetichista da mercadoria, o processo de trabalho, o processo de produção de mercadorias, o processo de produção capitalista, a mercadoria força de trabalho, a transferência e criação de valor como dupla natureza do resultado do trabalho obtido ao mesmo tempo, isso tudo, para se chegar à mais valia, como combinação das formas absoluta e relativa, para se aumentar a exploração do trabalho por meio da extração do valor excedente produzido pela força de trabalho além de seu próprio valor e apropriado pela classe capitalista, assim como se explorou a divisão do trabalho na sociedade e no interior da empresa capitalista e a subsunção real do trabalho e da vida social ao capital. Analisaram-se como essas relações criadas pelos seres humanos fogem do seu controle e os dominam, ditando as regras e leis que controlam o trabalho e a vida social. Nesse sentido, muito além do caráter fetichista da mercadoria e do dinheiro, na sociedade capitalista tem-se o caráter fetichista da relação social do capital.

Ao final do desenvolvimento do estudo conclui-se que a relação social de produção capitalista tem o controle sobre o trabalho e sobre a vida em sociedade. Tragtenberg apresenta elementos de que também tem fortes noções a respeito desse entendimento, no entanto, sua ênfase nas características da burocracia como poder, controle, dominação, alienação, organização, hierarquia, verticalismo, autoritarismo, divisão entre trabalho intelectual e manual, parece reforçar seus argumentos para justificar a sua proposta estratégica de autogestão.

O estudo realizado apresenta as seguintes limitações: a) o tempo institucional do mestrado, que envolve o cumprimento de créditos em disciplinas, planejamento e execução da pesquisa, elaboração do texto final e envolvimento com outras atividades acadêmicas; b) as necessidades de recortes de pesquisa devido à vasta quantidade de temas abordados pelo autor objeto do estudo; c) a impossibilidade, no período

do mestrado, de confrontar a maioria das citações diretas e indiretas de Tragtenberg ao pensamento e a obra de outros autores; d) o estágio de conhecimento e de apropriação do pesquisador a respeito dos temas abordados; e) as possibilidades de equívocos de interpretação dos textos lidos, bem como do contexto histórico em que foram escritos; f) o risco de incorporar as ideias do autor objeto da pesquisa como se fossem do pesquisador ou, ao contrário, imputar as ideias do pesquisador ao objeto de pesquisa; e g) possibilidades de, ao invés de a análise da realidade justificar certas ideias, ocorrer o contrário, certas ideias servirem para justificar a realidade.

Faria (2004 apud Meneghetti, 2009, p. 13-14) aponta algumas limitações inerentes a qualquer investigação científica:

1.º Sujeito pesquisador: refere-se à limitação do pesquisador (própria da condição humana) em relação à falta de sensibilidade, condições internas, estrutura de pensamento, estrutura cognitivo-afetiva, experiência e percepção concernentes ao objeto investigado.

2.º Realidade investigada: a realidade não se revela totalmente para o pesquisador, que não percebe totalmente as várias determinações do real.

3.º Base teórica e metodológica: refere-se aos limites teóricos disponíveis e às metodologias para a apreensão do real. A realidade não equivale ao pensamento apreendido, ou seja, toda teoria é uma redução da realidade investigada.

4.º Instrumental: “refere-se à interposição entre o sujeito pesquisado e o objeto investigado, de mecanismos de leitura da realidade, particularmente, aos instrumentos físicos que permitem ao pesquisador observar o que naturalmente não conseguiria” (FARIA, 2004, p. 35).

Ao final da pesquisa e da redação do texto final percebe-se que muitos temas e assuntos podem fazer parte de outros objetos de estudo. Alguns temas foram explorados, mas não esgotados, outros apenas mencionados, alguns não foram explorados suficientemente e outros nem aparecem nessa versão final. Havia uma intenção ousada em, após apresentar os elementos basilares da obra de Tragtenberg, partir para uma análise cuja seção se chamaria *o fetichismo do capital e a*

autonomia relativa dos trabalhadores. No entanto, dadas as limitações da pesquisa, não foi possível nem realizar uma análise suficiente do fetichismo do capital e muito menos se conseguiu investigar satisfatoriamente questões referentes à autonomia relativa dos trabalhadores em seus processos históricos de lutas sociais. Questões importantíssimas que merecem análises e estudos realizados por diversos pesquisadores, sobretudo, porque não basta se analisar e conhecer a realidade, mas, a partir disso, se refletir como se pode transformá-la, revolucioná-la. De acordo com a famosa análise de Marx (2011, p. 25), no início do livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Por isso que se dedica essa pesquisa a todos que se esforçam para analisar a realidade e revolucioná-la, e como afirmado anteriormente, em relação a esse problema, sua resolução deverá vir do processo social de luta de classes.

Essa pesquisa partiu da obra de Tragtenberg e da produção acadêmica sobre a educação em sua obra. O ponto de chegada desse estudo, provavelmente, será ponto de partida para novas pesquisas sobre o tema, essas poderão ser no sentido de explorar e aprofundar os conhecimentos aqui desenvolvidos ou, ainda, refutar as análises e conclusões desta investigação. Por que o conhecimento é assim, como uma aula de voo.

Aula de Voo

Mauro Iasi

O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com o cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certezas na forma de muro,
orgulhando-se de seu casulo.

Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo em que imaginava saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.

Mesmo o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar a terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
e de suas certezas.
É meta da forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa

a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como a asa.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY E SILVA, Doris. Polifonia e unidade na obra-trajeto de Maurício Tragtenberg. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

_____; MARRACH, Sonia Alem (orgs.). **Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

BRUNO, Lúcia. O político e o econômico na obra de Maurício Tragtenberg. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

DLPO, **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa On-line**. Pogrom. Disponível em <<https://www.priberam.pt/DLPO/pogrom>>. Acesso em 22/05/2017.

DOS SANTOS, Ediógenes Aragão. Maurício Tragtenberg, professor. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

FARIA, José Henrique de. Burocracia, poder e ideologia: a antevisão da empresa contemporânea em Tragtenberg. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

_____; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como organização, poder e controle. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol.51, no.5, p.424-439, Set/Out 2011.

GANDINI, Raquel P. Chainho. Universidade e burocracia: alguns dos conceitos de Maurício Tragtenberg. *In* ACCIOLY E SILVA, Doris & MARRACH, Sonia Alem (orgs.). **Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GONÇALVES DA SILVA, Custodio. **A concepção de educação em Maurício Tragtenberg**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

IASI, Mauro Luís. **Meta amor fases**: coletânea de poemas. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Trabalho e escola**: a aprendizagem flexibilizada. Reunião Científica Regional da Anped – ANPED SUL, 2016.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Fundamentos da educação**. Programa Especial de Formação Pedagógica – PROFOP, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Disponível em <<http://moodle.md.utfpr.edu.br/mod/book/view.php?id=26682&chapterid=6004>>. Acesso em 29/05/2018.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Centauro, 2004b.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Trabalho e educação em Maurício Tragtenberg**. 2009. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PAÇO-CUNHA, Elcemir. **Gênese, razoabilidade e formas mistificadas da relação social de produção em Marx**: a organização burocrática como abstração arbitrária. 2010. 586 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PAES DE PAULA, Ana Paula. A magia de Maurício Tragtenberg. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

_____. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 41, n. 3, p.77-81, Jul/Set 2001.

RIBEIRO SILVA, Lenildes. A presença de Francisco Ferrer nas publicações de Maurício Tragtenberg pela Revista Educação e Sociedade (1978 - 2008). **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 33, n. 1, p. 109-117, Jan 2011.

SAVIANI, Dermeval. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. *In* BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. **A Bússola do Escrever: Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. Concepção de mestrado centrada na idéia de monografia de base. **Educação Brasileira**, Brasília, 13 (27), p. 159-168, 2º sem. 1991.

_____. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, [1983] 2012.

SHIMAMOTO, Simone Vieira de Melo. **A concepção de trabalho escolar a partir de Maurício Tragtenberg: fios e tramas de debate na (des)política dos sujeitos sociais**. 2016. 151 f. Tese (Doutorado

em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SILVA, Antonio Ozai da. A obra de Maurício Tragtenberg – *in memoriam*. In: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

SILVA, Antonio Ozai da. **Maurício Tragtenberg e a Pedagogia Libertária**. 2004. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. “A cisão entre intelectual e manual: um grave problema” [1979a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979a] 2011a.

_____. A delinquência acadêmica [1982a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1982a] 2004.

_____. A empresa no seu aspecto econômico, social e humano, no contexto de uma economia subdesenvolvida [1972]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: Ed. Unesp, [1972] 2011a.

_____. A escola como organização complexa [1982b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1982b] 2004.

_____. A escola é elemento de domesticação e não de libertação [1979a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979a] 2004.

_____. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

_____. **A revolução russa**. São Paulo: Ed. Unesp, [1988] 2007.

_____. A Teoria Geral da Administração é uma ideologia? [1971]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1971] 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. A Unicamp e um forte odor de ditadura [1981a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981a] 2009.

_____. A violência do pobre é uma rebelião primitiva [1979a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979a] 2011b.

_____. A vitória de Mitterrand na França [1981b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981b] 2009.

_____. Administração comunitária ressuscitou Boa Esperança [1981c]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981c] 2009.

_____. Administração, poder e ideologia [1979a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979a] 2012.

_____. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1980] 2005.

_____. Ainda sobre a tão falada unidade sindical [1982]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: Ed. Unesp, [1982] 2011a.

_____. Anotações sobre a educação no Brasil [1988]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1988] 2012.

_____. Aplicação das teorias de Weber, Selznick e Lobrot à educação [1979a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1978a] 2004.

_____. Autogestão e sistema social [1983a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1983a] 2012.

_____. **Autonomia operária**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011a.

TRAGTENBERG, Maurício. Bakunin à moda da casa [1987]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1987] 2009.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, [1974] 1985.

_____. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1974] 2006.

_____. Comissões de Fábrica e Sindicatos [1983]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1983] 2009.

_____. Costureiras mostram que cooperativismo pode ser possível [1981d]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981d] 2009.

_____. De Lênin ao Capitalismo de Estado – II [1977]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1977] 2009.

_____. Ecologia *versus* capitalismo [1982]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1982] 2012.

_____. Economia dos conflitos sociais [orelha] [1991]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1991] 2012.

_____. Educação Brasileira: diagnóstico e perspectivas [1979b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979b] 2012.

_____. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

_____. Educação e contextos culturais [198-]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [198-] 2012.

_____. Educação ou desconversa? [1980a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1980a] 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. “Enquanto houver polêmica, há vida” “Quando cessa, você está num cemitério, tudo uniforme, e isto me aterroriza. Temo a ortodoxia” [1982]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [1982] 2011b.

_____. Ideologia oficial, mentira oficial [1981e]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981e] 2009.

_____. Introdução a Marxismo heterodoxo [1981]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981] 2011b.

_____. Max Weber e a Revolução Russa Tragtenberg [1976]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [1976] 2011b.

_____. Memorial. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 30, novembro, 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/030/30mt_memorial.htm>. Acesso em: 20/02/2016.

_____. **Memórias de um autodidata no Brasil**. São Paulo: Escuta, 1999.

_____. Neoliberalismo e cultura universitária [1996]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1996] 2012.

_____. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária [1980b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1980b] 2012.

_____. O papel social do professor [1980c]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1980c] 2012.

_____. O paraíso da burocracia [1979b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979b] 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. O saber e o poder [1978b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1978b] 2004.

_____. O socialismo e as minorias [1988]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [1988] 2011b.

_____. O trabalhador pode dirigir, gerir sua produção [1992]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: Ed. Unesp, [1992] 2011a.

_____. Organização popular, a saída lúcida [1981f]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981f] 2009.

_____. Organizados, graças a Deus [1985a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1985a] 2012.

_____. Os que constroem o país de Lênin [1979b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Autonomia operária**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979b] 2011a.

_____. Polônia: crepúsculo da burocracia? [s.d.]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [s.d.] 2011b.

_____. Pós-graduação e consciência social [1979c]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979c] 2004.

_____. Pós-graduação, bode expiatório [1979d]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979d] 2004.

_____. “Qualquer Estado por natureza é conservador” [s.d.1]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [s.d.1] 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. Quando o operário faz a educação [1983b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1983b] 2012.

_____. Que universidade é essa? [1978]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1978] 2012.

_____. Quem está fora não entra, quem está dentro não sai [1980]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1980] 2004.

_____. Quem pode controlar o Estado e a burocracia no Brasil [1988]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1988] 2009.

_____. Rathenau e a crise do liberalismo alemão [s.d.2]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [s.d.2] 2009

_____. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo, Ed. Unesp, 2008.

_____. Relações de poder na escola [1985a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1985a] 2012.

_____. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1982] 2004.

_____. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011b.

_____. Trabalhador não ganha “boas festas” nem “feliz ano novo” [1981g]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1981g] 2009.

_____. Um dos pilares do Estado polonês é o sindicato atrelado [1980]. In TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. São Paulo: Ed. Unesp, [1980] 2009.

_____. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936-1939) [1987]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [1987] 2011b.

TRAGTENBERG, Maurício. Universidade e hegemonia [s.d.]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [s.d.] 2004

_____. Violência e trabalho através da imprensa sindical [1979b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Teoria e ação libertárias**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979b] 2011b.

_____. Visão de Max Weber [1970]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1970] 2012.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Seminário Especial Capital, Trabalho e Educação**. Anotações de aula. Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Centro de Ciências da Educação – CED, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2016.

VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

VIANA, Nildo. Maurício Tragtenberg: um sociólogo libertário. **Revista Sociologia, Ciência e Vida**, São Paulo, Editora Escala, n. 20, p. 64-71, Dez. 2008.

VIEIRA, Evaldo. Maurício Tragtenberg: assim vale a pena. In: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

APÊNDICE A – UM BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A EDUCAÇÃO EM MAURÍCIO TRAGTENBERG

Neste balanço, apresenta-se uma análise de como os autores que estudam a educação na obra de Maurício Tragtenberg tratam do tema. Este faz parte do processo de investigação para mapear e entender o que já foi produzido academicamente sobre o assunto. Procura-se ser o mais fiel possível à posição dos autores pesquisados para que ao analisar a obra de Tragtenberg seja possível se posicionar de forma mais qualificada a respeito do tema. Os procedimentos de pesquisa desse balanço e a seleção de obras foram incorporados à introdução da dissertação.

Os escritos de Maurício Tragtenberg sobre a educação devem ser compreendidos no contexto histórico, político, econômico e social em que foram produzidos, do início da década de 1970 até os finais da década de 1990 (SILVA, 2004). Meneghetti (2009, p. 127) afirma que várias de suas críticas “devem ser contextualizadas no período histórico em que o sistema de produção dominante é o taylorismo/fordismo”, pois, caso contrário, as análises ficarão destoantes da realidade.

Para Paes de Paula (2001, p. 1), Tragtenberg nos deixa um legado valioso e que “sua obra comprova que as idéias não envelhecem, apenas adquirem novas nuances, demonstrando que é um equívoco acreditar que textos antigos são inevitavelmente datados e “empoeirados”.

Accioly e Silva (2011, p. 40) considera que a obra de Tragtenberg possui “a virtude de ser sempre atual e permeável a novas interpretações, podendo ser localizada na genealogia de outros clássicos. Maurício Tragtenberg é um clássico porque as questões que estudou e a interpretação que criou para elas não foram superadas e continuam a nos instigar”. Mas a autora afirma que o “universalismo de Tragtenberg” “não é abstrato, descarnado”, “tem suas raízes nas realidades históricas concretas” (p. 45). E que:

A obra-trajeto³¹ de Maurício Tragtenberg traduz o tempo de uma vida, que é composta de fluxos que

³¹ Segundo Accioly e Silva (2011, p. 36) “termo criado pela historiadora da arte Maria Alice Milliet, em seu livro *Lygia Clark: obra-trajeto*, editado pela Edusp em 1992. Nessa obra, Milliet desenvolve a noção de obra trajeto, que significa a inseparabilidade vida-obra em determinadas biografias, abolindo as fronteiras entre vida e arte e instaurando a permanente possibilidade de retomada interpretativa dessas obras que são trajetos, desses trajetos que são obras”.

a antecedem e a transcendem. No tempo de uma existência vivida, há uma concentração desses fluxos que são ao mesmo tempo singulares e universais. Quando um ser humano tem a possibilidade de refletir criticamente e registrar a sua reflexão sobre seu percurso e seu tempo [...] (ACCIOLY E SILVA, 2011, p. 49-50).

Como pode-se observar, pelos alertas de autores que produziram academicamente sobre a questão da educação na sua obra, existem muitos aspectos e análises que são conjunturais, que refletem suas análises sobre o momento histórico em que viveu. Porém, para os autores da produção acadêmica citados, a obra de Tragtenberg também apresenta elementos importantes para a análise do momento atual, continuando a contribuir para a crítica da sociedade nos dias de hoje, da burocracia, das relações de classe e da educação, entre outras.

Estudaram-se esses e outros autores que têm produzido academicamente sobre a obra de Maurício Tragtenberg, mais especificamente acerca das questões relacionadas à educação. Porém, o balanço não é exaustivo, trata das principais referências encontradas em algumas bases de dados selecionadas.

A seguir serão apresentadas as principais críticas à educação para posteriormente entrar na proposta de Tragtenberg.

O QUE DIZ A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A CRÍTICA DE TRAGTENBERG À EDUCAÇÃO

Neste tópico será abordado como a produção acadêmica analisa a crítica de Maurício Tragtenberg à educação.

Para Tragtenberg, conforme Silva (2004), o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com a sua conseqüente ampliação das formas técnicas, a crescente divisão do trabalho e sua especialização, impuseram a necessidade de formar minimamente a força de trabalho por meio de um ensino universal direcionado para o aprendizado das funções básicas de ler, escrever e fazer contas.

No que se refere à universidade, Tragtenberg a analisa como instituição inserida na sociedade de classes, de caráter classista e ligada à dominação³². Pois o saber legitimado em seu interior não é desprovido

³² Dominação é um termo que aparece muito na obra de Tragtenberg e nos autores que estudam sua obra. Esse termo aparece com significados diferentes dependendo do contexto em que está escrito, por vezes parece está relacionado

das relações de poder. Forma a força de trabalho necessária às organizações privadas e estatais dentro de princípios que legitimam a linguagem, o conhecimento e os valores dominantes e reproduz as desigualdades sociais de classe e deslegitima a cultura e o saber dos excluídos. Por isso que uma de suas principais funções é reproduzir a ideologia e as formas de dominação das classes dominantes (SILVA, 2004; MENEGHETTI, 2009).

Conforme Silva (2004) e Paes de Paula (2001), a universidade tecnocrática submetida aos objetivos da racionalidade capitalista tende a se desincumbir de formar indivíduos críticos e os intelectuais se desresponsabilizam diante do mundo com o argumento da neutralidade acadêmica. A realidade impõe a necessidade da venda da força de trabalho, mas isso não quer dizer, e nem justifica, que os intelectuais se vendam por inteiro ao mercado ou ao Estado e se desresponsabilizem perante a realidade social.

Isto só se torna possível pela rendição da universidade aos critérios mercadológicos, que transformam educador, educando e conhecimento em mercadorias permutáveis. Estamos diante de uma universidade que produz um tipo específico de conhecimento, aquele que pode ser oferecido a quem se disponha a financiar a pesquisa; uma universidade na qual o educando é o cliente, o consumidor de conhecimentos. Esta forma de conceber a universidade é assimilada pelo setor público (SILVA, 2004, p. 167).

Segundo Silva (2004), nesta perspectiva, não há mistificação do setor público, pois este setor se confunde com o estatal e o Estado não é neutro. De tal forma que “a questão da educação pública não se restringe a reivindicar mais verbas e qualidade de ensino: a democratização e controle da comunidade são fatores essenciais” (SILVA, 2004, p. 167-168). Na época da ditadura empresarial-militar o termo democratização tinha um sentido conjuntural diferente do que se tem hoje, mas é importante frisar que, mesmo considerando a importância da luta por democracia contra a ditadura, Tragtenberg também escrevia contra a democracia representativa e a favor da democracia direta.

à dominação de classes, à do capital sobre o trabalho, mas em geral, parece se referir à dominação hierárquica, dos que pensam sobre os que executam e à burocrática.

Na universidade:

A ideologia da *delinquência acadêmica* consiste em “não ter nenhuma ideologia” em fazer “fê de apolítico”, isto é, servir “à política do poder”. (Id.) O *delinquente acadêmico* tem a capacidade singular de privilegiar meios, desconsiderando os fins; é particularmente inteligente na transubstanciação de problemas qualitativamente políticos em problemas técnicos; é prático ao ponto de evitar o espaço público, preferindo a segurança das negociatas em gabinetes (SILVA, 2004, p. 168).

Nem aqueles chamados “cursos críticos” escapam, Tragtenberg se refere aos cursos de ciências sociais e humanas de sua época, pois os mesmos também reproduzem as formas e juízos da ideologia dominante. Nas palavras de Tragtenberg ([1982a] 2004, p. 13-14):

A universidade dominante reproduz-se mesmo através dos chamados “cursos críticos”, em que o juízo professoral aparece hegemônico ante os dominados: os estudantes. Isso se realiza através de um processo que chamarei de “contaminação”. O curso catedrático e dogmático transforma-se num curso magisterial e crítico; a crítica ideológica é feita nos chamados “cursos críticos”, que desempenham a função de um tranquilizante no meio universitário. Essa apropriação da crítica pelo mandarinato universitário, mantido o sistema de exames, a conformidade ao programa e o controle da docilidade do estudante como alvos básicos, constitui-se numa farsa, numa fábrica de boa consciência e delinquência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder. Por isso é necessário realizar a crítica da crítica-crítica, destruir a apropriação da crítica pelo mandarinato acadêmico.

De acordo com Silva (2004), essas críticas também se estendem à formação dos profissionais da educação, pois esta formação pedagógica corresponde às exigências da sociedade capitalista e a escola também reproduz a pedagogia burocrática ensinada nas universidades.

Para Tragtenberg ([1979b] 2012; [1982b] 2004) a rede escolar é dupla, pois existe a escola para pobres, que tem por objetivo formar a força de trabalho operacional e seres humanos adaptáveis e disciplinados para o trabalho, os valores e a ordem do sistema capitalista. Existe também a escola para ricos, com a finalidade de formar as classes dirigentes para funções na burocracia privada e estatal. Aqui é importante ressaltar que não se deve confundir riqueza e pobreza com classes sociais, embora em grande parte dos casos possa haver coincidências entre esses aspectos, no entanto, não são a riqueza e a pobreza que definem as classes sociais, mas as relações sociais de produção capitalistas. As diferentes análises implicam em diversas estratégias políticas.

Ao avaliar o que Tragtenberg analisa sobre o sistema de ensino, Silva (2004, p. 172) escreve que:

O sistema de ensino se funda na *pedagogia burocrática*. Sua principal característica é o fato de os diretamente envolvidos, os usuários, não terem o controle efetivo da gestão da escola. Tragtenberg analisa os níveis em que se estrutura este sistema: a organização do pessoal; o programa e trabalho; e, as inspeções e exames. “No que se refere a pessoal, o burocrata da educação está separado dos meios de administração como o operário dos meios de produção, o oficial dos meios de guerra e o cientista dos meios de pesquisa”, ressalta.

O sistema de ensino e a escola incorporam os valores e procedimentos de administração das empresas privadas. Assim, segundo Silva (2004, p. 173), “o sistema burocrático de ensino perverte a pedagogia, reduzindo-a a uma conduta administrativo-burocrática”. Nas empresas, os gestores impõem processos de adaptação aos seus funcionários. De certa forma, conforme Silva (2004), ocorre um processo semelhante na escola, tanto na administração escolar quanto nas relações pedagógicas, o que caracteriza a prática de uma pedagogia burocrática.

Gonçalves da Silva (2016, p. 102) considera que “a sociedade capitalista tem as empresas como paradigma de eficiência” e que as empresas “se convertem em modelo a ser imitado pelas autoridades do sistema de educação”. Além disso, a instrução é tornada um produto de consumo (TRAGTENBERG 1980 apud GONÇALVES DA SILVA, 2016).

Meneghetti (2009, p. 110) enumera da obra de Tragtenberg algumas características da administração burocrática incorporadas à estrutura de ensino em sua época.

- a) A técnica, como manifestação da racionalidade instrumental, é mais importante que a própria formação dos indivíduos.
- b) A geração de conhecimento cede e está subordinada ao controle burocrático da produção do conhecimento.
- c) O sistema de controle é autoritário e está baseado na vigilância e punição, direta e indireta, dos “transgressores” das normas e regras definidas.
- d) O sistema de meritocracia prevalece, mascarando as desigualdades e as diferenças originais entre os indivíduos.
- e) As escolas passam a funcionar como fábricas de transmissão de conhecimento, em que o produto diploma é acreditado e validado por força da autoridade burocrática.
- f) Os alunos passam a ser clientes do produto conhecimento transmitido por meio de aulas.
- g) As escolas são administradas com base na “gestão profissionalizada” e as quatro funções básicas da administração [planejar, organizar, dirigir e controlar] são mais importantes que o princípio educativo do ensino.

Uma das sínteses de Meneghetti (2009, p. 131) ao analisar a burocracia e a educação na obra de Tragtenberg aparece no seguinte parágrafo:

Enfim, a burocracia educa o trabalhador no taylorismo/fordismo por meio da disciplinação e do consenso, articulando as características básicas da burocracia em favor do capital. Como a burocracia pressupõe dominação, controle e alienação, o trabalhador é educado por uma proposta pedagógica, cujas racionalidades precisam ser mediadas por uma estrutura burocrática, que mascare a separação entre os que pensam e os que executam, provocada pela organização da produção. A burocracia educa

sempre em conformidade com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Meneghetti (2009) destaca que, segundo Tragtenberg, o aparelho escolar também exerce papel ativo na reprodução das relações sociais, pois este: a) faz parte da formação da força de trabalho; b) “inculca a ideologia dominante”; c) reproduz e reforça as desigualdades entre as classes sociais; e d) ajuda na manutenção das condições ideológicas de dominação.

No mesmo sentido vão as caracterizações da função reprodutivista da escola e da escola como instituição disciplinar em que Tragtenberg se apoia bastante nos escritos de Michel Foucault (1926-1984), Louis Althusser (1918-1990), Pierre Bourdieu (1930-2002), Jean-Claude Passeron (1930-...), parte desses autores foram considerados por Saviani ([1983] 2012) como “críticos-reprodutivistas”. Porém, diversos autores não enquadram Tragtenberg nessa categoria por ele considerar a contradição social do sistema educativo (VIANA, 2008; GANDINI, 2001; SILVA 2004; SHIMAMOTO, 2016; GONÇALVES DA SILVA, 2016; MENEGHETTI, 2009; RIBEIRO SILVA, 2011).

No que diz respeito à contradição social na obra de Maurício Tragtenberg com referência no balanço da produção acadêmica, Silva (2004, p. 201-202) apresenta uma síntese mais completa.

[...] no conjunto da sua obra, Maurício apresenta análises e fundamentos teóricos que superam o *reprodutivismo*. Embora enfatize a crítica, e isto deve ser compreendido como uma necessidade política do contexto em que escreve, ele oferece *insights* para pensar *alternativas políticas e pedagógicas*. Ele observa que a escola interage com a sociedade, incorporando tanto seus aspectos negativos como os positivos. Portanto, é possível pensar outras *possibilidades* pedagógicas sedimentadas na prática e nas contradições da realidade social e escolar, a qual produz uma situação ambígua para a atividade educativa. “O professor é agente da reprodução social e, pelo fato de sê-lo, também é agente da contestação, da crítica. O predomínio das funções de reprodução e de crítica professoral dependem mais do movimento social e sua dinâmica, que se dá na sociedade civil, fora dos muros escolares”, assinala (MT, 1985b: 44).

A dinâmica no interior da escola está vinculada ao processo social geral. Assim, em determinadas conjunturas históricas, os professores podem desempenhar um papel transformador mais intenso e explícito; e, mesmo em conjunturas desfavoráveis, eles podem atuar como agentes da *contra-hegemonia*, enquanto *intelectuais transformadores*. As próprias circunstâncias em que desempenham seu trabalho educativo levam-nos a refletirem sobre a prática docente, as relações a que estão submetidos, o processo de proletarização e pauperização, sobre o que se espera deles, etc. Isto supõe compreender a escola não apenas como *locus da reprodução*, mas também como *locus de possibilidades*; significa reconhecer que os indivíduos têm escolhas a serem feitas, que podem agir também no sentido de mudar a realidade que os cercam.

O mesmo espaço que produz comportamentos conformistas e conservadores, também produz a contestação. As palavras de Tragtenberg corroboram estas idéias:

“Em períodos de mudança social, o professor, enquanto assalariado ou funcionário do Estado, se organiza contra a deterioração de suas condições de trabalho. Nesse momento ele contesta o sistema. Porém, para contestar o sistema é necessário estar inserido nele numa função produtiva. É o que se dá com o operário. Reproduzindo o capital, ponto terminal do trabalho acumulado, tem ele condições de contestar o capital mediante sua auto-organização e ações práticas. Desvinculado da produção pouco pode fazer. Greve de desempregados é coisa difícil. Por tudo isso a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reprodutor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambigüidade da função professoral” (Id.: 44-45).

Dessa forma, o mesmo movimento que reforça o papel do professor e da educação enquanto reprodutores da ordem social vigente, “cria condições para a emergência de uma pedagogia antiburocrática” (MT, 1980: 57) (SILVA, 2004, p. 201-202).

Nesta citação pode-se pontuar algumas possibilidades e desdobramentos da contradição social na atuação dos professores: possibilidades de crítica em aula, de auto-organização dos trabalhadores (professores, funcionários e estudantes) e condições para emergência de uma pedagogia antiburocrática. Porém, a contradição social na educação não envolve apenas os professores, mas todos os sujeitos que participam dela, por exemplo: funcionários, estudantes, pais, etc. Entende-se, neste trabalho, que as questões referentes à contradição social estão ligadas aos seguintes pontos: a escola está inserida na sociedade e expressa as contradições dessa sociedade. Essas contradições vêm do lugar em que o sujeito ocupa no processo de produção. Dentre diferentes contradições, a contradição central reside nas classes sociais a que os sujeitos pertencem. Das diferentes classes sociais e lugares que os sujeitos ocupam no processo de produção, isto é, de sua inserção social de classe, surgem as possibilidades de esses sujeitos irem para além da simples reprodução social e agirem no sentido da contestação dessas formas sociais. De modo geral parece que esse é também o entendimento de alguns autores da produção acadêmica (SILVA, 2004; SHIMAMOTO, 2016; GONÇALVES DA SILVA, 2016).

Para Silva (2004), outra crítica recai sobre o sistema de exames, pois por meio dele a escola reproduz e reforça a ideologia meritocrática, a autoridade pedagógica, o controle sobre os estudantes, a interiorização das normas burocráticas por parte de professores e alunos, a reprodução das desigualdades sociais e a culpabilização pelo fracasso escolar³³.

³³ “O exame, mais que o programa, define a pedagogia do docente. O objetivo que a pedagogia burocrática lhe propõe não é o enriquecimento intelectual do aluno, mas seu *êxito* no sistema de exames. O melhor meio para passar nos exames consiste então em desenvolver o conformismo, submeter-se: isto é chamado de “ordem”. Portanto, colocam-se três objetivos ao docente: conformidade ao programa, obtenção da obediência e o êxito nos exames. A escola conduz a um condicionamento mais longo num quadro uniforme e máxima divisão do saber que não visa à formação de algo, mas sim, a uma acumulação mecânica de noções ou informações mal digeridas. (...) Uma escola fundada na memorização do conhecimento, num sistema de exames que mede a eficácia da preparação ao mesmo, nada provando quanto à formação durável do indivíduo, desenvolve uma pedagogia paranóica, estranha ao concreto, ao seu fim. Quando falha, interpreta este evento como responsabilidade do educando” (TRAGTENBERG 1976 apud SILVA, 2004, p. 172-173). Pode-se acrescentar que no sistema educativo atual, quando falha, o professor que é responsabilizado e não o sistema inserido nas contradições dessa sociedade.

“Não só docentes e alunos, mas também os pais, acomodam-se à pedagogia burocrática, e passam a medir sua eficácia e a inteligência pelos resultados obtidos nas provas” (SILVA, 2004, p. 174).

Segundo Meneghetti, os exames escolares não possuem a mesma característica que tinham na época em que Tragtenberg os analisou. Conforme o autor (2009, p. 127), “eles são modelos de formalização e protocolos burocráticos que garantem a legitimidade da burocracia, mas não detêm mais a mesma característica de controle como tinham na época do taylorismo/fordismo”.

Conforme Silva (2004), os próprios alunos se imbuem de valores individualistas, competitividade, autoritarismo, saber formal-professoral ao invés de valores coletivistas, de solidariedade, de liberdade e de saber socialmente construído. Viciados desde a infância na pedagogia burocrática possuem “dificuldades de se assumirem enquanto sujeitos ativos do processo educativo, em estabelecer uma relação não-autoritária com seus professores, em desenvolverem processos de aprendizagem que objetivem a produção do conhecimento e não apenas a memorização de conteúdos” (SILVA 2004, p. 179).

Na análise de Silva (2004), a educação burocrática ao invés de priorizar o aprendizado, enfatiza o sistema de *vigiar e punir*. Nesse sistema, o ritmo de aprendizado diferenciado dos estudantes é fortemente influenciado por fatores externos à escola e pela origem social dos estudantes, sendo que, os com dificuldades carregarão o fardo de “fracassados”. E os exames, por exemplo, o vestibular, escolhem os escolhidos da sociedade, que são das classes sociais mais abastadas (TRAGTENBERG, [1980] 2004).

Silva (2004, p. 181) escreve que se deve acrescentar outros aspectos do sistema de ensino burocrático, tais como:

horários (que condicionam o processo de conhecimento), as estruturas dos cursos, o planejamento das disciplinas (deslocadas da realidade social e das necessidades efetivas dos alunos), a redução do sujeito ativo à “condição de aluno”, isto é, “matéria prima gratuita” cujo valor é proporcional ao tempo que ele permanecer na escola. O aluno diplomado e titulado se insere na sociedade (“mercado dos bens simbólicos”) como mercadoria, um produto à venda sob a forma de assalariamento. Isto, é claro, considerando-se que encontrem emprego.

Há diferenças de agudização desses problemas da época de Tragtenberg para hoje, mas, parece que a crítica de Tragtenberg é muito mais direcionada à sociedade capitalista, sendo a educação burocrática uma parte que expressa a reprodução da totalidade social, ao mesmo tempo em que apresenta as contradições da sociedade.

Com essa breve exposição de algumas características da crítica de Tragtenberg à sociedade e à educação vista sob o prisma da produção acadêmica no Brasil, pode-se perceber que os autores que estudam as críticas à educação em sua obra contribuem para descrever e propagar seu pensamento. Meneghetti (2009) e Silva (2004) apresentam algumas pequenas críticas sobre o contexto da obra e Meneguetti (2009, p. 127) afirma que “em muitas críticas realizadas, sobretudo nos escritos das colunas de jornais, carrega concepções libertárias e anarquistas que padecem de coerência epistemológica”. Com exceção disso, esses autores defendem a coerência epistemológica de Tragtenberg, inclusive na junção entre Marx e Weber. Apresenta-se, agora, como a produção acadêmica analisa a sua proposta de educação.

A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DE TRAGTENBERG VISTA SOB O PRISMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Quando se trata da proposta de educação de Maurício Tragtenberg, os autores das produções acadêmicas são praticamente unânimes em escrever que se trata de uma proposta de *educação libertária* (SILVA, 2004, 2011; GONÇALVES DA SILVA, 2016; SHIMAMOTO, 2016; RIBEIRO SILVA, 2011; PAES DE PAULA, 2001, 2011; FARIA, 2011; VIEIRA, 2011; DOS SANTOS, 2011). Gonçalves da Silva (2016, p. 110) escreve que a teoria e a prática docente de Tragtenberg apontam para “uma concepção anarquista em educação”. Embora não trate diretamente do assunto em seu artigo, Accioly e Silva (2011) lembra que Tragtenberg acolhe de Mikhail Bakunin (1814-1876) a concepção da *educação integral*. Silva (2004) escreve que um dos fundamentos da pedagogia libertária é a educação integral e igualitária³⁴. Shimamoto (2016) também relaciona a educação libertária com a educação integral e igualitária.

³⁴ “Os princípios inspiradores desta pedagogia [antiburocrática] são resgatados por Maurício Tragtenberg a partir das experiências assentadas na Pedagogia Libertária. Um dos seus fundamentos é a defesa da ‘educação ‘integral e igualitária’ como condição de autoemancipação dos trabalhadores e portanto de toda a sociedade’. Tragtenberg esclarece aos espíritos incautos que a educação

No campo da pedagogia libertária, Tragtenberg teve grande influência de Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909), espanhol/catalão um dos principais fundadores da “Escola Moderna”³⁵ e um dos clássicos da pedagogia libertária. Tragtenberg foi um divulgador das ideias de Ferrer no Brasil. No primeiro número da revista *Educação & Sociedade*, em 1978, publicou o artigo *Francisco Ferrer e a pedagogia libertária*. Ribeiro Silva (2011) analisa a presença das ideias de Ferrer nas publicações de Tragtenberg nessa revista ao longo dos anos. Segundo Silva (2004), Ferrer influenciou libertários brasileiros no início do século XX, os quais Tragtenberg retoma e valoriza-os.

A proposta vincula-se às possibilidades geradas pelas contradições concretas da realidade social. Por isso, propõe uma reflexão sobre as possibilidades, em meio à rotina e ao sistema, de adotar posturas pedagógicas diferenciadas. Parte do princípio que “a mesma realidade que cria a burocracia cria a oposição à mesma” (TRAGTENBERG; [1978a] 2004, p. 75). Neste sentido, Tragtenberg ([1978a] 2004) traz a autogestão pedagógica centrada na aprendizagem significativa por meio de um interesse real como uma das contribuições principais de Michel Lobrot (1924-...). Os fundamentos da pedagogia libertária podem ser resumidos em autogestão, autonomia dos indivíduos e solidariedade (SILVA, 2004; SHIMAMOTO, 2016).

integral não requer a ‘introdução de artes manuais nas academias, nem de parcializações acadêmicas, trata-se de definir temas a partir de centros de interesses comuns e a estruturação da apreensão do conhecimento se dar como consequência deste processo’. (MT, 1980a: 57)” (SILVA, 2004, p. 185).

³⁵ Movimento pedagógico de inspiração anarquista do início do século XX em Barcelona. Ribeiro Silva (2011, p. 110-111) apresenta alguns princípios da “Escola Moderna” fundamentais ao seu artigo: “(1) a ênfase no ensino científico e racional em detrimento de dogmas instituídos, da monopolização do saber, do preconceito e da violência – seja aquela que se faz de forma implícita, como ‘violência simbólica’, ou as que se efetivam sob o amparo da autoridade e da disciplina; (2) o elogio da liberdade e solidariedade ao invés do incentivo à competição, aos prêmios e castigos; (3) o respeito às individualidades da criança e às necessidades específicas da idade em contraposição à determinação da vontade e a inculcação de modos de pensar reservados aos adultos – o que inclui dogmas religiosos e arbitrariedade de qualquer forma de pensamento, mesmo as consideradas laicas; (4) a não uniformização de programas escolares e a abolição da burocratização escolar assim como dos exames. Para Ferrer, os exames institucionalizam as desigualdades e incentivam a competição, servindo mais a vaidade de pais e mestre do que a educação dos alunos; (5) a defesa da autogestão e da coeducação entre classes e sexos”.

Segundo Silva (2004, p. 185) “esta proposta pedagógica pressupõe educação gratuita, superação da divisão dos professores em categorias e liberdade de organização”. Tem como um dos objetivos impedir que, no processo educativo, se formem elites dirigentes que imponham os processos de cima para baixo. Conforme Silva (2004, p. 187):

Eis o núcleo da proposta pedagógica de Tragtenberg: a autogestão centrada no interesse do educando. Busca-se superar as barreiras que separam professor-aluno, educador-educando, instituindo a possibilidade do educador também se educar e pressupondo que o saber e a ignorância, em ambos os casos, não são absolutos. A autogestão, nesta concepção, pressupõe o envolvimento ativo de todas as partes interessadas (alunos, professores, funcionários, etc.) no processo educativo e também o controle comunitário dos meios para realizar a educação. Em suas *palavras de combate*, Maurício estimula e defende a auto-organização dos estudantes e professores, a democratização das suas instâncias representativas e a liberdade de expressão.

A pedagogia libertária é cética em relação às “reformas educacionais” vindas de cima para baixo por meio de propaladas mudanças burocráticas. As reformas são meios de readequação para a manutenção do sistema, mesmo quando buscam um reequilíbrio “entre a demanda e a crítica dos de baixo e as estratégias do poder dos que estão acima na pirâmide do sistema” (SILVA, 2004, p. 187). De acordo com Silva (2004), as classes dominantes e o Estado não têm interesses de mudanças substanciais na educação que ponham em risco o seu poder de decisão e de dominação.

É fundamental destacar que a proposta não se refere apenas a diferentes técnicas pedagógicas, modismos ou experiências isoladas no sistema capitalista. Conforme Silva (2004, p. 188):

Não se trata apenas de mudar as técnicas pedagógicas. Novas técnicas podem realmente se mostrar mais eficientes para o aprendizado, mais democráticas. Contudo, a mesma técnica que se presta a um ensino democrático também pode servir à educação autoritária. Tragtenberg critica

os modismos pedagógicos que insistem na psicologização individualizante para explicar o fracasso (ou o sucesso) ou se restringe às pequenas ilhas de excelência cujo acesso é proibitivo aos filhos dos trabalhadores e mesmo à classe média asfixiada financeiramente e em contínuo processo de decadência. Enquanto as causas permanecerem intocáveis, argumentos pedagógicos inovadores que afirmam, por exemplo, a necessidade de valorizar a “criatividade” e a “espontaneidade” do aluno, terminam por legitimar a “desigualdade estrutural básica”.

Segundo Silva (2004) e Gonçalves da Silva (2016) não se trata de uma pedagogia não-diretiva³⁶, inclusive Tragtenberg critica métodos não-diretivos de inspiração rogeriana, técnicas que não questionam a essência da pedagogia e da sociedade.

Sobre a democratização das instâncias representativas, na conjuntura das décadas de 1970-1980, de retomada das lutas sociais, inclusive com a reorganização das associações lutando para democratizar a universidade, Tragtenberg é um dos defensores da paridade da representação discente, docente e dos funcionários nos Conselhos Universitários, bem como defendeu que os estudantes tivessem o direito de inclusive participar das Bancas de Concurso para contratação de professores (SILVA, 2004). Porém, Paes de Paula (2001) também escreve que Maurício Tragtenberg nos alerta de sua preocupação com as formas manipulatórias de “participacionismo” instituídas nas organizações privadas e estatais em que os que participam não têm poder de decisão sobre questões estratégicas.

Tragtenberg defendeu a liberdade de expressão como algo essencial para que a universidade pudesse desempenhar sua função crítica (SILVA, 2004; GONÇALVES DA SILVA, 2016). Outro aspecto é a busca por superar o elitismo acadêmico, da separação entre a cultura

³⁶ “No campo da pedagogia renovada não-diretiva, inspirada por Carl Rogers, o foco da escola está na formação de atitudes e realização pessoal, daí a força do fator psicológico. A importância das relações estabelecidas torna os conteúdos secundários e a aquisição de conhecimentos assume plano inferior. O professor assume papel de facilitador, ajudando o estudante naquilo que desejar e criando técnicas que possibilitem o autodesenvolvimento e a realização pessoal do aluno, centro da educação escolar” (SHIMAMOTO, 2016, p. 61).

erudita e a popular, pois uma das características da pedagogia libertária é a “valorização da cultura e do saber dos trabalhadores” (SILVA, 2004, p. 189; SHIMAMOTO, 2016).

São vários os depoimentos da prática docente de Maurício Tragtenberg coletados de seus ex-alunos e ex-orientandos, sendo que na maioria demonstram coerência entre sua teoria e prática (SHIMAMOTO, 2016; GONÇALVES DA SILVA, 2016; SILVA, 2004; ACCIOLY E SILVA & MARRACH, 2001; DOS SANTOS, 2008). Porém, Silva (2004) consegue alguns depoimentos que, para ele, podem aparecer como possíveis incoerências³⁷. Por exemplo, uma vez os alunos de Fernando Claudio Prestes Motta (1945-2003) lhe contaram que estavam fazendo um curso muito interessante com Tragtenberg. Prestes Motta resolveu assistir uma aula, porém, naquele dia, Tragtenberg deu uma “bronca” nos estudantes pelo número de faltas e o clima não estava dos mais amigáveis. Pelo exemplo, mesmo que Tragtenberg não costumasse fazer “chamada”, ele exigia compromisso dos estudantes. Silva (2004) também traz outros exemplos de situações de impaciência e rispidez de Tragtenberg com os estudantes, o que, às vezes, intimidava-os, mas muitas vezes isso expressava a exigência de rigor teórico e compromisso em relação ao saber. No entanto, isto também poderia contribuir para a passividade e a inibição.

A proposta de educação de Tragtenberg não se restringia à educação em si mesma. De acordo com Silva (2004), seus textos sobre educação estão ligados e fazem referência ao mundo do trabalho e aos problemas sociais. Até porque, Tragtenberg sabia que seria impossível implantar a pedagogia libertária de forma que atendesse a toda sociedade dentro do modo de produção capitalista. Segundo Shimamoto (2016, p. 110):

³⁷ “A prática é sempre algo muito difícil de se analisar. Isto ocorre porque não existe uma correspondência automática entre o que um indivíduo diz de si mesmo, o seu discurso, o que os outros dizem dele e a sua ação concreta. É possível que um professor faça as melhores aulas sobre teorias pedagógicas democráticas e seja autoritário e tradicionalista na prática docente; é possível que ele se declare partidário de dada concepção pedagógica antiautoritária e antiburocrática, mas que não consiga ir além do discurso. Trata-se das coerências e incoerências entre discurso e ação, entre teoria e prática. Convenhamos, é muito difícil ser coerente o tempo todo. Mas há incoerências e coerências que saltam à vista. Trata-se de práticas humanas e não de divindades...” (SILVA, 2004, p. 191).

As propostas tragtenbergianas, na perspectiva libertária, não se apresentam com facilidade de efetivação, pois exigem superação do modelo burocrático capitalista, do participacionismo e das negociações, que se expõem tão comuns, naturalizados em novas roupagens – a forma em detrimento do conteúdo. Entretanto, apresentando-se como práticas de estudos, reflexões, problematizações e debates, explicitam o modelo societal vigente, suas nuances e articulações, descortinando simultaneamente seu *avesso* e, nele, uma nova perspectiva de sujeito, coerente e solidário, na expectativa de uma sociedade digna e justa, na qual a integralidade dos sujeitos seja prioridade.

Na produção acadêmica selecionada no campo da educação, nenhum autor polemizou com a pedagogia libertária, talvez valha a pena, além de compreender melhor a pedagogia libertária, conhecer as críticas produzidas a ela, o que remeteria para um novo balanço específico sobre pedagogia libertária. Assunto que remeteria a um trabalho diferente. No entanto, cabe destacar que o termo libertário e a pedagogia libertária também têm suas polêmicas, normalmente utilizados em oposição ao termo autoritário, podendo essas caracterizações abrir um campo tão vasto que inclui muitas correntes, inclusive que são antagônicas, por exemplo, insere desde algumas correntes anarquistas, marxistas, liberais até a pós-modernidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O BALANÇO

Ao longo do balanço da produção acadêmica percebeu-se que alguns autores (SILVA, 2004; MENEGHETTI, 2009; ACCIOLY E SILVA, 2011; SHIMAMOTO, 2016; GONÇALVES DA SILVA, 2016) estabelecem uma grande importância na relação da história de vida de Tragtenberg e a produção de sua obra. Desde as diversas influências que sofreu na infância, na família, na escola, nos lugares onde morou, nos locais onde trabalhou, nas pessoas que conheceu e conviveu, nas organizações políticas por onde passou, nas perseguições que sofreu, no contato e convivência com diversos setores do proletariado, nos seus estudos autodidatas e na educação formal. Para eles, é difícil falar sobre a obra de Tragtenberg sem relacioná-la com os aspectos e o contexto de sua vida.

Meneghetti (2009) e Silva (2004) destacam a importância de entender a obra de Tragtenberg dentro da situação econômica, social e política de sua época, sobretudo no que se refere aos seus textos sobre educação. Mesmo assim trazem contribuições de Tragtenberg para a análise da realidade no contexto da produção de suas teses e artigos.

Realizou-se um balanço do que a produção acadêmica tem escrito sobre a análise de Tragtenberg sobre a educação, sistematizando e pontuando algumas das principais características mencionadas sobre o sistema de ensino, na escola e nas universidades, inclusive relacionando com a formação de professores.

A partir da crítica à pedagogia burocrática, Tragtenberg desenvolveu uma proposta de pedagogia antiburocrática, que de acordo com vários autores do balanço (SILVA, 2004, 2011; GONÇALVES DA SILVA, 2016; SHIMAMOTO, 2016; RIBEIRO SILVA, 2011; PAES DE PAULA, 2001, 2011; FARIA, 2011; VIEIRA, 2011; DOS SANTOS, 2011) é uma proposta de pedagogia libertária. Silva (2004), Shimamoto (2016) e Accioly e Silva (2011) relacionam a pedagogia libertária de Tragtenberg também com fundamento na educação integral e igualitária baseada nas experiências desenvolvidas na Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT e outras experiências criadas por libertários e anarquistas.

Suas críticas à burocracia e à educação burocrática são de maior fôlego, isso fica claro também no balanço da produção acadêmica, uma vez que os autores tratam mais detalhadamente o tema. Com relação à pedagogia libertária, no balanço percebeu-se que os autores a tratam de maneira genérica, não entrando em muitos detalhes de sua implementação como método de ensino na prática do trabalho docente. O próprio Tragtenberg não tem a intenção de fazer um manual de implantação da pedagogia libertária. Apenas realiza um processo de divulgação teórica e prática de alguns fundamentos gerais que podem servir para balizar a criação de certas experiências em diferentes contextos.

As críticas à educação não podem ser descoladas das críticas de Tragtenberg à sociedade burocratizada no modo de produção capitalista, incluindo o chamado “capitalismo de Estado”. Sua proposta de educação também está ligada à proposta de uma sociedade sem classes sociais, baseada nos princípios da autogestão da produção e das decisões realizada direta e ativamente pelos produtores livremente associados. Tragtenberg desenvolveu sua produção em determinado contexto histórico, cabe a análise da realidade e a verificação daquilo que é válido

ou não em sua teoria e estratégia, tanto na conjuntura em que escreveu, quanto, principalmente, na atualidade da luta de classes.

REFERÊNCIAS DO APÊNDICE

ACCIOLY E SILVA, Doris. Polifonia e unidade na obra-trajeto de Maurício Tragtenberg. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

_____; MARRACH, Sonia Alem (orgs.). **Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DOS SANTOS, Ediógenes Aragão. Maurício Tragtenberg, professor. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

FARIA, José Henrique de. Burocracia, poder e ideologia: a antevisão da empresa contemporânea em Tragtenberg. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

_____; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como organização, poder e controle. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol.51, no.5, p.424-439, Set/Out 2011.

GANDINI, Raquel P. Chainho. Universidade e burocracia: alguns dos conceitos de Maurício Tragtenberg. *In* ACCIOLY E SILVA, Doris & MARRACH, Sonia Alem (orgs.). **Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GONÇALVES DA SILVA, Custodio. **A concepção de educação em Maurício Tragtenberg**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Trabalho e educação em Maurício Tragtenberg**. 2009. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PAES DE PAULA, Ana Paula. A magia de Maurício Tragtenberg. *In: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.*

_____. Tragtenberg e a resistência da crítica: pesquisa e ensino na administração hoje. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 41, n. 3, p.77-81, Jul/Set 2001.

RIBEIRO SILVA, Lenildes. A presença de Francisco Ferrer nas publicações de Maurício Tragtenberg pela Revista Educação e Sociedade (1978 - 2008). **Acta Scientiarum. Education.** Maringá, v. 33, n. 1, p. 109-117, Jan 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, [1983] 2012.

SHIMAMOTO, Simone Vieira de Melo. **A concepção de trabalho escolar a partir de Maurício Tragtenberg: fios e tramas de debate na (des)politização dos sujeitos sociais.** 2016. 151 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SILVA, Antonio Ozai da. A obra de Maurício Tragtenberg – *in memoriam*. *In: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.*

_____. **Maurício Tragtenberg e a Pedagogia Libertária.** 2004. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica [1982a]. *In* TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Ed. Unesp, [1982a] 2004.

_____. A escola como organização complexa [1982b]. *In* TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Ed. Unesp, [1982b] 2004.

TRAGTENBERG, Maurício . Aplicação das teorias de Weber, Selznick e Lobrot à educação [1979a]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1978a] 2004.

_____. Educação Brasileira: diagnóstico e perspectivas [1979b]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: Ed. Unesp, [1979b] 2012.

_____. Quem está fora não entra, quem está dentro não sai [1980]. In TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, [1980] 2004.

VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

VIANA, Nildo. Maurício Tragtenberg: um sociólogo libertário. **Revista Sociologia, Ciência e Vida**, São Paulo, Editora Escala, n. 20, p. 64-71, Dez. 2008.

VIEIRA, Evaldo. Maurício Tragtenberg: assim vale a pena. *In*: VALVERDE, Antônio José Romera (org.). **Maurício Tragtenberg: 10 anos de encantamento**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.